



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII N° 65, TERÇA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2018



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 68^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 14 DE MAIO DE 2018

1.1 – ABERTURA	7
----------------------	---

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a Comemorar o Dia da Defensoria Pública, nos termos do Requerimento nº 1.051/2017, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros senadores.	7
--	---

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	7
---	---

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim)	7
---	---

1.2.3 – Oradores

Sr. Mauro Benevides, ex-senador	10
---------------------------------------	----

Sr. Igor Roberto Albuquerque Roque, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais	13
--	----

Sr. Antonio José Maffezoli Leite, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos	15
---	----

Senador Cristovam Buarque	17
---------------------------------	----

Sr. Carlos Eduardo Barbosa Paz, Defensor Público Federal, Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública da União e representante do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais	20
---	----

Senador Hélio José	23
--------------------------	----

Senador Telmário Mota	26
-----------------------------	----

1.2.4 – Exibição de vídeo institucional da Defensoria Pública da União	27
---	----

1.3 – ENCERRAMENTO	28
--------------------------	----

2 – ATA DA 69^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE MAIO DE 2018

2.1 – ABERTURA	30
----------------------	----

2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE



2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	30
2.2.2 – Realização de um minuto de silêncio em razão do falecimento do ex-Senador Epitácio Cafeteira	30
2.2.3 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Comentários acerca da celebração dos 130 anos da sanção da Lei Áurea, comemorado no último domingo; e outros assuntos.	30
Senador Telmário Mota – Críticas ao Governo Federal pelo suposto descaso em relação ao estado de Roraima.	35
Senador José Medeiros – Indignação devida a uma representação criminal movida pelo Sr. Guilherme Boulos pedindo a prisão de S. Ex ^a ; e outros assuntos.	39
2.2.4 – Realização de sessão	
Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional amanhã, às 15 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.	46
2.3 – ENCERRAMENTO	46

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 69^a SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 242/2018, na origem (Mensagem nº 32/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.	48
Nº 243/2018, na origem (Mensagem nº 33/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Equador.	80
Nº 244/2018, na origem (Mensagem nº 34/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.	116

3.1.2 – Ofício do Ministro de Estado da Fazenda

"S" nº 21/2018 (nº 290/2018, na origem), que encaminha os demonstrativos das operações de crédito analisadas mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	156
--	-----

3.1.3 – Requerimentos

Nº 281/2018, da Senadora Fátima Bezerra, de autorização para desempenho de missão em 28 e 29 do corrente.	160
Nº 282/2018, do Senador Antonio Carlos Valadares, de autorização para desempenho de missão no período de 27 a 30 do corrente.	163



Nº 283/2018, do Senador Roberto Requião, de autorização para desempenho de missão em 28 e 29 do corrente.	166
--	-----

4 – MATERIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

4.1 – PARECER APROVADO EM COMISSÃO

Nº 90/2018-CAS/PLEN-SF, sobre Projeto de Lei da Câmara nº 57/2011.	170
---	-----

PARTE III

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	183
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	186
7 – LIDERANÇAS	187
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	191
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	204
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	207
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	256



Ata da 68^a Sessão, Especial,
em 14 de maio de 2018

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 5 minutos e encerra-se às 12 horas e 52 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Dia da Defensoria Pública, nos termos do Requerimento nº 1.051, de 2017, da nobre Senadora Vanessa Grazziotin e de outros Senadores.

Informo a todos que a nossa querida Senadora Vanessa Grazziotin fez com que eu assumisse o compromisso – porque toda segunda-feira, pela manhã, tenho audiência pública na CDH, e lá estamos tratando muito, muito, da nova CLT, do novo Estatuto do Trabalho, de que sou Relator dessa iniciativa da sociedade; lá, vai sempre até as 2h da tarde! –, de que, às 11h, eu encerraria, para que a TV pudesse transmitir ao vivo, pela importância da sessão de vocês. Combinamos lá com a equipe que só teríamos uma Mesa, e terminamos a tempo.

Então, antes mesmo de fazer a minha fala homenageando as senhoras e os senhores – todos sabem que sou fã dos defensores públicos; não vou esconder isso aqui; então, para mim, foi com muito orgulho que aceitei essa missão –, queria que houvesse uma grande salva de palma à Senadora Vanessa Grazziotin e sua equipe. São eles os proponentes dessa proposta. (*Palmas.*)

Convidamos de imediato para a Mesa o Defensor Público-Geral Federal, Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública da União e representante do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, Dr. Sr. Carlos Eduardo Barbosa Paz. (*Palmas.*)

Convidamos o Presidente da Associação de Defensores Públicos, Sr. Dr. Antônio José Maffezoli Leite. (*Palmas.*)

Convidamos o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Dr. Igor Roberto Albuquerque Roque. (*Palmas.*)

Convido, neste momento, o meu colega como Deputado Constituinte, parceiro de longos tempos, o Presidente do Senado no período 1991/1993, meu querido amigo Mauro Benevides. (*Palmas.*)

Registrarmos ainda demais convidados: Secretária-Geral Executiva da Defensoria Pública-Geral da União, Srª Defensora Pública Federal Liana Lidiane Pacheco Dani, e Srªs e Srs. Servidores da Defensoria Pública-Geral da União.

Neste momento, convido todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como é de praxe, neste momento eu faço um pronunciamento de abertura, e digo que o faço não somente em meu nome, mas também em nome da Senadora Vanessa Grazziotin e representando aqui também o Presidente da Casa, Senador Eunício Oliveira.

A Constituição de 1988, conhecida como Cidadã, teve Ulysses Guimarães como seu grande mestre, o nosso timoneiro.

Eu e o senhor estávamos lá.

O SR. MAURO BENEVIDES (*Fora do microfone.*) – Eu era 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor, 1º Vice-Presidente, e eu, um humilde operário metalúrgico que estava chegando, mas me dediquei muito ao capítulo da Ordem Social.



Diz ela que todo indivíduo tem o direito fundamental de acesso à Justiça. A nossa Carta Magna é reconhecida no mundo inteiro como uma das mais avançadas socialmente, mas convivemos no País com pessoas que não possuem condições financeiras de pagar por um advogado para defender seus direitos. Esta é a realidade. Já o Estado tem o dever de garantir esse acesso por meio da Defensoria Pública, tema desta sessão. Esse sistema é composto pela Defensoria Pública da União (DPU) e as defensorias estaduais.

São milhões e milhões de brasileiros que não possuem condições financeiras e que todos os anos utilizam a Defensoria Pública. E que bom, que bom, que bom que temos a Defensoria Pública!

Portanto, o trabalho dessa instituição, que é autônoma, é fundamental para a cidadania, a igualdade e a garantia de direitos. Isso tudo independentemente de classe social, de cor, profissão, gênero ou sua sexualidade – se é índio, se é branco, se é negro, se é emigrante ou imigrante.

Além dos serviços prestados ao indivíduo, ao cidadão, perante a Justiça, também presta ela assistência jurídica às associações e organizações de bairro – o que é importante –, e aos interesses coletivos. Enfim, são tantos os caminhos da Defensoria para defender os interesses dos que mais precisam.

Talvez já tenham sido ditas, em outros lugares, as funções dos defensores públicos, mas, de qualquer forma, vou repeti-las pela importância: defender os acusados em processo disciplinar; acompanhar e comparecer aos autos processuais e impulsionar os processos; orientar, postular e defender os direitos e interesses dos indivíduos necessitados em todos os graus de instâncias e jurisdição; postular a concessão de gratuidade de justiça para os necessitados.

Vejam bem, parece ser simples, mas não é tão simples. Esses profissionais são concursados, através de uma seleção pública de provas e titulação. São profissionais altamente qualificados, com forte espírito coletivo e, vou além, com alto grau de brasiliade e forte sentimento de amor ao próximo, àqueles que clamam por justiça e dignidade.

Que bom que o Brasil possui defensores públicos, que aqui os senhores muito bem representam. E já fico aqui um pouco bobo, meio emocionado, mas faz parte; senão, eu estaria em casa, cuidando dos netos.

Sabemos, porém, que há um déficit de defensores públicos. Precisamos de mais profissionais nessa área, com as condições de trabalho que os senhores têm.

O Legislativo, assim como o Executivo, tem o dever de apoiar e melhorar todas as condições que levem à cidadania e ao bem viver da nossa querida gente brasileira.

Repto aqui o que disse em uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa, no ano passado. Dizia eu lá: a Defensoria Pública é agente fundamental de defesa dos direitos humanos e da inclusão social, porque dá aos mais necessitados a possibilidade de exercer plenamente a sua cidadania.

O fortalecimento da Defensoria Pública tem um caráter civilizatório, ou seja, os defensores públicos são, por essência, por alma, por coração, militantes dos direitos humanos. Como entendo que assim é o perfil desses homens e mulheres, sempre é oportuno registrar que o Brasil entrou, infelizmente, numa ladeira abaixo nas condições mínimas de direitos de sua população.

Vamos precisar, cada vez mais, dos senhores e das senhoras. Cada vez mais, há mais pobres e discriminados em todos os cantos do País, que todos os dias têm de matar um leão para sobreviver, como diz o ditado popular.



A concentração de renda no País expõe as mazelas que vive a nossa gente, o desemprego em alta, a saúde precária, a educação aos pedaços, a segurança nem se fala, infelizmente disseminando o não pensar e a passividade de que as coisas são assim, são assim porque são assim. Mas não é assim. Isso não tem que ser natural, e eu sei que vocês concordam com isso.

Terminando, a emenda do teto de gastos está aí. A própria reforma trabalhista mostra que o País dá passos largos ao passado, retrocede – ontem foi 13 de maio, lembra-me desse fato –, volta ao tempo do trabalho escravo, pintando em cores rubras uma terra quase sem lei. E pior, uma terra onde apenas alguns poucos têm direito de se abrigarem nas asas da dita democracia e, se não fossem os senhores, que estaria muito longe da Justiça.

Este é o Brasil atual. Não o queremos desta maneira. Somos daqueles que amam o verso esperançar, que têm esperança em ajudar fazer acontecer. Desejamos que os brasileiros, o nosso querido povo, sejam protagonistas de uma verdadeira história de Pátria, porque, afinal, Pátria somos todos.

Senhores e senhoras, quero, mais uma vez, cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin pela iniciativa.

Saúdo, de coração, os defensores públicos que aqui estão. E digo que a população que hoje sofre precisa, repito, muito, muito, muito de vocês. Vocês são um dos esteios da democracia, da possibilidade de essa população tão sofrida ter um mínimo de cidadania, de ela se sentir em casa, acreditar que é possível viver nesta terra, no aconchego dos seus lares, navegando entre as ondas alucinantes e tempestades infinitas, mas acreditando sempre e sempre que a embarcação é indestrutível, porque ela leva uma marca bonita escrita: democracia, direitos iguais, justiça. Eles buscam possuir um mínimo de dignidade, que é a garantia do acesso à Justiça. E, quando se tem acesso à Justiça, tem-se caminhos para a liberdade, escolhe-se o presente e constrói-se o futuro.

Neste momento tão difícil que o nosso País atravessa, queiramos ou não... Alguns me perguntam, como foi no fim de semana, quando eu discuti o 13 de maio, se teremos eleições. Eu digo: teremos eleições, é preciso acreditar, é preciso – como diz a frase – querer para fazer acontecer. Teremos, sim, as eleições.

E termino dizendo: um dia, nesta Casa, quando estavam votando a Lei Áurea, o povo brasileiro jogou orquídeas naqueles que aprovaram a Lei Áurea, jogou orquídeas que separaram aqueles que clamavam e lutaram pela liberdade e esqueceu, quase que no lixo da história, os escravocratas.

Por isso, eu termino dizendo – primeiro de maio foi ontem –: os senhores e senhoras são os meus abolicionistas dos novos tempos!

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

Estou bem assessorado com o pessoal aqui. Então, vamos lá.

Primeiro, Serviço Social da Indústria (Sesi), Ensino Médio do Gama, sejam aplaudidos aqui pelo Plenário e vocês dão as palmas de volta. (*Palmas.*)

Quero dizer, com carinho, a vocês que eu era vendedor em feira livre, porque tinha tirado um curso no Sistema S, que eu recomendo até hoje, no Senai, onde eu fiz o meu curso técnico.

Sejam todos bem-vindos. Espero que amanhã vocês estejam sentados nesta cadeira. Acreditar é fazer acontecer.

Nós vamos agora para a lista de oradores.



Quero registrar que o Senador Medeiros já me informou que se encontram, no plenário, os Desembargadores Dr. Manoel Ornellas e Dr. Renato Nery.

Agora vamos à lista de oradores.

Na lista de oradores, quais são os oradores que estão já inscritos... Vamos começar... Estamos aqui acertando e já nos entendemos.

Vamos começar com esse que é um símbolo da democracia. Quando eu cheguei aqui, ele já estava. Olha que eu cheguei na Constituinte e estou da Constituinte até hoje aqui, e ele sempre acompanhando e participando ativamente.

Então, convidamos, neste momento, o querido amigo Sr. Dr. Mauro Benevides, que foi Presidente do Senado no período de 1991 a 1993. (*Palmas.*)

Eu o convido para que vá à tribuna para o seu pronunciamento.

Os Senadores que forem chegando, no caso do Senador Medeiros, usarão a palavra a partir do momento em que forem se achegando a este plenário.

O SR. MAURO BENEVIDES – O Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, que preside, neste instante, esta sessão solene, é, sem dúvida, uma das figuras preeminentes desta Casa, guardando sempre uma sintonia com aquilo que representa a aspiração legítima do povo brasileiro.

Ele enfatizou muito, no seu improviso, no seu discurso, o problema da escravidão no Brasil. E eu confidenciei, nesses instantes, a esse Senador que preside esta sessão, o Senador Paulo Paim, que V. Ex^a relembra o abolicionismo e eu posso dizer a V. Ex^a e ao Plenário, neste instante, que eu venho do Ceará, que foi o primeiro Estado brasileiro a libertar os escravos em todo o País e cujo Prefeito hoje, por uma dessas coincidências históricas, é o meu neto, Davi Benevides. Portanto, foi a primeira cidade a abolir os escravos no País.

A minha saudação ao Presidente Paulo Paim, que sempre está atento à defesa dos grandes temas nacionais, vivencia aqueles instantes delicados do ponto de vista institucional e sabe sempre impor as suas ideias, porque elas são claras e buscam uma identificação sempre maior com os interesses do povo brasileiro.

É a homenagem que presto a V. Ex^a e ao povo do Rio Grande do Sul, que sempre teve a confiança em conferir a V. Ex^a, Sr. Presidente, a missão de representar o bravo povo gaúcho no Parlamento brasileiro, missão que V. Ex^a tem cumprido com um perfeccionismo incontestável, reconhecido por esta Casa e pelos segmentos do povo brasileiro.

Quero saudar o Defensor Público-Geral Federal, Carlos Eduardo Barbosa Paz, nosso conterrâneo e amigo, que vem realizando um trabalho notável à frente dessa instituição. E eu me regozijo – permitam-me que eu faça essa relembrança – ao dizer que estive presente no gabinete do Ministro da Justiça, na sala de solenidades do Ministério da Justiça, naquela tarde memorável, representando não a mim próprio, mas o próprio Ceará, quando ele foi empossado. O Ministro era o hoje membro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. E Carlos Eduardo definiu as linhas mestras que norteariam o trabalho do defensor público federal para a instituição – adiante vou fazer uma menção explícita à instituição –, que as vem cumprindo, dentro dessas diretrizes que ele havia traçado, com uma equipe de alto nível, para fazer com que a Defensoria Pública no nível federal tenha uma proximidade constante com os anseios de todas as comarcas brasileiras. É uma referência que faço para homenagear esse conterrâneo e amigo que hoje é um líder incontestável dos defensores de todo o País.



Quero saudar também o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Antonio José Leite, que realmente tem sido extraordinário para manter aglutinada essa categoria, sempre numa linha de atuação que se identifique com os anseios maiores de todo o povo brasileiro.

E quero saudar também, por fim, o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Igor Albuquerque Roque, que também tem tido um trabalho persistente para que essa associação se aproxime e se identifique com o povo brasileiro.

Quero saudar a todos os presentes e dizer que uma sessão solene realizada numa manhã de segunda-feira, com uma assistência dessa expressividade, é algo que faz com que nós confiemos no Poder Legislativo e, sobretudo, confiemos nos defensores públicos de todo o País, que merecem os nossos aplausos, o nosso apreço e o nosso entusiasmo. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, Paulo Paim, quero saudar, como já o fiz, todos os membros da Mesa e fazer uma referência, como já o fez o Presidente Paulo Paim, à Senadora Vanessa Grazziotin, que pontificou, como minha colega na Câmara dos Deputados, como uma das figuras estelares e que aqui prosseguiu com o mesmo dinamismo e competência.

Quero saudar, como já o fiz, o Defensor Carlos Eduardo Paz e mencionar o fato da sua posse na Defensoria Pública da União, numa solenidade memorável. Ele foi saudado pelo próprio Ministro e pelo Presidente da República.

Quero saudar os dois outros integrantes da Mesa, já mencionados e reverenciados, nesse instante, e quero saudar a todos os convidados que vieram, sem dúvida, não apenas ilustrar ainda mais o brilho desta solenidade, mas reiterar a confiança na ação proficiente dos defensores públicos de todo o País.

A exemplo do que acontece todos os anos, quer no plenário da Câmara, assim como nesta augusta Casa do nosso Parlamento, o Congresso Nacional, aqui no Senado, hoje, festeja com realce o Dia do Defensor Público, num reconhecimento à proficiente atuação de uma categoria funcional que integra o rol das carreiras jurídicas do País, desde a vigência da Carta cidadã.

Recordo – e isso eu o faço, neste instante, com profunda emoção... Recordo, sim, como Vice-Presidente que era, da Assembleia Nacional Constituinte... Fui substituto regimental – e com que saudade eu menciono este nome – do inovável brasileiro Ulysses Guimarães, o grande Ulysses Guimarães. Mauro Benevides, substituto de Ulysses Guimarães, agora com o encargo – mesmo ele ausente, nos braços de Deus – de preparar, Sr. Presidente, a comemoração. E V. Ex^a, como Constituinte que foi, está no dever, já na sua consciência, certamente, de fazer com que nós possamos comemorar os 30 anos da Carta. Três décadas da Carta cidadã não é uma data para ser esquecida. E acredito que o Congresso Nacional vai assumir essa responsabilidade de promover essa festa que representará três décadas de vigência daquela Carta, a Carta que Ulysses Guimarães denominava de Carta cidadã.

Recordo, Sr. Presidente, como Vice-Presidente que era da Assembleia Nacional – fui substituto regimental do inovável brasileiro Ulysses Guimarães –, um dos instantes de maior relevância político-institucional – isso é recordação viva, clara e explícita –, quando o então Senador Afonso Arinos, Relator da Comissão de Constituição – V. Ex^a se lembra, Senador Paim –, proferia a leitura do capítulo das carreiras jurídicas, no qual se acham inseridos: no art. 127, o Ministério Público; no art. 131, a Advocacia Pública...

(*Soa a campainha.*)



O SR. MAURO BENEVIDES – ... e, no art. 134, a Defensoria Pública, que, neste instante, aqui reúne tantos amigos, sobretudo aqueles que reconhecem e testemunham, neste instante, o que faz a Defensoria Pública em favor do povo brasileiro.

Ao término da leitura do referido capítulo, o Plenário aplaudiu o Parecer Arinos, inserindo-o integralmente em nossa Lei Maior, consubstanciadora dos amplos direitos de cidadania.

Anos depois, em plena vigência da nova Carta, encabecei proposta de emenda constitucional – quero atenção dos Srs. Senadores e dos demais aqui presentes –, denominada "PEC das Comarcas", acolhida com o voto de 425 Deputados, num cair de tarde histórico para todos nós.

A totalidade dos presentes, portanto, acionou o painel, marcou "sim", e garantiu esse teto de apoio de 425 Deputados, que garantiram a aprovação da PEC das Comarcas. A totalidade dos presentes, portanto: mais de uma centena de defensores de quase todos os Estados do País, eufóricos, diante de uma decisão de extraordinário alcance para os segmentos necessitados do País.

Ultimada aquela hercúlea tarefa, a tramitação da PEC das Comarcas seguiu o rito procedural que regula matéria dessa magnitude, sendo o projeto enviado a esta Casa, Sr. Presidente, o Senado Federal, e distribuído imediatamente à Comissão de Constituição e Justiça, então dirigida pelo hoje Ministro do TCU Vital do Rêgo.

E eu, como autor na Câmara e detentor de dois mandatos senatoriais, quantas vezes eu terei ocupado esta tribuna, não com o brilho do Senador Paim, mas também com aquela persistência em trazer a esta tribuna aquilo que, na época, em 1975, era exatamente a normalidade político-institucional?

E depois enfrentamos enormes dificuldades, em 1991 e 1992, no aspecto institucional, mas foram fases para as quais nós buscávamos sempre um engenho, uma arte e, sobretudo, a justeza, para decidir em sintonia com o povo brasileiro.

O trâmite processual, dentro de regras regimentais, da PEC das Comarcas foi acompanhado de perto pelos defensores da União e dos Estados, além de alguns Parlamentares partícipes dessa exitosa cruzada legislativa.

Sr. Presidente Paulo Paim; Srs. Senadores; membros da Mesa aqui presentes, já mencionados; Dr. Carlos Eduardo, meu conterrâneo, meu amigo, um batalhador incansável e um dos maiores tribunos que eu conheço na tradição deste trabalho profícuo que vem realizando: esta sessão solene, requerida, como foi destacado pelo Presidente Paulo Paim, pela Senadora Vanessa Grazziotin, além de ser um justo reconhecimento à árdua porfia dos defensores, deve ser entendida também como um apelo candente em prol da PEC das Comarcas.

Quero utilizar, portanto, esta presença aqui, tão significativa, para que juntemos esforços em prol da PEC das Comarcas, cujo cabal cumprimento redimensionaria a ação desses profissionais em todos os recantos do Território nacional.

E não se alegue, senhoras e senhores, Sr. Presidente e membros da Mesa, carência de recursos do Erário diante da dimensão da tarefa desempenhada pelos defensores públicos. Seria algo injustificável, inexplicável mesmo.

Entendo que o grande objetivo desta sessão solene pode ser a encarnação dos anseios incontidos, para que se cumpra o que o Congresso unanimemente deliberou, permitindo que, gradualmente...

(*Soa a campainha.*)



O SR. MAURO BENEVIDES – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique tranquilo. Você é nosso homenageado também.

O SR. MAURO BENEVIDES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cada comarca dispusesse de um defensor, selecionado em concurso público, transformado, portanto, em advogado do povo.

Sabendo o nobre propósito desta magna solenidade, arrisco-me em acrescer minha homenagem a essa elogiável categoria, que atende às aspirações dos estamentos mais carecidos de justiça em todo o Brasil.

Que Senadores e Deputados, num reconhecimento aos defensores públicos, evidem esforços para que se amplie o campo de ação daqueles que poderão amparar justas postulações na vastidão do cenário nacional.

Se assim ocorrer, senhoras e senhores, Srs. Membros da Mesa, teremos ajudado o Governo a servir ainda melhor aos interesses dos que dependem de assistência jurídica no nosso País.

São os instantes finais deste pronunciamento.

A Defensoria merece os nossos aplausos, pelo que já fez e muito mais. Haverá de fazê-lo também quanto, em todas as comarcas, existir um legítimo defensor do povo. Se isso ocorrer, Sr. Presidente Paulo Paim, Sr. Presidente Carlos Eduardo e demais Membros da Mesa, se nós cumprirmos esse desiderato e existir um legítimo defensor do povo em todas as comarcas, se isso efetivamente ocorrer, consignamos o nosso antecipado reconhecimento ao Congresso e ao Poder Executivo, porque há uma necessidade de que o Congresso pressione o Poder Executivo, porque a lei aí está, aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, mas está à espera de que o Poder Executivo se disponha a cumprir sua parte, promovendo concurso público em cada uma dessas comarcas, para que, em cada uma delas, exista pelo menos um defensor público, a fim de que ninguém fique sem condições de ver reconhecidos os seus direitos e as suas justas postulações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, senhoras e senhores aqui presentes, neste plenário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O sempre Senador Mauro Benevides foi autor da PEC das Comarcas e Relator da Lei Complementar nº 132. Foi ainda quem revisou a Lei Orgânica da Defensoria. Meus cumprimentos.

Já estão inscritos aqui dois Senadores, o Senador Medeiros e o Senador Cristovam. O Senador Cristovam diz que falará na sequência, e nós vamos combinar assim: um da Mesa e um Parlamentar.

Então, falará neste momento o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Sr. Igor Roberto Albuquerque Roque. (*Palmas.*)

O SR. IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE – Presidente Paulo Paim; Sr. Defensor Público-Geral Federal, Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública da União e representante do Condege (Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais), Sr. Carlos Eduardo Barbosa Paz; Presidente da Associação Nacional de Defensores Públicos, meu amigo, Sr. Antonio José Maffezoli Leite; e um grande amigo da Defensoria, Senador Presidente Mauro Benevides; demais senhoras e senhores, colegas, servidores, Senador Medeiros, Senador



Cristovam Buarque.... Cumprimento a todos e fico agradecido por esta Casa dedicar um pouco de tempo para reconhecer e homenagear a Defensoria Pública.

Acho que a gente precisa reviver um pouco a origem desta data, por que foi escolhido o dia 19 do mês de maio para se homenagear a Defensoria Pública.

Isso remonta à Franca, em 1303, com o falecimento de Santo Ivo. Santo Ivo era um advogado, e um advogado vocacionado à defesa da população carente. Ele era um instrumento de acesso à Justiça da população carente, sobretudo quando litigava contra os grandes poderosos. E com a Defensoria Pública brasileira é feita essa correlação, essa ligação.

Então, é um momento, sim, de comemoração, mas eu acho que a gente pode resumir esse momento em uma frase. Eu acho que hoje a gente pode contemplar o passado, a gente pode celebrar o presente, mas o futuro precisa de uma dura, séria e compromissada reflexão. E eu digo isso dentro de um cenário no qual a nossa sociedade está inserida, hoje, no Brasil, de retrocesso de direitos sociais. É impressionante: quando se assola uma crise, os direitos sociais sempre vão para a berlinda.

E a Defensoria Pública, sem sombra de dúvidas, é o grande defensor, é um grande instrumento da concretização desses direitos. E foi muito oportuna a fala do Senador Presidente Mauro Benevides, rememorando a Emenda Constitucional 80, a PEC 247, batizada como PEC das Comarcas.

Como ele já disse, essa emenda à Constituição fixa um prazo de oito anos para obrigar o Estado brasileiro – a União, os Estados e o Distrito Federal – à interiorização da Defensoria Pública no Brasil.

A Defensoria Pública, hoje – e daí a necessidade dessa reflexão –, especificamente a da União, está em apenas, Presidente, 27% do Território nacional. Então, nos outros 73%, a gente tem o Estado julgador, tem o Estado acusador, mas não tem o Estado defensor, principalmente num momento em que a gente vive uma espetacularização do processo penal, uma violação cotidiana de direitos humanos, da nossa Constituição, do nosso Código de Processo Penal. Mas também a gente não pode reduzir a atuação da Defensoria Pública, única e exclusivamente, à esfera penal.

Como bem trazido à nossa Constituição a alteração promovida pela Emenda Constitucional 80, a Defensoria Pública dos Estados e do Distrito Federal desempenha as suas atribuições e o seu mister, "como expressão e instrumento do regime democrático. Dessa expressão da Constituição, a gente já arranca, já retira, já enxerga a importância da Defensoria Pública num País onde a principal característica, sem dúvida nenhuma, é a desigualdade social.

Então, nesse contexto, é de se lamentar essa falta de estrutura, essa falta de compromisso dos nossos governantes com uma instituição tão essencial, tão necessária, tão trivial para a nossa população. Quando falo em governantes, permitam-me a honestidade, eu me refiro praticamente ao Executivo. O Congresso Nacional sempre – e aqui eu já estendo os nossos agradecimentos tanto ao Senado Federal quanto à Câmara dos Deputados – esteve à disposição da Defensoria Pública, sempre esteve à disposição da população carente deste País.

Enfim, eu já me alonguei demais, peço pela falta de formalidade de preparar um discurso – não é muito a minha característica –, mas, para além dessas resistências que a gente vive dentro do próprio Estado – e aqui eu queria deixar o meu registro, deixar a minha indignação como Defensor Público Federal e como Presidente da Associação –, infelizmente, a gente também vive



uma resistência externa. E eu concentro muito dessa resistência externa a uma parcela da imprensa.

Ainda ontem – e não é à toa essa minha crítica, esse meu registro, essa minha indignação – , em *O Globo*, um jornal de expressão, um jornal de força, um jornal respeitado pela sociedade brasileira, foi veiculada uma nota em que um jornalista desqualifica – como é da prática de parcela da imprensa desqualificar o funcionalismo público –, em mais um ataque, a Defensoria Pública.

Eu tomo a liberdade de ler a nota, que diz o seguinte:

Advogados reclamaram [ou seja, ele já estava justificando uma nota anterior. Aí, na minha concepção, ela ainda agrava a situação.] de nota publicada aqui na semana passada dizendo que apenas criminosos com muito dinheiro [aspas] 'podem comprar uma boa defesa'. Não se pretendia ofender ninguém, apenas se reafirmava o que todo mundo já sabe, [e aí, em negrito] criminoso pobre depende da Defensora Pública e sua ação quase nunca consegue passar da primeira instância.

Não sei, Presidente, se por desconhecimento ou talvez por má-fé mesmo desse jornalista, em outubro passado de 2017, foi publicada uma pesquisa em que ficou comprovada que a atuação das defensorias públicas, seja da União, dos Estados ou do Distrito Federal, no Supremo Tribunal Federal, tem um desempenho, tem uma performance cinco – cinco! – vezes superior às mais conceituadas bancas de advocacia privada do Brasil.

Então, no momento em que o funcionalismo público, de uma maneira geral, é sempre questionado – é um discurso de Estado mínimo, um discurso de que quem está quebrando o Brasil são os funcionários públicos –, mais uma vez, a imprensa vem com um discurso contra o funcionalismo público, como eu disse, não creio que seja por desconhecimento, acredito, sim, que é má-fé, fica o registro, fica a indignação, comprovada a qualificação, o nível de *expertise* da atuação da Defensoria Pública brasileira diante do Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte do País.

Enfim, eu encerro utilizando-me das palavras proferidas pelo saudoso Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto, quando disse o seguinte: "A opção que se faz pela Defensoria é vocacional..."

(Soa a campainha.)

O SR. IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE – ... porque própria de pessoas que fazem do Direito mais do que um meio de vida, talvez a mais bela razão de viver."

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Foi o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Sr. Igor Roberto Albuquerque Roque. Nossos cumprimentos.

Convidamos agora o Presidente da Associação Nacional de Defensores Públicos, Sr. Antonio José Maffezoli Leite.

Na sequência, o Senador Cristovam Buarque. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO JOSÉ MAFFEZOLI LEITE – Bom dia a todas e a todos. Bom dia, Senador Paim, Senador Cristovam, Senador Medeiros, Senador Mauro Benevides, um dos patronos da Defensoria Pública, dos defensores e defensoras Públicas do Brasil.



Queria saudar as servidoras, servidores, defensoras Públcas, defensores Públcos aqui presentes; queria saudar os defensores e defensoras Públcas, servidoras e servidores ausentes, que não estão aqui hoje por estarem, certamente, envolvidos e atuando nos milhares de processos que cabem à Defensoria Pública na representação, na defesa dos direitos dos milhões de pessoas em situações de vulnerabilidade.

E gosto de reforçar isto, Senador Paim: são situações de vulnerabilidade, porque as pessoas não são vulneráveis. As pessoas privadas de liberdade, os negros, os indígenas, os quilombolas, as pessoas das comunidades tradicionais e as mulheres vítimas de violência não são vulneráveis, são submetidos a situações de vulnerabilidade que não são naturais, e é para essas pessoas, que, infelizmente, são a grande maioria do Brasil ainda, que defensoras e defensores públicos hoje estão, desde o início da manhã, trabalhando e vão até tarde da noite.

Este é um dia de comemoração, o dia 19 de maio, e eu aproveito para agradecer o apoio que sempre as defensorias públicas obtiveram aqui, no Senado Federal, e na Câmara dos Deputados, desde a Constituinte, passando pela reforma do Judiciário, pela Lei nº 132, que alterou a nossa lei nacional, até a Emenda 80, de autoria do então Deputado Mauro Benevides, que assegura, como já foi falado, que determina que haja um defensor público em cada comarca. Isso está longe. Já estamos completando quatro anos da promulgação dessa emenda constitucional e estamos longe disso.

Acho que o Congresso hoje tem uma responsabilidade no cumprimento dessa emenda, notadamente, no caso da Defensoria Pública da União, na votação do Orçamento. Com todas as limitações que hoje, infelizmente, são colocadas ao avanço dos direitos sociais, gerando, inclusive, retrocessos na efetivação de direitos sociais, esperamos que, mais uma vez, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, demonstrando esse compromisso com a efetivação e o reconhecimento de que a Defensoria Pública é uma instituição bastante importante nessa efetivação de direitos sociais – não é a única, porque cabe também a todos os órgãos públicos, ao Poder Executivo, através das políticas públicas, o fazerem, mas, na ausência, nos conflitos, na própria educação, promoção e divulgação dos direitos, para que as pessoas saibam que têm direitos e possam, a partir desse conhecimento, cobrá-los –, a Defensoria Pública é fundamental.

Isso na esfera federal. Mas acho que os Srs. Senadores têm uma responsabilidade grande também nos Estados, porque são atores políticos importantes, e neste ano ainda, com as eleições, com a eleição de um novo governo estadual, de deputados estaduais, uma atuação bastante importante também no fortalecimento das defensorias públicas estaduais e do Distrito Federal.

Então, eu faço este agradecimento, este reconhecimento da história dos senhores e este pedido para que este comprometimento continue.

Por fim, eu queria saudar também aqui Presidentes de associações estaduais – vejo aqui o Gustavo Alves, Presidente da Associação Goiana dos Defensores Públcos, a Mayara Tachy, do Distrito Federal, dos defensores públicos distritais, a Juliana Lins, do Rio de Janeiro – e quero, mais uma vez, cumprimentar as defensoras, os cerca de seis mil defensoras públicas e defensores públicos que eu tenho a honra de representar neste biênio.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.



Esse foi o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Sr. Antonio José Maffezoli Leite.

Nossos cumprimentos.

Passamos a palavra agora ao nosso Senador Cristovam Buarque, que é Senador por Brasília.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Eu cumprimento, inicialmente, o Senador Paim, esse grande amigo, e aproveito para fazer uma referência a algo que sempre nos une aqui, que é a abolição da escravatura, ainda incompleta, 130 anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu fui o apresentador de um livro de V. Ex^a, um belo livro. (*Palmas.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – O livro de que ele fala, do qual ele fez o prefácio, é um livro que eu fiz a partir de ler as atas do debate aqui, nesta Casa, na hora de votar a Lei Áurea. Identifiquei os que foram contra; os que foram a favor; muitos que diziam que eram a favor, mas que não era tempo ainda, "que a economia não aguenta, que não dá para fazer essa liberdade assim de uma maneira para outra"; e aqueles que diziam: "Sim, chegou a hora, mas tem que reembolsar os que compraram os escravos."

Então, eu peneirei nas atas, e o Paim fez um prefácio, que está melhor do que o livro.

Quero cumprimentar também o Sr. Carlos Eduardo Barbosa Paz, que é Defensor Público Federal e Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública da União, além de representante do Colégio Nacional dos Defensores Públicos; o Dr. Antonio José Maffezoli Leite, que é Presidente da Associação Nacional dos Defensores. Cumprimento o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Federais, o Sr. Igor Roberto Albuquerque Roque, e, obviamente, com muito prazer, o nosso querido Senador, Sr. Mauro Benevides, que aqui nos dá a honra de estar nesta solenidade.

Quero começar dizendo a vocês que o mundo moderno não pode perder o compromisso com a igualdade, que vem lá de 200 anos atrás, mais ainda da Revolução Francesa – com a ideia da igualdade, da fraternidade, duas coisas que os seres humanos não podem perder na busca de construir uma sociedade melhor.

A igualdade deve continuar sendo um propósito, mas tem de se redefinir. Não dá para falar em igualdade hoje, na sociedade do consumo, na sociedade das indústrias de automóveis e outros bens de luxo da mesma maneira em que se falava em igualdade na economia pré-capitalista.

Na época em que o conceito de igualdade foi elaborado, a ideia era igualdade dos direitos, não era igualdade do consumo. Foi o socialismo do século XX que trouxe a ideia de igualdade dos direitos para a igualdade do consumo, mas antes da Revolução Industrial, que permitiu a sociedade de consumo, já no começo do século XX.

A partir dessa economia de hoje, de bens caros, sumptuosos, a igualdade só é possível se proibirmos esses bens e ficarmos apenas na igualdade pelos bens simples, que existiam antes da Revolução Industrial. Mas aí a gente constrói a igualdade, ferindo a liberdade à realização dos desejos e sonhos do consumo.



Por isso, eu tenho trabalhado muito a ideia de manter firme a luta pela igualdade, mas esclarecendo com clareza que nós temos que tolerar uma desigualdade no consumo. É a desigualdade que fica entre um piso social, ninguém abaixo, seja com o Bolsa Família, seja com a garantia do Minha Casa, Minha Vida, com escola gratuita, com saúde gratuita, ninguém abaixo de um piso e ninguém acima de um teto do consumo que destrua a natureza – um teto ecológico e um piso social.

Aqui dentro, nós temos que tolerar a desigualdade que é construída graças ao talento, não à herança, não à exploração, não à propina – a desigualdade construída graças ao talento.

Que eu saiba nenhum homem aqui – porque, na época, mulheres não jogavam futebol – se sente incomodado porque Neymar ganha mais do que a gente; ele chegou lá graças ao talento que nós não tivemos. Porque ele começou a jogar com uma bola tão redonda quanto a que eu jogava em Recife, quando eu era menino. Mas ele teve talento, persistência, vocação e chegou lá. É uma desigualdade legítima a que vem do talento. Mas é preciso garantir o direito de todos desenvolverem seu talento.

No futebol, a gente garante razoavelmente, porque a bola, meu caro Senador Benevides, é redonda para todos. No caso da ciência, a gente não garante o talento ser desenvolvido, porque a escola não é redonda para todos.

Três itens devem ser iguais. Toleramos a desigualdade na roupa, no restaurante, nas viagens, no transporte, mas em três itens a desigualdade é indecente: na saúde, porque morto não tem talento; na educação, porque sem ela não se desenvolve o talento, e na proteção legal. Não pode haver desigualdade nisso. Uma pessoa não pode viver mais que outra porque tem dinheiro para comprar o serviço de saúde; uma pessoa não pode desenvolver mais sua competência intelectual porque tem dinheiro para comprar educação, e uma pessoa não pode ficar presa porque não tem dinheiro e outra ser solta porque tem dinheiro para pagar um bom advogado. Três igualdades que a gente deve construir. Construídas essas três, as outras se não vierem, as desigualdades serão legítimas, fruto do talento.

Eu luto pela igualdade na saúde e na educação. Não dá ainda para a gente dizer que vai conseguir construir uma igualdade plena no atendimento jurídico – não dá ainda. Não dá para dizer que os advogados serão todos defensores públicos, embora eu deseje que um dia isso aconteça.

Eu desejo que um dia todos os médicos trabalhem para o público e atendam a todas as pessoas, independente da renda. Eu desejo que as escolas sejam tão boas para os pobres quanto para os ricos, para os brancos quanto para os negros, porque é por isso que a desigualdade de negros e brancos continua, é porque a escola do negro, por ser pobre, não é a mesma do branco, por ser mais rico.

Esquecemos que a Lei Áurea precisava de mais um artigo: a partir de hoje, a escola dos ex-escravos é a mesma que a dos que não eram escravos. Faltou esse item, e dizer como fazer, porque não bastava colocar na lei.

Enquanto não for possível uma igualdade absoluta na defesa dos direitos legais de cada cidadão e cidadã, e vai demorar muito, nem sei em qual país isso já existe... Eu sei que do ponto de vista da educação e da saúde, muitos países já têm. A desigualdade de educação que o Brasil tem é exceção, não é a regra. A regra no mundo é escola do pobre igual à escola do rico. A saúde é exceção ser tão desigual. No Direito, não é exceção o Brasil.

Por isso é tão importante o trabalho do defensor público...



(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... porque é o defensor público que constrói o atendimento àqueles que não podem ter acesso à assessoria, à consultoria, à defesa jurídica quando não têm dinheiro. É por isso que é tão importante, porque é um passo na direção da sociedade que nós desejamos, em que ninguém fique preso por ser pobre e seja solto por ser rico tendo cometido o mesmo crime. Isso é indecente!

A desigualdade da roupa, do carro é uma desigualdade que podemos até dizer que não é ideal, mas não é indecente. Mas uma pessoa ser solta, outra ficar presa por causa da renda diferente, tendo cometido o mesmo crime, é indecente. Os defensores tratam de trazer a decência enquanto nós não radicalizarmos na ideia da igualdade.

Por isso, eu estou aqui, por ter sido um grande defensor, quando governador, dos serviços de defensoria, por ser alguém que faz política querendo construir a igualdade, essa igualdade diferente que eu disse, não aquela de 200 anos atrás, e por isso que eu trouxe aqui a vocês o meu abraço nesta comemoração, tanto para os advogados, que fazem a Defensoria Pública, como também para os funcionários da Defensoria Pública, porque sem eles os advogados não iam conseguir prestar os serviços que eles fazem. (*Palmas.*)

Eu trago um abraço e quero dizer que, por mim, nós precisávamos fazer uma reforma universitária em que os cursos de Direito priorizem, sobretudo, os cursos que vão formar defensores públicos. Se a universidade é pública, tem que defender, sobretudo, os profissionais que vão trabalhar na Defensoria Pública, como as faculdades de Medicina devem tratar de alguma forma especial os que vão trabalhar no SUS.

Esse é o compromisso público que a universidade precisa ter. Lamentavelmente, não é isso o que a gente vê. Vai-se para a Defensoria Pública, muitas vezes necessitando de cursos especiais que não tiveram na universidade. Em geral, a universidade tende a induzir o contrário da Defensoria Pública até porque tende a induzir aqueles que vão fazer Direito na busca apenas do sucesso pessoal, que é um direito de cada um, mas a gente tem que ter direito ao sucesso e obrigação com o serviço. Uma universidade pública deve formar alguém para ter sucesso e alguém para ter obrigação pública também.

Então, fica aqui o meu abraço a vocês, a minha crença de que um dia ninguém vai ser preso ou vai ser solto conforme o dinheiro que tem, mas, sim, conforme a inocência que tiver ou o tamanho do crime que cometeu. E, até lá, felizmente, vocês existem, prestando este serviço de que a sociedade tanto precisa, de quebrar a indecência que é a desigualdade no acesso a um serviço jurídico.

Muito obrigado por vocês existirem.

É por isso que eu estou aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Cristovam Buarque, parabéns pela fala.

Eu, quando o Senador Cristovam falava da questão de pobres e ricos, fui recentemente a Curitiba, visitei todos os presos que estavam lá e terminei visitando, junto com a Comissão de Direitos Humanos, o Presidente Lula. Mas o que vou contar aqui não tem nada a ver com esse quadro político, Senador Cristovam. Eu vi lá uma menina com 20 anos presa, ali numa cela, claro, separada, da Polícia Federal de Curitiba, e aquilo me intrigou. Daí perguntei a ela e ao representante dos cárceres: "Por que ela está presa?". Ela devia ter no máximo 20 anos. Ele me



disse: "Ela recebeu uma nota falsa e passou-a para frente, e aí foi mandada para cá." Eu disse: "Sim, mas não tem outra forma de resolver isso?" "Tem", disse o agente da Polícia Federal. Ela foi condenada a pagar R\$2 mil – e ela deve estar lá ainda – e está há cinco ou seis dias presa porque não tem os R\$2 mil. Aí é aquilo que V. Ex^a está contando: se fosse um rico, R\$2 mil tirava do bolso, vai lá o pai ou um amigo e paga. Ela estava já há quase uma semana no cárcere porque não podia pagar os R\$2 mil – só enfatizando essa diferença entre o rico e o pobre. Se fosse um rico, nem tinha pousado lá.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Aquele que fabricou um milhão de notas falsas, uma das quais ela passou adiante, certamente sem nem saber que era falsa, esse que fabricou um milhão, se tiver um bom dinheiro, poderá pagar um advogado, com notas que não sejam falsas, inclusive, e ficar solto. E ela, por uma nota que passou adiante, fica presa. Isso a gente vai ter de quebrar. Mas enquanto não quebrarmos isso, muito obrigado a vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Cristovam!

O Senador Medeiros não se encontra no plenário, mas ele pediu que eu registrasse a presença do Desembargador Eleitoral Substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, Sr. Jackson Di Domenico – o Dr. Jackson Di Domenico já esteve aqui – e também do Presidente da Associação Goiana de Defensores Público, Sr. Gustavo Alves de Jesus, que já foi aqui registrado.

Então, eu passo a palavra agora ao Defensor Público-Geral Federal, Presidente do Conselho Superior de Defensoria Pública da União e Representante do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais, Sr. Carlos Eduardo Barbosa Paz. *(Palmas.)*

O SR. CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ – Sr. Presidente desta sessão solene, Senador Paulo Paim, a quem muito agradeço por estar conosco nesta manhã, a pedido, inclusive, de sua amiga, a Senadora Vanessa Grazziotin, a quem rendo nossas homenagens como propositora desta sessão solene em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública. Sempre Senador, sempre Deputado, sempre Presidente do Congresso Nacional, Mauro Benevides, pessoa exemplar para nós cearenses, todas as palavras generosas que me dirigiu, certamente, são fruto da grandeza de seu coração, plasmado em décadas de vida pública ilibada. Minha sincera homenagem a V. Ex^a. Nobilíssimo Sr. Defensor Público do Estado de São Paulo e Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), que aqui prestigia conosco e celebra este dia nacional, acompanhado de sua Vice-Presidente, Dr^a Thaís Oliveira; Nobilíssimo Dr. Igor Roque, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Federais, que conosco ombreia a labuta da Defensoria Pública Federal cotidianamente por este País. Peço vénia, Senador Paim, aqui nesta Casa dos Estados, para saudar os Senadores do meu querido Estado do Ceará: o Presidente desta Casa, Senador Eunício Oliveira, o Senador José Pimentel e o Senador Tasso Jereissati, exemplos de homens públicos. Agradeço também ao Ex^{mo} Sr. Defensor Público-Geral do Estado da Bahia e mui digno Presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais, o amigo Dr. Clériston Macêdo, que pediu e me deu a honra de aqui representar o Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, composto pelos Defensores Públicos-Gerais de todos os Estados da Federação e do Distrito Federal. E aqui vejo tantos colegas dos Estados:



Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Goiás, Distrito Federal. Enfim, que bom momento rever todos em prol de uma causa nossa. Queria saudar os meus colegas defensores públicos federais, os que nos acompanham nesta gestão, neste biênio que já se encaminha para o seu fecho. Obrigado por todo o apoio, por todo o trabalho, por toda a dedicação feita não à nossa instituição, mas a quem ela serve: o povo brasileiro. É esse o legado que nós, defensores públicos, temos de deixar dia após dia, da hora em que levantamos à hora em que dormimos. É isso que fica, é isso que esperam de nós e é isso que o tempo irá julgar. Autoridades civis e militares que aqui já foram nominadas, servidores, colaboradores da Defensoria Pública Federal, da Defensoria Pública dos Estados, desta Casa Legislativa, cidadãos e cidadãs brasileiros, nosso bom dia.

É com muita alegria e renovado senso de responsabilidade social que a Defensoria Pública brasileira, nesta manhã de maio, celebra no Senado Federal a efeméride de seu dia nacional.

Após 30 anos de promulgação da Constituição Federal, a escolha do constituinte – e aqui temos dois: Paim e Benevides – em dotar o Estado brasileiro com um órgão público, permanente, gratuito e autônomo para servir ao povo brasileiro mostra-se das mais acertadas.

O modelo defensorial brasileiro, mesmo com os desafios que se divisam no horizonte, Senador Paim, traz em si a sustentável essencialidade no sistema de Justiça de um País ainda desigual e que sofre.

Daí é que, nos chamados momentos de crises e instabilidades, o cidadão vulnerabilizado sabe que pode e deve contar com as defensoras e os defensores públicos organizados pelo Território nacional. São em situações de desamparo social, precarização de relações de trabalho e emprego, violação e negação de direitos básicos como saúde, moradia e liberdade, e muitas vezes pelo próprio Estado violados, que a Defensoria Pública justifica sua mais inofensível existência.

Orgulha-nos, a nós defensoras e defensores públicos, saber que em pesquisa realizada e divulgada pelo Conselho Nacional do Ministério Público em parceria com a GMR Inteligência e Pesquisa, Senador Hélio José, em setembro do ano passado, a Defensoria Pública foi avaliada como a instituição mais importante para os brasileiros e a que tem o maior percentual de confiança entre os órgãos do sistema de Justiça, Presidente. Isso só aumenta a nossa responsabilidade perante aqueles que necessitam de nossos serviços, individual ou coletivamente. Indica também uma frequente disposição que devemos ter ao diálogo com os demais entes essenciais à Justiça para uma resolução mais célere, econômica e efetiva àqueles que clamam por dignidade.

Sem esse esforço conjunto, meus amigos e amigas, perderá o País, sofrerá o necessitado.

Orgulha-nos, igualmente, saber que a cidadã e o cidadão brasileiros atendidos pela defensoria pública, terão seus anseios defendidos com qualidade e denodo em todas as instâncias nacionais e internacionais, a exemplo de causas patrocinadas pela Defensoria Pública no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Em levantamento de *habeas corpus* julgados no Supremo Tribunal Federal, como dito por S. Ex^a o Dr. Igor Roque, divulgado pelo Portal de Informações Jurídicas Jota.info, assim concluiu em dezembro passado: "A defensoria venceu um número praticamente cinco vezes maior de *habeas corpus* que a advocacia privada de elite, totalizando 1,787 mil ordens concedidas desde 2009.", fecham-se aspas. O dado é ilustrativo apenas, especialmente pela sabida qualidade dos quadros da advocacia brasileira. No entanto, o mérito



da Defensoria está, em verdade, na garantia do acesso integral do primeiro ao último grau de jurisdição.

Para que serviços essenciais dessa natureza se mantenham, precisaremos, Senador Paim, dialogar oportunamente com o Congresso Nacional para uma real e definitiva estruturação dos órgãos de defesa jurídica no País.

A antinomia estabelecida entre o novo regime fiscal e a Emenda Constitucional nº 80, que determinou a instalação das defensorias públicas por todas as comarcas onde houve Poder Judiciário, tem sido inviabilizada por restrições orçamentárias.

Certamente, em nome dos mais pobres que se beneficiam dos nossos serviços, há que se urgentemente construir solução equânime e exequível para que não se impacte duplamente os que mais precisam de atenção e cidadania. Se já são vulnerabilizados na sua condição, vulnerabilizar a instituição constitucional que os defende é punir duplamente, é um *bis in idem*. (*Palmas.*)

Mas como dito alhures, nada, nada, nada nos desviará do caminho de prestar a melhor assistência integral e gratuita aos que nos procuram e aos que ativamente buscamos, mesmo quando o cenário for adverso e intimidador.

Vejo aqui o Senador Hélio Leite, perdão, Senador Hélio José, o Senador Telmário Mota. Nossos cumprimentos aos seus Estados: Distrito Federal e Roraima. Vejo ali a Irmã Rosita Milesi, da Organização Internacional de Migrantes. Quem bom tê-los todos aqui conosco nesta manhã!

Nesta semana, nossa homenagem a todos os que fazem a Defensoria Pública do Brasil, aos colegas que neste exato momento estão pelo País, alfabeticamente do Acre ao Tocantins, prestando atendimentos, visitando penitenciárias, acompanhando audiências de custódia, despachando pedidos de leitos de UTI e dispensa de medicamentos ao enfermos, orientando o registro civil de indocumentados, acompanhando procedimentos de infância e juventude, enfrentando o trabalho escravo, enfrentando o tráfico de pessoas, atendendo migrantes na fronteira do Brasil – não é, Irmã Rosita e Senador Telmário? – enfim, um sem-número de afazeres que visam aliviar a angústia das pessoas.

Aqui cito especialmente uma política abraçada pela Defensoria Pública, que é a atenção às pessoas em situação de rua. Penso, Senador Paim, que o senhor, que é homem do povo, sabe do povo, conversa com o povo, sabe o quanto indigno à cidadania é uma situação de rua involuntária, cruel, sem portas. Aí ao seu lado... (*Palmas.*)

Aí ao seu lado, nesta Mesa, testemunhei suas sílabas emocionadas ao falar da nossa existência: para que existimos, para quem servimos. Esse é o nosso norte: servir àquele que não pode perder o único bem que lhe resta, que é a esperança. Vida ele não sabe mais se tem, pois é uma vida excluída, uma vida precarizada. Mas ele ainda guarda no seu íntimo um pouco de esperança. E nós somos a retroalimentação dessa esperança. Uma defensora e um defensor público, um servidor e uma servidora, um colaborador, um estagiário, um voluntário, somos, sim, a esperança que ele tem de ser ouvido. Nem tudo resolvido, mas ouvir o outro.

Eu gosto muito de um verbo, grande tribuno e orador Mauro Benevides, que é "laborar". Não sei se a etimologia me aquiesce, mas para mim, ele junta a labuta com a oração: "laborar", trabalhar com as mãos, orar com as mãos.



Orar em prol de um país mais justo, mais digno. Que aquelas pessoas tenham orgulho de, ao passar por um pavilhão nacional e de ouvir uma estrofe do nosso hino, lembrar que fazem parte de uma nação.

Parabéns a todos que fazemos essa bela e operosa instituição. Celebremos o serviço prestado até aqui, celebremos a importância creditada à instituição Defensoria Pública, celebremos, pois, a existência da Defensoria Pública do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse brilhante discurso foi do Defensor Público-Geral Federal, Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública da União e representante do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais, Sr. Carlos Eduardo Barbosa Paz.

Até o nome ajuda, Paz. O que mais precisamos é de paz e direitos iguais.

Temos agora dois Senadores inscritos. Senador Hélio José, que é Senador por Brasília, neste ano, mas pré-candidato a Deputado Federal. (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar S. Ex^a, Senador Paulo Paim, para quem eu gostaria muito de poder votar para Presidente do Brasil, para termos de fato um negro, uma pessoa humana, uma pessoa honesta, uma pessoa ficha limpa presidindo o Brasil, com experiência prestada – porque não adianta ser ficha limpa e não ter experiência prestada.

O Senador Paulo Paim está aqui há várias legislaturas – duas como Senador, três como Deputado. Portanto, há anos a fio e nunca teve uma acusação por má conduta.

O meu Partido, o PROS, ofereceu a candidatura a Presidente para o Senador Paulo Paim, mas ele não pôde porque já tinha um compromisso com o Partido onde está.

O povo do Rio Grande do Sul o quer Senador da República, o fará novamente Senador da República. Espero que um dia possamos estar aqui, podendo votar no Senador Paulo Paim para Presidência da República. Eu gostaria que fosse agora, mas logo, logo, se Deus quiser...

Quem sabe o PT, em um momento de lucidez, se o Lula não puder ser candidato, coloque o Senador Paulo Paim para Presidente para que nós possamos realmente retornar ao Brasil democrático, ao Brasil de todo o povo brasileiro.

Meu nobre Senador Paulo Paim, meus cumprimentos ao senhor, que é uma referência para todos nós aqui nesta Casa.

Obrigado. (*Palmas.*)

Meu nobre Defensor Carlos Paz; meu Presidente da Associação Nacional de Defensores Públicos, Sr. Antônio Leite; meu Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Sr. Igor Roberto Roque, que tanto aqui tem trabalhado conosco, meu nobre e eterno Presidente desta Casa Senador Mauro Benevides, uma pessoa governadora, uma pessoa sempre simpática que, por onde anda, faz referência a todos nesta Casa. É uma pessoa que nós admiramos muito.

Obrigado, Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Queria falar a vocês, defensores queridos, a nós que lutamos tanto pelo direito, pela questão do direito da carreira de vocês, pelo direito a ter a remuneração digna, correta, sem diferencial com outros setores da advocacia brasileira, sendo vocês os defensores dos pobres, os defensores dos oprimidos, os defensores



daqueles que não têm oportunidade, nem recursos, de poder ir atrás dos poderosos. É de muita dignidade saber que usei, várias vezes, desta tribuna, para poder defender esse justo direito de nossa equiparação, servidores públicos concursados, que não merecemos ser tratados de forma diferenciada, seja por ser homem, seja por ser mulher; seja por ser negro, seja por ser branco; seja por ser advogado dos pobres, seja por advogado das acusações.

Nós temos todos direito a ter uma remuneração equivalente, uma remuneração digna, que nos garanta podermos sempre trabalhar com muita tranquilidade, porque nós, servidores públicos concursados – e aqui está o Senador Paim, que foi o Presidente da CPI da Previdência, e eu fui o Relator –, provamos, por a mais b, ao Governo brasileiro e a todos que aquela proposta da PEC da morte, a PEC 287, que faria com que as pessoas nunca mais pudessem aposentar-se – por isso chamada de PEC da morte –, era uma vergonha, uma mentira, que não prevalecia.

Por isso, nós comprovamos isso, com o nosso relatório, e conseguimos enterrar essa proposta indigna do povo brasileira, só para agradar banqueiro e para prejudicar a nossa classe trabalhadora, principalmente a nossa, de servidores públicos concursados, que queria dizer que nós somos privilegiados, porque abdicamos da possibilidade de ser um empresário rico e milionário, da noite para o dia, para servir à burocracia brasileira e trabalhar, para que as leis, para que a Constituição brasileira, para que a Lei nº 8.112 prevaleça e o devido processo legal e as pessoas que tenham direito tenham voz e defesa nesta Casa e em todas as casas possíveis.

Não é isso, Senador Paulo Paim? (*Palmas.*)

Meus nobres defensores, não poderia deixar de me manifestar nesta sessão especial em que celebramos o Dia da Defensoria Pública. Isso pelo profundo respeito que tenho pelo trabalho desenvolvido por defensoras e defensores públicos do nosso País e de nossos Estados, porque, também as defensorias estaduais fazem um trabalho maravilhoso, igual ao que vocês fazem em nível da União.

Conforme o art. 134 da nossa Constituição – abro aspas:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, [...].

Fecho aspas.

Peço desculpas pelo meu atraso, pois estava na missa de corpo presente do nosso nobre Pe. Amauri, irmão de D. João Braz de Aviz, uma das pessoas mais humanas e democráticas deste Brasil, que veio direto de Roma para isso. Nós estávamos lá na igreja, assistindo à missa de corpo presente daquele que foi embora de nossas vidas, no dia de Nossa Senhora, no dia da mãe de todos nós, no Dia das Mães. Ele é uma pessoa muito honrada, como o são também vocês, os Defensores Públicos da União e dos Estados brasileiros.

Trata-se, portanto, de uma das mais nobres funções de Estado, desempenhada por profissionais que, atuando nas esferas federal e estadual, devotam o melhor de sua capacidade laboral ao amparo e à promoção dos direitos das camadas mais frágeis da nossa população.



Contudo, apesar da essencialidade do serviço que presta, o sistema brasileiro de Defensorias Públicas necessita de maior atenção e prioridade, sobretudo no que diz respeito à carência de recursos humanos e meios de atuação.

Minhas homenagens à minha querida Michelle Leite – eu não sei se ela está por aqui –, uma pessoa que batalhou tanto junto conosco aqui para solucionar as questões de todos vocês da Defensoria Pública.

Note-se, por exemplo, que o Brasil possui mais de 12,3 mil promotores e procuradores no Ministério Público da União e dos Estados, enquanto o número total de defensores público é pouco superior a 6 mil, conforme dados extraídos do IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, publicado em 2015.

Segundo a Ordem dos Advogados do Brasil, em novembro de 2016, o Brasil contabilizou, pela primeira vez, o contingente de mais de 1 milhão de advogados, o que dá uma média de um profissional para cada 209 habitantes. Já as defensorias públicas estaduais possuem uma média de um defensor público para mais de 15 mil pessoas, constantes do universo formado pelo público-alvo de sua atuação.

Há também enorme carência não só de defensoras e defensores, mas também de estagiários e de servidores administrativos.

Ainda de acordo com o mencionado diagnóstico, apenas as defensorias dos Estados de São Paulo e do Tocantins teriam recursos humanos condizentes com a necessidade de apoio técnico e administrativo das unidades. Apesar disso, gente, em 2014, os defensores públicos realizaram uma média de 1.869 atendimentos e ajuizaram, em média, 668 ações judiciais por Estado da Federação.

E esse formidável profissional também atua em outras frentes.

Por meio da Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep), realizam importantes campanhas, como, por exemplo, a campanha do direito à documentação pessoal, que visa à emissão de certidão de nascimento, de carteira de identidade e de CPF, voltada para públicos mais carentes e com menos acesso às instituições tradicionais.

Para concluir, a existência da Defensoria Pública e sua atuação em favor das pessoas e coletividades são essenciais à garantia dos direitos humanos. E pelos direitos humanos ela deve se pautar.

Por todas essas razões é que, modestamente, me associo às justas homenagens hoje aqui prestadas a esses valorosos profissionais, defensoras e defensores públicos de todo o Brasil.

Meu abraço ao Ricardo, anistiado, ao José Antônio, anistiado, que estão colaborando com a Defensoria Pública. Estão tentando aqui resolver uma situação digna, para que os anistiados – anistiados lá do governo Collor – possam trabalhar de forma cada vez mais digna. Quero cumprimentar a Defensoria, Carlos Paz, por estar abrigando tantos anistiados, e esses anistiados estarem trabalhando tanto em prol da Defensoria.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Meus agradecimentos, meu nobre Senador Paulo Paim; meus agradecimentos, meus nobres defensores, por tudo o que vocês têm feito pelo nosso Brasil afora, para todas as populações carentes, que são quem de fato necessita do nosso trabalho digno, honesto, ficha-limpa e de defender as pessoas com dignidade e poder



andar de cabeça erguida e dizer: estamos fazendo a nossa tarefa, e não desviando ou roubando o dinheiro público aqui nesta Casa.

Eu, o Senador Paulo Paim e vários outros aqui nos associamos a esta causa.

Muito obrigado e um forte abraço a todos vocês.

Obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José. (*Palmas.*)

Muito bem. O Senador Hélio José, repito, é Senador por Brasília e, por decisão dele, é pré-candidato a Deputado Federal. O Senado perde, mas a Câmara ganha, Senador Hélio José.

Passo a palavra, agora, ao Senador Telmário Mota. (*Palmas.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, quero saudar os demais membros da Mesa em nome do meu querido amigo Carlos Paz.

Carlos, em seu nome, quero saudar todos.

Quero saudar todos que estão também aí na plenária em nome do Luiz Carlos Martins, que vive aqui lutando, sempre buscando o melhor para a Defensoria. E quero saudar todas as mulheres aqui presentes, defensoras ou não, em nome da Drª Terezinha Muniz, Defensora do meu Estado, minha amiga do meu coração – como todos.

Meus assessores fizeram um relatório que eu acho até interessante pelos dados técnicos que tem e pelo informativo para o Brasil inteiro, mas eu vou fugir um pouco disso aí para falar um pouco da Defensoria dentro da minha visão.

Eu tenho um carinho muito grande pela Defensoria, porque, no meu Estado, em 2000, ela foi fundada pelas mãos de um irmão meu, Dr. Juscelino Kubitschek – até o nome dele é nobre. Então, o Dr. Juscelino Kubitschek foi o fundador. E ali, de uma forma muito embrionária, dando os primeiros passos, com todas as dificuldades – que hoje ainda perduram – que, na época, muito mais ainda existiam.

Em seguida, tivemos alguns outros promotores, mas também o Dr. Dener. O Stélio Dener, também meu primo, foi o penúltimo defensor e é subdefensor atualmente, junto com a Terezinha.

E eu coloquei este ano, para a Defensoria Pública, Dr. Carlos Paz, R\$500 mil. Achei pouco, mas é um recurso que vai aparelhar a defensoria para as ações itinerantes. São duas vans bem confortáveis, de 23 ou 16 cadeiras, com ar-condicionado, que podem realmente levar os nossos defensores até aquela população mais carente, aos Municípios mais carentes, que não estão totalmente cobertos.

A Defensoria do Estado de Roraima tem um privilégio: hoje ainda não a temos em nível nacional. Lá, por exemplo, a Defensoria tem autonomia administrativa, autonomia financeira; e os subsídios dos defensores são iguais aos dos juízes e promotores do Estado. Então, é uma luta que valeu a pena, da qual nós participamos efetivamente.

Inclusive, um dos defensores conseguiu se eleger como o mais votado no PDT nosso, o Dr. Oleno Matos, que agora vem para Federal e com certeza vai ganhar. Está com boa aceitação; é um cara que tem um trabalho fantástico, uma pessoa que realmente tem toda uma afinidade com a população. Então, isso é pelo carinho, pela demonstração...

E, sem nenhuma dúvida, eu até digo que a Defensoria Pública está para a população carente na área jurídica como está o SUS para a população: com a mesma deficiência; porque o



SUS não atende à grande demanda da saúde nacional, mas ainda é uma peça indispensável para melhorar a saúde e a qualidade de vida do nosso povo, e a Defensoria é a democratização da Justiça por meio daquela pessoa que está ali assistindo o mais carente, o mais necessitado, o homem da mão calejada, aquele humilde que tem até medo de entrar em um fórum, em um órgão público, porque fica temeroso, fica se achando até inferior. Então, quando ele tem o braço amigo do defensor ou da defensora, ele se encoraja; nasce a segurança, o espírito de que a Justiça pode ser feita.

Então, sem nenhuma dúvida, o trabalho do defensor é um dos mais brilhantes e sociais dentro da Justiça brasileira. Vocês, realmente, são os heróis, os médicos do paciente jurídico. Você sabe que, quando você está doente, só em o médico observar, em dar um sorriso, em dizer que seu problema vai ser solucionado, você fica muito feliz, muito alegre. E assim é o defensor: quando ele olha nos olhos daquela pessoa tão carente, tão necessitada, tão insegura, passa ser aquela âncora, aquela coisa sólida nesse mundo jurídico.

Lamentavelmente, ainda não temos os defensores nacionais cobrindo todas comarcas em que hoje há juízes e promotores. Mas vocês sabem que toda grande conquista, principalmente quando você defende... E eu disse aqui, nesta plenária, várias vezes, quando lutei – e o Carlos Paz sabe disto –, que, quando você defende o pobre, você tem os Senadores e Deputados dos ricos contrários. Eles sabem pedir voto dos pobres, mas, na hora aqui de defender aquilo que é para ajudar as pessoas carentes, botam aquelas mil e uma dificuldades. Então, sempre vejo aqui, nesta Casa, que, para beneficiar os ricos, eles abrem todas as portas e janelas e, se possível, ainda destelham o Senado, mas, quando é para ajudar aquele que realmente dá a justiça, que dá a igualdade, aí colocam uma série de dificuldades neste País.

Mas é assim mesmo. Nós vamos sempre vencendo, e, cada conquista, Carlos Paz – pode ter certeza –, cada passo, cada caminhada é uma vitória gloriosa, porque é um trabalho nobre, um trabalho reconhecido.

A todos vocês eu tiro o chapéu e faço minha total homenagem.

Um abraço.

Muito obrigado e parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Senador Temário Mota, com um discurso bonito, como sempre.

Eu queria só registrar a presença conosco dos estudantes de Direito do Centro Universitário da Grande Dourados, de ensino superior.

Uma salva de palmas para a moçada, porque eles estiveram, por um longo período aqui, assistindo a todo o debate.

Conforme combinamos com o nosso Presidente, vamos agora passar um vídeo institucional da Defensoria Pública, como último ato deste belíssimo evento.

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Belíssimo vídeo.



Meus cumprimentos à equipe, inclusive pela sensibilidade do momento, daquele edifício lá em São Paulo... Até hoje não consigo entender o que se deu para aquele edifício cair inteirinho de um momento para o outro. Muita coisa vai ser investigada ainda.

Enfim, amigos e amigas, eu fiz minha fala na abertura.

Nós vamos encerrar agora este belíssimo evento, mas, antes de encerrar – eu combinei com o nosso Presidente –, nós vamos convidar todos para subirem aqui e tirarmos uma foto histórica desta data.

Assim, a sessão especial do Senado destinada a comemorar o Dia da Defensoria Pública atingiu todos os seus objetivos, e assim nós encerramos a sessão com uma grande salva de palmas a vocês, os nossos abolicionistas. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 52 minutos.*)



Ata da 69^a Sessão, Não Deliberativa,
em 14 de maio de 2018

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência dos Srs. José Medeiros e Telmário Mota.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 15 horas e 17 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**).

Antes de começarem as falas dos Senadores inscritos, temos um registro a fazer: houve o passamento do ex-Senador Epitácio Cafeteira. Ele foi Prefeito de 1965 a 1969; Deputado Federal de 1975 a 1987, pelo Maranhão; Governador do Maranhão; e Senador pelo Maranhão por duas legislaturas.

Eu queria neste momento pedir a todos, as Sr^{as}s e os Srs. Senadores, que façamos um minuto de silêncio em homenagem a esse grande Parlamentar, a esse grande político brasileiro.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Passo a palavra para o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Se V. Ex^a me permitir, de forma muito rápida, devo dizer que conheci o Senador Cafeteira. Era um Senador que aprendi a respeitar, e vou explicar por quê. Com ele não havia aquela história, como é também com V. Ex^a, de dizer uma coisa e fazer outra. Era um Senador muito franco, aberto ao diálogo, e quando ele dizia "essa aqui eu acompanho, essa eu não posso", assim ele fazia, sempre no mais alto nível. Ele ficava sentado mais ou menos aqui à minha esquerda e não era de falar muito, até porque no final, no último período que passou conosco aqui, ele já estava meio debilitado. Mas era uma pessoa a quem aprendi a respeitar pela sua posição firme e clara a respeito de em que ele podia nos acompanhar e em que ele não podia, e explicava por quê. E assim nós tivemos com ele uma convivência, eu diria, muito propositiva, muito saudável.

Lamento o falecimento dele, mas assim é o ciclo da vida. Que ele esteja lá no alto, abençoado por Deus.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Registro ainda que o Senador Epitácio Cafeteira Afonso Pereira nasceu em 27/06/1924. Portanto, tinha 93 anos.

E agora com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador José Medeiros, ontem foi o Dia das Mães, e todos nós fizemos a justa homenagem a todas as mães, eu diria, do Planeta, do mundo, tanto à mãe adotante como àquela que gera. E, como eu disse aqui em uma sessão, para mim mãe é aquela que ama, que cuida – e pai também, aquele que ama, que cuida –, que zela, que dá orientação, que realmente cumpre o papel de mãe. Por isso, o mundo todo saudou ontem o Dia das Mães. Eu já fiz um pronunciamento longo aqui naquela sessão de homenagem encaminhada pela Senadora Ana Amélia.

Hoje, Sr. Presidente, eu quero lembrar também o dia de ontem. Ontem, 13 de maio, foram celebrados os 130 anos da abolição da escravatura, os 130 anos da Lei Áurea. Por isso, Sr.



Presidente, Senador José Medeiros, vou dedicar o meu tempo no dia de hoje para falar dessa situação.

Ontem, 13 de maio, foram celebrados os 130 anos da abolição da escravatura. A escravidão pode ter sido juridicamente abolida aqui no nosso País pela Lei Áurea, mas, de fato, em diversos âmbitos, podemos considerar que ela permanece até os dias de hoje. Nossa luta é no sentido de que ela seja definitivamente extinta, juntamente com qualquer tipo de preconceito e racismo.

Em nosso País, os homicídios dolosos atingiram padrões epidêmicos. Em 2016, foram assassinadas, no Brasil, 61.619 pessoas – quase 62 mil pessoas foram assassinadas. A vitimização apresenta padrões particulares: 53% das vítimas são jovens; desses, 77% são negros, e 93%, do sexo masculino. O homicídio doloso é a primeira causa de morte entre os jovens. Esses dados concentram-se na camada mais pobre e na população negra, reproduzindo e aprofundando as desigualdades sociais e o racismo estrutural.

Não posso me omitir, não posso me calar diante da banalidade com que se desenrola o genocídio da população, principalmente a negra, no Brasil, especialmente no que tange a jovens negros – principalmente do sexo masculino. É claro que não queremos que ninguém, ninguém seja assassinado, seja branco, seja negro, seja índio, seja emigrante, seja imigrante, mas aqui os dados mostram que é principalmente o povo negro.

Por todo o País, repetem-se relatos de crueldade com os adolescentes sob a custódia do Estado. A sociedade fecha os olhos para a tragédia dessa juventude – para a tragédia dessa juventude – por acreditar que os adolescentes infratores que morreram mereceram a morte e estavam mesmo fadados a ser bandidos a vida inteira. Isso é o que muitos pensam. E claro que nós discordamos.

É uma geração que nasce e morre invisível ou, quando muito, que representa uma ameaça à manutenção da ordem social e, assim, é considerada merecedora da desgraça e do desterro. Muitos dizem: "Devem morrer cedo mesmo". É uma política, como eu sempre digo, desumana, cruel, truculenta, desrespeitosa à vida. A vida tem de estar sempre em primeiro lugar. Não importa se é branco, negro, índio, repito, cigano.

Apresentei – o Senador Hélio José é o Relator –, aprovamos em duas comissões e vai para a de mérito, que é a CDH, o Estatuto do Cigano. Assim foi o Estatuto da Igualdade Racial, que é lei; o da Pessoa com Deficiência, que é lei. São setores considerados vulneráveis e discriminados. O da Juventude também, que relatei e que é lei; e o do Idoso, de que fui Autor, que é lei.

Como muito bem se posiciona Mário Volpi, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância, o famoso Unicef, em função do preconceito social, há uma perspectiva de parte da sociedade, que imagina que, se o garoto foi assassinado, alguma coisa ele deve ter feito. Não. Não. Nós temos milhares de casos de covardia, de crime, de assassinato, de submissão à violência, de, inclusive, estupro de jovens negros e negras e também de brancos e índios. Ninguém tem de morrer porque é jovem.

Não conseguimos responder que ele não fez nada, a não ser em alguns casos isolados, não porque ele tenha feito alguma coisa, mas porque nós não recolhemos essas informações, e assim não sistematizamos e não fazemos um trabalho sério de divulgar para a sociedade.

Alguém poderia me assistir neste momento e dizer: "Não, tal jovem fez isso". Bom, que responda pelo que fez. O que eu não quero é que generalizem. É como se todo jovem assassinado fosse um marginal. Não. Não é verdade. Não é verdade.



Quem cometeu algum tipo de delito vai responder pelo que fez.

Como eu dizia, não recolhemos essas informações e não trabalhamos com elas. Assim, o que estamos fazendo é matar, matar e matar vítimas, na maioria dos casos, inocentes.

Mesmo que elas não fossem inocentes, não é pela morte da juventude que você vai resolver. Cadê a chamada proposta de socialização? Cadê a chamada proposta de recuperação? Onde está a educação? Onde está o ensino técnico, para salvar a nossa juventude?

Elza Soares, desde 2003, já denunciava que a carne mais barata do mercado é a carne negra, infelizmente. E não tem de ser carne nenhuma. É essa a carne que está em franca liquidação nos subempregos, que vai de graça para o presídio e, de lá, direto para um saco de plástico – isso quando não é indevidamente abandonada em qualquer canto ou recanto.

Essa nossa política social, focada na marginalização, no extermínio e no subaproveitamento laboral da população negra e branca pobre, tem de parar. É um jogo de perdedores. Todo mundo perde. A violência só aumenta. É impossível dizer quantos músicos excepcionais, quantos cientistas brilhantes, quantos médicos inovadores, quantos intelectuais que poderiam ter mudado o mundo, quantos deles e delas o nosso racismo cotidiano não enterrou nesses sacos plásticos pretos, na vala de indigentes.

A desigualdade racial em nossa sociedade viola os direitos humanos de milhões de brasileiros e tem um custo alto para o desenvolvimento econômico do País e, consequentemente, das políticas humanitárias.

A população negra tem, em média, cerca de dois anos a menos de estudos do que a população não negra, que já tem um nível educacional baixo comparado aos países desenvolvidos. Dado que os negros são 55% da população, o País compromete a sua competitividade pela limitação nesse nível de escolaridade de negros e brancos pobres. Há uma disputa desigual, e, na economia global, nós vamos ficando para trás.

O fato é que, mesmo que não fosse possível fazer uma análise perfeita do montante financeiro que perdemos com o racismo, não cabe dúvida. Nos países onde houve avanço em direção a uma sociedade mais igualitária, do ponto de vista racial, isso só foi possível graças ao reconhecimento da incapacidade do mercado em eliminar os mecanismos de discriminação. Foi e tem sido com o apoio decisivo do aparato regulatório do Estado que as diferenças sociais e econômicas entre grupos raciais distintos puderam ser abrandadas.

E veja, vou lembrar aqui: nos Estados Unidos, se avançou muito; no Brasil, estamos dando marcha a ré, andando para trás. No Reino Unido se avançou muito; na Holanda se avançou muito; na França se avançou muito; na Itália se avançou muito, por exemplo. Aqui, no Brasil, a concentração de renda fica na mão de praticamente 1% da população, e aí eles entendem que, em vez de formar, preparar, educar, recuperar, dar ensino técnico, dar ensino profissional, dar educação à altura para que eles possam entrar na universidade... Eles entregam nas mãos do narcotráfico.

Se não direcionarmos nossos esforços agora na agenda da desigualdade educacional, contemplando também a dimensão racial, estaremos fadados, num futuro próximo, a uma situação de limbo na competitividade global.

O relatório final da CPI Assassinato de Jovens, onde eu fui Vice-Presidente, concluiu que, de fato, se quisermos resolver o problema do genocídio de nossa população negra e jovem, serão necessários alguns encaminhamentos: a construção de iniciativas articuladas e intersetoriais entre política, justiça, educação e saúde; priorizar investimentos, esforços e recursos em



territórios selecionados com taxas maiores de vulnerabilidade; priorizar a situação com o segmento populacional jovem, especialmente a faixa etária entre 12 e 29 anos, que concentra a maioria das taxas de homicídio no Brasil, pretos e pardos; instituir e consolidar processos de avaliação, prestação de conta e controle social no âmbito da iniciativa do Plano Nacional, com forte engajamento e mobilização da sociedade, sobretudo dos próprios protagonistas da questão, os jovens, e da instituição e segurança entre outros.

Eu sempre digo que a criança não é preconceituosa nem racista. Lembro-me de uma frase do Mandela que diz: como é triste, como é hediondo você obrigar uma criança ou um jovem a odiar o outro pela cor da pele.

A política de cota no Brasil deu certo. Não há conflito nas universidades, não há conflito no campo da educação. No livro *Quatro Gigantes Da Alma*, o criminalista Mira y López trata desse medo, que se modifica em ódio contra a sociedade e contra cada um dos seus membros.

A violência é o preço da exclusão, da redução da criatura humana ao estatuto de invisibilidade por meio da miséria opressiva.

A guerra também tem um preço para os policiais. Em um período de seis meses, no primeiro semestre de 2015, só no Rio de Janeiro, 14 policiais foram mortos em áreas chamadas pacificadas, número que não encontra paralelo em outros países democráticos.

Ao mesmo tempo em que falo aqui em salvar as crianças, fica também a minha solidariedade às famílias dos policiais porque vemos, todos os dias, em manchetes, sendo assassinados.

Uma instituição que convive com tais números engendra medo e ódio. É nesse ponto que é preciso destacar o perfil do policial brasileiro, especialmente da Polícia Militar. Assim como as demais vítimas do absurdo da violência social, ele também é majoritariamente homem, jovem e negro pobre.

Vejam os destaque que a gente está dando aqui. Não é só o menino jovem que é assassinado que é negro. A maioria dos policiais hoje, no Brasil, são homens jovens e negros, que vieram de camadas pobres. Ou seja, nas duas pontas da violência social brasileira, temos o aniquilamento da população masculina negra e jovem, seja policial seja o menino que tenha cometido ou que foi assassinado covardemente, mas, enfim, ele morreu.

O que se observa na epidemia da violência aguda que vive o Brasil é que o perfil econômico, etário e principalmente racial do suposto alvo é o mesmo das vítimas.

Como resultado desse ódio, há um Estado policial onde há uma guerra de todos contra todos, e aí ocorrem chacinas, e morrem dos dois lados: o policial negro e o jovem negro.

Pratica-se a justiça pelas próprias mãos, por exemplo, quando uns querem vingar os outros sob a crença de que a Justiça não conseguirá manter preso o autor do crime, enquanto alguém de classe média promove linchamentos daqueles que identifica como ameaça ao seu patrimônio.

Dados obtidos a partir da realização de um levantamento de políticas públicas, programas e projetos de prevenção à violência com potencial para enfrentamento da questão dos homicídios na adolescência e juventude, desenvolvidos em 11 regiões metropolitanas por secretarias estaduais e municipais, apontam que foram mapeados 160 programas de prevenção à violência.

A despeito desses programas já chegarem a espaços mais populares, olhando mais diretamente para adolescentes e jovens, verificou-se a escassez de políticas e programas com foco específico na redução da letalidade, uma vez que, dos 160 programas, apenas 19 iniciativas tinham a redução de homicídios como objetivo específico.



Ademais, verificou-se contradição entre o perfil das principais vítimas de homicídios e as prioridades das políticas públicas, visto que apenas 16% apresentavam algum critério relacionado a gênero e somente 8% utilizavam algum critério relacionado à questão racial para definição do seu público-alvo.

Como consequência, há o aprofundamento de um quadro de extermínio da juventude, pois, desde 2002, observa-se uma situação perversa de aumento dos homicídios da população negra, o que, infelizmente, é fato e é real.

Para solucionar esses problemas, é preciso respeitar os direitos humanos, transformando efetivamente o princípio da dignidade humana em um princípio estruturante de todos e para todos, assim fortalecendo políticas públicas decentes.

Respeitar os direitos humanos é respeitar a lei, é respeitar a vida!

Desenhou-se no imaginário popular que defender direitos humanos é coisa de esquerdista ou de bandido, quando, na verdade, tudo o que os agentes dos direitos humanos pedem é o que qualquer pessoa racional pediria: que a lei seja cumprida. E os direitos humanos são para policial. Os direitos humanos são para quem não é policial, para quem é civil. Os direitos humanos são para todos.

Que o processo penal seja cumprido, que o Código Penal seja cumprido, que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja cumprido, que o Estatuto da Igualdade Racial seja cumprido – fui autor desses dois –, mas que o Estatuto da Juventude, do qual fui Relator, seja cumprido e que a Constituição Federal, por fim, de cuja elaboração também participei como Constituinte, seja cumprida!

É imprescindível, também, a existência de mecanismos de avaliação das políticas públicas.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os programas de prevenção à violência já conseguiram atingir redução de homicídios em grande parte da população, mas, por falta de planejamento e avaliação das políticas públicas, os homicídios entre a população negra só aumentaram.

Sr. Presidente, já estou indo para o final.

Sou categórico em requerer que atitudes sejam tomadas, pois o Brasil se encontra em um quadro crítico de violência.

O Estado precisa ser mais eficaz e aglutinar os recursos para combater essa questão que preocupa a todos.

Por isso, temos obrigação de nos ajudarmos, para que todos se debrucem sobre o assunto com mais afinco, para que, assim, possamos dar a resposta que o problema impõe.

E não é difícil aqui apontar caminhos. Começa com a educação; começa no jardim de infância até a universidade; começa com mais investimento em escolas técnicas; começa em garantir que lugar de criança não é no trabalho infantil, mas na escola; começa-se a investir mais em segurança pública para todos, tanto para os profissionais que atuam nessa área da segurança pública, seja a Polícia Civil; seja a Polícia Militar; sejam os agentes penitenciários; sejam aqueles que, de uma forma ou de outra, colaboram para a segurança pública; seja investindo em todo o segmento da população, seja negro, seja branco, seja índio, seja cigano, seja migrante, seja emigrante; seja investindo no mercado de trabalho, para que as pessoas tenham o direito de estudar, trabalhar e receber um salário decente; seja, Sr. Presidente, com



mais investimento na saúde... Hoje, pela manhã, aqui, na sessão que presidi homenageando os defensores públicos, muitos falaram do SUS. Eu estou cada vez mais convencido, e não porque fui Constituinte, de que nós temos que investir na saúde pública decente para todos.

Tivemos, recentemente, Sr. Presidente, e aqui eu vou terminar, um exemplo de uma colega minha que estava hospitalizada, numa situação muito difícil no SUS, e disse que ela poderia, a qualquer momento, inclusive falecer. Mas, felizmente, foi visto que ela tinha um plano de saúde que havia pagado há muito tempo, enfim, e, resumo da história, ela foi inclusive salva. Mas eu sou daqueles que dizem que o SUS tem tudo para dar certo, muito mais que os próprios planos de saúde, desde que se invista, que a peça orçamentária do Congresso Nacional, enfim, dos Poderes constituídos destine uma verba cada vez maior para o SUS.

Eu sempre repito – e termino, Senador Medeiros, não preciso de mais do que um minuto –, que está comprovado que as pessoas precisam de estudo na idade adequada, como manda a Constituição, de trabalho, de saúde, de segurança e de educação. Se você assegurar para o brasileiro a possibilidade de ele ter um trabalho decente, que o estudo seja decente, que ele tenha plano de saúde, que ele tenha segurança, para que os pais não fiquem preocupados se ele saiu de casa e vai voltar vivo, se era para voltar às 11 e não voltou, já começa a dar um terror na família... São coisas que competem muito ao Legislativo sinalizar o caminho, contribuir, ajudar, conversar, dialogar.

Eu repito aqui que não importa se é civil ou militar; o que importa é nós caminharmos todos juntos na construção de um País para todos, de um projeto de Nação onde os direitos sejam respeitados e assegurados para todo o povo brasileiro.

Então, nesse 13 de maio, 130 anos da Lei Áurea, a gente gostaria mesmo que ninguém, ninguém fosse discriminado por motivo nenhum, pela cor da pele, pela origem, pela procedência, se é homem, se é mulher, se tem a sua orientação sexual ou a sua orientação religiosa... Todos têm de ser respeitados. Estamos em época de falar em paz, de falar de amor, de falar de solidariedade, de falar de aproximação e não de odiar o outro só porque pensa diferente.

Então, nesse 13 de maio, que foi ontem, eu queria deixar esta mensagem, a mensagem de amor, de paz e que não passe na cabeça de alguém que a capacidade de um homem ou de uma mulher possa se medir pela cor da pele, senão não haveria homens que entraram para a história, como Zumbi dos Palmares, Nelson Mandela.

Eu me lembro aqui de Gandhi. Gandhi negro não era. Mas são homens que entraram para a história, como Martin Luther King. Poderíamos aqui falar de todos.

Para concluir, Senador, o Mestre dos mestres, Jesus Cristo sempre abraçou a todos, beijou a todos, caminhou com todos e foi injustiçado. Mas ele continua, de forma, eu diria, permanente, pedindo paz e muito amor para toda a nossa gente.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Passo agora a palavra para o Senador Telmário Mota, de Roraima.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente, Senador José Medeiros, uma grande revelação política de Mato Grosso, um homem preparado, que tem feito um belíssimo trabalho aqui, quero parabenizar V. Ex^a. No meu Estado, V. Ex^a tem grandes admiradores. Muita gente



às vezes me liga: "Poxa, eu gosto do Senador José Medeiros. Tem uma linha, uma conduta, é um homem inteligente." Pode ter certeza de que Mato Grosso vai saber reconhecer esse trabalho que V. Ex^a vem fazendo, porque o Brasil já começa a reconhecer.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – A torcida do Flamengo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – A torcida do Flamengo.

Então, há este detalhe: a linha ideológica das pessoas. Aqui dentro, nós trabalhamos num Congresso plural, onde há diversidade, as correntes diferentes. Mas a gente tem que reconhecer, naturalmente, o trabalho e a qualidade de cada um. E V. Ex^a realmente é um grande destaque nesta Casa.

Sr. Presidente, subo a esta tribuna hoje, mais uma vez, para fazer um apelo ao Governo Federal. É verdade que o Presidente que está aí, o Presidente Temer, está mais perdido do que, como diz aquele dito popular, cego em tiroteio. Ele não sabe para onde vai, de onde vem. E a prova real de que ele está fazendo uma política na contramão da história é a sua popularidade, a popularidade de um pré-candidato que saiu aí, que era o Meirelles. Está aí o maior fracasso. Essa é a avaliação da população. A população sabe avaliar quem está dando certo e quem não está dando certo.

Mas, pior do que ser ruim para o Brasil, ele tem sido muito ruim para o Estado de Roraima. Na verdade, o Governo Federal que está aí, não sei se influenciado pelo Senador Líder dele, está fazendo um verdadeiro pacote de maldades contra o meu Estado. Sabe, é uma coisa surreal – surreal – como este Governo Federal tem tomado posições que prejudicam de morte o Estado de Roraima.

A questão energética, a Presidente Dilma deixou... Roraima é o único Estado que não está interligado no Brasil. E a Presidente Dilma, antes de sair, deixou pactuada a autorização do Ibama e a da Funai. O Temer sentou naquela cadeira, esse processo sumiu, afundou. Começou um diálogo do ex-Presidente da Funai com as comunidades waimiri atroari. E qualquer mudança... Pronto! Mais uma vez, o assunto morreu. Na verdade, o Governo Federal não equaciona a questão energética de Roraima, porque ele não quer equacionar. Não tem nenhuma vontade! Ele joga no quanto pior melhor.

E o mais grave, Senador Paulo Paim, é que tomei conhecimento hoje de que, em função de a Venezuela ter dado calote no Brasil, o Brasil não quer pagar o fornecimento de energia para o nosso Estado. Ora, as termoelétricas que estão ali instaladas são precárias. Além de ser uma energia cara, é insuficiente. E o pior: eles não têm capacidade de fazer estoque de combustível, ou seja, se a Venezuela cortar energia, nós vamos para o apagão. Roraima vai para um caos absoluto, porque nunca vi... Essa Boa Vista Energia é a pior produtora, fornecedora, geradora de energia que já vi na minha vida! O meu Estado vive num verdadeiro apagão! Basta a Venezuela ter qualquer problema de ligar, Roraima está num verdadeiro apagão.

Acho que o Governo Federal faz isso propositadamente, jogando no quanto pior melhor, porque assim ele castiga o Governo atual da Governadora, que já está morto por si só, para tentar levar o PMDB, como salvador da pátria, que nunca fez nada pelo meu Estado.

Não bastasse a maldade da falta de energia, existe agora o assentimento prévio para a titulação das terras do meu Estado. Ora, doze glebas estão aguardando um simples ato de assinatura do Conselho de Defesa Nacional, que é por meio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Basta só a autorização. Está pronto, pronto, pronto,



pronto, mas também fazendo parte desse pacote de maldade do Governo Federal contra o Estado de Roraima, eles não autorizam.

Qual é a grande consequência disso? O Estado não pode titular as terras, nem urbanas, nem rurais, e a pessoa não é proprietária. Quem não registra não é proprietário, não tem segurança jurídica, não pode uma instituição financeira sequer pegar um recurso para investir na sua própria propriedade.

O Governo Federal, acho que, obedecendo ao Senador Líder dele, no sentido de prejudicar o Estado, prejudicar a governabilidade do Estado, está prejudicando o Estado como um todo.

O pacote de maldade do Presidente Temer e seus aliados, para o Estado de Roraima, não para por aí, não. Hoje nós temos a questão da mosca da carambola. São quinze Municípios, em quatro Municípios a questão da mosca está identificada. Então, esses quatro estão isolados. Mas os demais Municípios precisam exportar – precisam exportar.

O que acontece? O Ministro da Agricultura está devendo ao nosso Estado um parecer favorável para que os demais Municípios possam efetuar a sua exportação. Isso dá um prejuízo, de pronto, para o nosso Estado, na ordem de R\$100 milhões, o que, para um Estado pequeno, é uma grande representatividade. Portanto, o Governo Federal faz isso de caso pensado – de caso pensado. Não há nenhuma razão para tanta maldade contra o Estado de Roraima.

A maldade é tamanha que há a questão da Venezuela. Quando começou esse processo migratório, eu alertei o Governo Federal, o Chanceler Serra, o Ministro da Justiça, o Presidente Temer e disse que o caso ia se agravar, como se agravou. Hoje nós temos uma entrada de venezuelanos totalmente desordenada, com epidemia de sarampo, outras epidemias, violência, falta de suporte educacional, suporte na saúde, já falei da segurança, de habitação, geração de renda e emprego.

O Governo Federal tem que entender que a questão migratória é responsabilidade do Governo Federal, não do Governo do Estado. Mandou o Exército para lá. Olha, ele vai desmoralizar o Exército Brasileiro. Eles ficam na BR-174, ali eles entram das 8h às 17h e vão embora, a noite toda fica aberta. Nós temos uma Polícia Rodoviária Federal preparadíssima, mas não tem contingente, não tem nem viatura, não está aparelhada e não está sendo devidamente utilizada no trabalho que eles fazem com a maior perfeição, seriedade e responsabilidade. Então, estão no caminho errado – no caminho errado.

Os R\$190 milhões que mandaram de suporte foram para a mão do Exército, já está o Ministério Público questionando esses gastos. Ora, o Exército tinha que entrar ali para dar a vanguarda da soberania, manter a divisa entre os dois países e ajudar, se possível, até na segurança. Agora, o Exército fazendo comida, distribuindo alimentação, abrigo? Isso é papel do Estado, do Município. Então, esse aparelhamento, esse suporte financeiro tinha que ir para o Estado, tinha que ir para os Municípios envolvidos, para o Município de Pacaraima, de Boa Vista e os demais Municípios que estão todos sendo atingidos, afetados por essa migração desordenada do povo venezuelano.

E pior, Senador José Medeiros, isso vai se agravar, porque o Maduro está aí com uma eleição, acaba ganhando esta eleição e quando terminar, ele já raspou todo o dinheiro do fundo do tacho da Venezuela. Então, vai aumentar a escassez, vai aumentar a fome, vai aumentar uma série de coisas na Venezuela, porque a briga na Venezuela é uma briga de poder. Destruíram um país rico. Eu estive ali e vi *in loco*. Quer dizer, é uma briga de vaidades, dos



poderosos da Venezuela e quem sofre é a população mais carente. E o todo, o Estado como um todo, o País como um todo está comprometido.

Por esses pacotes de maldades do Governo Federal, eu não posso aqui me calar. Olha, Presidente Temer, lamentavelmente, V. Ex^a perdeu qualquer direção da estatura do cargo que V. Ex^a ocupa. V. Ex^a se apequenou. V. Ex^a desceu de um cargo importante como Presidente de um País para atender anseios ou desejos ou maldades de correligionários. V. Ex^a não teria o direito de fazer isso, até porque V. Ex^a não teve aprovação nas urnas e eu me sinto culpado de haver acreditado em V. Ex^a naquele momento, daquela ansiedade de que o País estava afundando totalmente, esse era o grande anseio.

Na verdade, a Presidente Dilma havia perdido a governabilidade, mas, olha, se isso ao menos passasse pela minha cabeça, de que este Governo Federal estaria a serviço de um Senador da República para maltratar o meu povo, eu jamais teria manchado o meu voto votando num homem como você, Presidente Temer.

V. Ex^a não significa o cargo que ocupa e V. Ex^a não tem estatura de Presidente da República. V. Ex^a deveria renunciar a esse mandato, que não é seu. V. Ex^a deveria ouvir a vontade popular e V. Ex^a deveria passar não para o Maia, que também está até o pescoço, como você, envolvido em corrupção, mas diretamente para a Cármem Lúcia, para fazer a transição de que este País precisa, a limpeza ética de que este País precisa. E vocês aparem aí, você e toda essa sua organização criminosa, descerem do Palácio do Planalto, para que os brasileiros pudessem se oxigenar de democracia, de seriedade, de honestidade e de esperança.

Mesmo assim, este Governo ainda tem pacote de maldades com o meu Estado. O meu Estado está num processo de fazer o enquadramento de 10 mil a 20 mil pessoas. São servidores do ex-Território de Roraima que, por culpa do Senador Romero Jucá, não foram enquadrados no momento da transformação de Território, da transição de Território para Estado. De lá para cá, essa promessa desse enquadramento virou moeda de troca e agora estamos aí... Por exemplo, a Emenda 79, no seu art. 6º, determina o enquadramento dos ex-servidores da Secretaria de Segurança do Amapá, de Rondônia, de Roraima. Só precisa o Ministro do Planejamento notificar esses servidores, receber essa notificação e fazer o enquadramento, colocar na folha de pagamento, para o contracheque.

Não pode esperar a Medida Provisória 817, não, porque ela não tem nada a ver com a Emenda 79, porque a 817... Paire aqui uma grande fumaça escura. Ora, como é que um Líder do Governo está prometendo o enquadramento de 10 mil a 20 mil pessoas? E o Governo, por sua parte, está vivendo o maior gasto com servidores de 2000 para cá: 41,8% das receitas líquidas correntes. O maior gasto com pessoal.

E o Governo, com isso, adotou medidas para reduzir esse custo. Quais foram essas medidas? Primeiro, incentivando a licença, por exemplo, primeiro planeja o Plano de Demissão Voluntária para os servidores; segundo, uma licença de três anos sem remuneração, sendo possível a prorrogação por mais três anos; terceiro, redução da carga horária para reduzir o salário; e quarto, fazendo toda e qualquer restrição em contratações. Como? O Líder está prometendo enquadrar de 10 mil a 20 mil.

Olha, isso aí tem cheiro de maracutaia. Isso tem cheiro de mais uma picaretagem desses hipócritas que não têm compromisso e que brincam com o sentimento da população. Mas eu quero ver o Ministro do Planejamento, Presidente Temer, eu quero ver esse enquadramento antes das eleições, mas as 10 mil, 20 mil pessoas, e não 100, 200 ou mil não, só para dar a gota



d'água no algodão prometendo um copo d'água mais tarde e, no final, nem a do algodão, nem a do copo d'água.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Eu que agradeço, Senador Telmário.

Se puder presidir, eu vou falar agora.

(*O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Medeiros para fazer uso da tribuna.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Telmário Mota, quero cumprimentar todos os que nos assistem aqui nas galerias, pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado.

Sr. Presidente, eu na sexta-feira fiquei sabendo que um membro dessa bancada do atraso, um membro de um movimento que se autoproclama representante das pessoas sem teto no Brasil, disse que me processou pedindo a minha prisão, levou uma representação ao STF e quer a minha prisão.

Eu não fiquei assustado quando vi quem estava requerendo a minha prisão, porque esse mesmo personagem já pediu a prisão de outras pessoas que pensam diferentemente dele. E, como ele é um ardoroso admirador de Fidel Castro, de Ahmadinejad, do Kadafi, do Maduro, era natural que ele pedisse, sim, a minha prisão por não concordar comigo.

Esse personagem da bancada do atraso, Senador Telmário Mota, faz parte daquele time em que a democracia funciona mais ou menos para eles da seguinte forma: quando eu mando em você, é democracia; quando você manda em mim, é ditadura.

Então, eu não me assustei com esse tipo de arremedo, até porque, Senador Telmário Mota, V. Ex^a fez um duro discurso agora há pouco contra o Presidente da República. É assim que funciona num país democrático. A Constituição, esse livro que está aí do seu lado, assegura-lhe isso e diz ainda que V. Ex^a, no exercício da representação do Estado de Roraima, tem imunidade por palavras, votos. A Constituição lhe assegura isso. Mas o que é a Constituição para a bancada do atraso? Nada! Nada! A todo momento eles a rasgam, a todo momento procuram contorná-la, a todo momento relativizam o que está na Constituição, com atos, com palavras, com tudo.

Então, não me assusto com que esse arremedo de político venha querer que o Senador José Medeiros seja preso, porque falou, aqui na tribuna do Senado Federal, para não confundirmos movimento social com milícia. Repito, grave para melhor dar subsídio à sua representação, vou repetir: um movimento que se aproveita de pessoas carentes, de pessoas sem teto, de pessoas que estão em extrema vulnerabilidade e as leva para invadir prédios públicos, a invadir propriedades alheias, não é movimento social, não. É milícia. O que é mais grave ainda é quando alguns desses movimentos passam a cobrar, passam a cobrar aluguel de prédios que não lhes pertencem, sejam eles de propriedade particular, sejam eles de propriedade pública. E aí dizem: "Mas como manter um movimento sem fazer cobrança alguma?". Esse é o roteiro, esse é o perfil das milícias. As milícias se alimentam de quê? De cobrar tarifas sobre redes de TV que



não são de sua propriedade. As milícias se alimentam de cobrar aluguéis de locais que não são de sua propriedade. E o que é um movimento que faz isso, então? O que é um movimento que se apropria e que relativiza de forma total, absoluta o direito à propriedade? Que movimento é esse?

Então, quando você observa boa parte desses movimentos vai perceber que é natural que um líder de um desses movimentos venha pedir minha prisão. Sabe por quê? Porque democracia nunca foi, nem é e nem será o objetivo dessas pessoas.

Sabe por quê? Democracia pressupõe o estrito cumprimento do ordenamento jurídico. Aliás, os pilares que sustentam a democracia são o respeito à lei, simplesmente isso. Democracia não se sustenta sem respeito à lei. Mas essas pessoas não querem democracia. Elas querem o caos para que, no meio dele, se apresentem como salvadores da Pátria, tutores da população e possam dizer: você vai comprar o seu gás aqui, você vai ter a medicina. Eles se portam como pais – isso literalmente, porque, até há pouco tempo, nós tínhamos uma Presidente que se autodenominava como a mãe. Então, esses arroubos de messianismo são naturais dessas pessoas.

Esse rapaz que está pedindo a minha prisão, que é membro, representante talvez maior hoje da bancada do atraso, que é endeusado – há poucos dias, o Senador Lindbergh disse que ele deu um baile nos repórteres que o entrevistaram –, é simplesmente a versão Lula de cavanhaque e mais novo. Eu vi um texto que até o colocou: "O estranho caso de Benjamin"... E aí citou o nome desse rapaz. Então, o que ocorre? As entrevistas dele, se você comparar, são iguais às de Lula de 1980. Ele é contra o sistema financeiro, contra o capital internacional, contra os Estados Unidos, contra isso, contra aquilo. O que apresenta para o País? Apresenta o combate à pobreza, a tutela dos mais pobres, dos fracos e oprimidos. Olha, até hoje o único que eu vi que proclamou – mas também não era homem; era Deus – a defesa dos fracos e oprimidos e lhes deu alguma coisa, alguma coisa de subsistência, até em termos de alma, de espírito, foi Jesus Cristo. O restante, só apareceu embusteiro. Então, quando apareceu um sujeito desse tipo, gritando pelas 15 bandas: "Eu sou honesto, eu sou honesto e quero a proteção dos pobres...", cada vez que alguém chega querendo defender os pobres, eu digo aos pobres: segurem a carteira, encostem-se na parede, se for possível, porque o resultado tem sido catastrófico, seja aqui no Brasil, seja na Venezuela, seja onde for.

Agora mesmo, o Senador Telmário Mota falava sobre a Venezuela e, *en passant*, disse sobre uma possível reeleição daquele ditador, com medo de que possam vir mais venezuelanos além dos que já estão aqui no Brasil, ali em Roraima. E faz sentido o medo do Senador Telmário Mota, porque a política do Maduro é muito semelhante à desse rapaz que está querendo a minha prisão e à dos outros partidos que o circundam. É uma política muito parecida. O fim dessa política, o fim desse projeto, o resultado está ali na Venezuela: desabastecimento, as empresas indo embora, desemprego aos montes. Aliás, ao falar em desemprego, quando esse governo da bancada do atraso deixou o Governo aqui no Brasil, já havia 13 milhões de desempregados – 13 milhões.

Agora andam pelos cantos, dizendo que a população voltou a cozinhar em fogão a lenha.

Aliás, comida boa. Eu sempre comi, quando morávamos na roça, em fogão a lenha. E é uma comida muito boa, feita numa panela de barro ou de ferro. Então, não tenho nada contra.

Mas eles não querem falar da comida feita em fogão a lenha. Eles querem dizer que o brasileiro está na extrema pobreza.



Mas aí eu pergunto a todos os que estão nos ouvindo: mas, nesses treze anos, o governo que estava ali não eram os representantes dos pobres? Como é que, quando um governo desse sai, a pobreza aumenta? Deixou 13 milhões de desempregados.

Aí eles falam: "Foi o governo que mais gerou emprego neste País." Tudo bem. Pegou com 12 milhões de desempregados e deixou com 13 milhões. Eu não tenho nem o que falar. É só expressão, porque vamos entender: pegou com 12 milhões de desempregados e deixou com 13 milhões. Qual foi a erradicação da pobreza que existiu aí?

Os índices são os piores. Quanto à educação – isso porque é o partido que defende a educação –, os índices são pífios. Nós estamos lá, mas muito lá atrás.

Então, não quero mais tocar neste assunto. Mas quero dizer que não é demérito algum, para o meu currículo, ter sido processado por uma figura dessa, uma figura do atraso, uma figura que, nas fotos dos dias em que tocaram fogo aqui, em que fizeram quebra-quebra na Esplanada dos Ministérios, vê-se ele lá atrás, como se fosse o próprio Lúcifer insuflando as almas pecadoras. O que ele estava fazendo ali? O que ele estava fazendo em frente ao Ministério da Agricultura quando o Ministério pegou fogo e foi apedrejado? O que essa figura estava fazendo ali? E aqueles atos eram a favor da lei?

Então, sinceramente, a todos os que nos ouvem e nos assistem: se alguém tinha de ser preso não era o Senador José Medeiros, porque, naquele dia, eu estava aqui solicitando segurança na Esplanada dos Ministérios, enquanto ele estava lá, insuflando.

Uma figura dessa, que era para estar presa, não podia nunca estar postulando dirigir um país em que tenta a todo momento tocar fogo.

Essas pessoas não querem a paz no País. Não. Querem insuflar.

Então, pedir a prisão do Senador José Medeiros não vai calá-lo, porque eu ainda acredito nas instituições deste País. Eu acredito que o Ministro Toffoli vai mandar esse documento para onde merece: para o arquivo. E esse "democrata", com aspas, aspas, aspas, talvez um dia se convença de que política se faz com a força dos argumentos, e não com os argumentos da força. Quer calar o Senador José Medeiros o prendendo?

A única coisa que eu tenho contra esse moço... Por mim ele pode falar as sandices que quiser – a Constituição o assegura –, ele só não pode quebrar prédios, invadir prédios. Isso sim; isso, sim, eu sou contra.

"Mas o Senador Medeiros está incomodando. Então vamos prendê-lo!" É a cartilha do Maduro. Leopoldo López foi preso; o Ledezma foi preso; todos opositores. E sabe por quê? Porque falavam.

Então, sinto decepcioná-lo, mas não vou parar de falar. Cada vez que vocês tocarem fogo num prédio, cada vez que vocês invadirem um prédio, cada vez que vocês, desses movimentos, cobrarem de pessoas vulneráveis, eu vou estar aqui denunciando, porque vocês não são pais dos pobres. Vocês os exploram. Foram pessoas que estavam lá nesses movimentos, dizendo que um desses movimentos... E agora tem que repartir! Ele está dizendo que estou ferindo a honra subjetiva dele, porque ele é só do MTST. Até poucos dias era o representante maior dos... "Não, não, não: eu quero, agora, eu só sou do MTST." Então, vamos dar a ele o quinhão que é do MTST. E vieram aqui para a Esplanada dos Ministérios.

Se quer ser candidato a Presidente da República, comece a se comportar como um, rapaz!

Mas, Senador Telmário, nesses minutos que me restam, eu quero falar um pouco também sobre a questão do direito de propriedade, e não falando mais nas milícias que se autointitulam



movimentos – essas urbanas –, mas falando sobre a preocupação que está havendo no campo e como o nosso Judiciário e os representantes do povo precisam tomar pé de que a população brasileira precisa ter segurança jurídica. Se nós começarmos a nos preocupar, esses conflitos no campo vão diminuir. Mas, para isso, é importante que o Incra venha a fazer ou uma devassa lá dentro, ou passar uma peneira, ou então fechar as portas, Senador Telmário Mota. E explico por quê.

Veja bem: do Oiapoque ao Chuí, lá daquele lugar que V. Ex^a falou, que... Como é o nome do Município que é o extremo do País, Senador? Eu sei que é lá do seu Estado, não é? Uiramutã. De Uiramutã até o Chuí, em todos os lugares do Brasil nós temos conflitos de terras e temos irregularidades fundiárias. E o que fazer, se, a cada vez que se tenta mexer nisso, parece um rolo de linha fina de anzol, quando embola na beira do rio? Você não consegue desenrolar.

E, aí, quando você chega ao Incra, depara-se com falta de pessoal, com títulos sobrepostos, com arrecadação irregular, e você se depara com uma série de interesses que são quase impossíveis de transpor. Aí vem os programas fundiários, por exemplo, Senador Telmário Mota. Cito o Pronaf, o Banco da Terra... As pessoas adquiriram, e aí vem uma política governamental, de tempos em tempos, e faz um Refis, para que as pessoas possam pagar.

Senador Telmário Mota, eu tenho a dizer aqui o seguinte: ou o Incra e os responsáveis por esses programas – antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário – fazem uma política de saneamento desses contratos para todos, ou não fazem para ninguém, porque, do jeito que está sendo feito, está sendo uma ode ao calote. Está sendo feito assim: "Não pague, porque..."

Vou citar o caso de Mato Grosso: várias pessoas, Senador Paulo Paim, adquiriram esses pequenos lotes e vêm pagando. E, com os juros, esse negócio fica bem alto. Está bem, mas há deles que já pagaram metade dos seus financiamentos. Agora, vem o Governo e fala: "Não, quem não pagou não precisa pagar; vai ter um rebate de não sei quanto..."

Aí o sujeito olha o vizinho dele do lado, Senador Telmário, que, por um motivo ou outro – ou por necessidade, ou seja lá o que for –, não pôde pagar, e o vê com a terra quitada, dono do título... E ele, que trabalhou, pagou, vê a sua dívida ainda maior do que o que tem para pagar. Ele entra em desespero e começa a falar: "Que justiça é essa? Então, eu vou parar de pagar também."

Qual é o problema disso? O problema é que para os Estados que estão nessa situação o Governo Federal simplesmente fala: "Não... Lá o índice de inadimplência é alto e não vou mais mandar." Então, isso acaba comprometendo a possibilidade de outras pessoas terem acesso, Senador Paim.

Então, isso precisa mudar.

Sem falar na regularização daqueles que eram do Banco da Terra. Eles, para ter acesso a essa renegociação, precisam estar na dívida ativa. Aí, há um monte deles que não pagaram, e o banco fala: "Não, eu não coloco na dívida ativa."

Isso precisa ser resolvido.

Eu faço aqui o apelo, para que as pessoas responsáveis por esse programa possam chegar a um acordo. Eu estou desde 2015, desde a época em que era o Ministro Patrus Ananias; depois mudou, veio o Padilha... E venho conversando, venho conversando, e essas coisas precisam andar...

(Soa a campainha.)



O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – E encerrando, Senador Telmário Mota...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Medeiros, antes de V. Ex^a terminar, permita-me um aparte.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu peguei parte do seu pronunciamento. Primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a. V. Ex^a tem tido uma postura aqui... E veja, V. Ex^a não é do campo da oposição, como demarcamos em um período aqui. V. Ex^a aqui é um Parlamentar respeitado, firme, que tem suas posições, e mesmo os seus adversários o respeitam. Por isso que eu não entendi bem essa história aí. Mas fica aqui a minha solidariedade a V. Ex^a. Eu aprendi a respeitar V. Ex^a, pela clareza, pela firmeza... E, mesmo quando discordávamos, V. Ex^a sempre foi muito elegante; foi um diplomata na diversidade, e isso é muito interessante. Eu não poderia deixar de cumprimentá-lo nesse aspecto. Na segunda questão, quero concordar com V. Ex^a em relação a esses tais de Refis, porque eu tive uma experiência na CPI da Previdência. Sabe o que os empresários sérios diziam, lá, e a própria Receita Federal? "Parem de fazer Refis. Está na hora! Isso é um incentivo ao não pagador." E normalmente são os grandes que fazem isso. Então, ou tem um critério ou não tem, porque, senão... V. Ex^a está coberto de razão. Eu fiquei ouvindo V. Ex^a e me coloquei no campo da Previdência. "Eu pago tudo em dia e o meu concorrente, que vende o mesmo produto que eu vendo, não paga. Claro que ele vai ter condição de ficar devendo alguns bilhões e ter um preço menor do que o meu." No caso dos terrenos, é a mesma lógica: "Eu paguei toda a minha terra corretamente, paguei tudo em dia, e o meu, sei lá, amigo ou vizinho do lado não pagou e foi perdoado." Há alguma coisa errada. V. Ex^a, como sempre, está coberto de razão, tanto no primeiro tema como no segundo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senador Paulo Paim, muito me envaidece e fico muito honrado com suas palavras, até porque, desde que entrei aqui... Na época nós éramos opositores, em tese, porque V. Ex^a fazia parte do Partido dos Trabalhadores e nós estávamos em campos opostos. Mas, sempre que chegava ao meu Estado, diziam: "Ah, Medeiros, você fica puxando saco daquele petralha." E eu falava: "Olha, vou falar uma coisa: na política há pessoas e pessoas; e, se há um político a que o Brasil deve respeito, chama-se Senador Paim." Então, eu lhe tenho grande respeito e agradeço a consideração que me presta.

E, dito isso, Senador Paulo Paim, estive no Município de Quatro Marcos, numa reunião com vários assentados, Senador Telmário Mota, e eles me falavam sobre essa questão de que não sabem mais o que fazer, porque, lá, boa parte dos que pagaram esses juros, que vêm... Eles sugerem o seguinte: "Já que vai fazer um rebate [eles chamam de rebate], um rebate nessa dívida, incluem todos. Incluem todos."

Então, assim... Na época do BNH, havia aquelas casas, e, quando se faziam esses negócios, também pegavam a faixa daqueles que já tinham pago, e, dependendo, o sujeito já quitava. "Não, a sua já está quitada". Porque, senão, de que adianta aquele artigo da Constituição que fala sobre isonomia, sobre igualdade? Nós precisamos fazer isso, sob pena de acontecer isso que V. Ex^a está falando. E V. Ex^a lembra bem: acaba sendo do pé da pirâmide até o cume, com todos.



Eu sempre falava para alguns prefeitos amigos meus, Senador Telmário Mota, dessa história de, no final do ano, "estou precisando de receita...". Aí eu vou lá e faço uma campanha do IPTU. Bacana, eu faço a campanha do IPTU: "Quem vier pagar aqui vai ter tanto de desconto". Pôxa, mas e os caras que pagaram tudo certinho, meu irmão? Não vão ter desconto nenhum? Quer dizer... "Não, quem está em dívida com a dívida ativa vem cá, que eu dou o desconto de 50% de juros e multa."

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Então, isso precisa ser refeito. O Estado precisa saber de que maneira quer se portar, em termos financeiros, com os cidadãos, porque daqui a pouco não vai ser uma questão de calote, não; vai ser uma questão de autopreservação. O cara vai falar: "Por que é que eu vou pagar em dia, se daqui a pouco vai haver um Refis?"

Então, é isso.

Agradeço o aparte, Senador Paulo Paim, e aproveito para fazer essa referência às pessoas do assentamento, em Quatro Marcos, ao pessoal de Nova Brasilândia, Porto Esperidião, pois estão todos nessa insegurança.

E eu espero que a gente consiga ter um debate.

E eu quero, Senador Paulo Paim, se possível, que nós façamos uma audiência pública sobre esse tema...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Pode ser.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... de repente, na Comissão de Direitos Humanos, para tratarmos disso. E trazer todas essas pessoas, para tratar, e chamar os técnicos responsáveis, para ver se nós chegamos a algum consenso.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – E já encerro neste minuto, Senador Telmário Mota, só dizendo ainda sobre a questão...

E acho que, nessa Comissão, Senador, nós podemos também chamar os técnicos do TCU, porque muita gente tinha o seu pedaço de terra, ganhou o pedaço de terra lá, muito tempo antes. Com o decorrer dos anos, foi progredindo: comprou suas vaquinhas, comprou uma moto, daqui a pouco uma caminhonete... Passaram-se 20, 30 anos, e, de repente, consegue comprar um trator. E agora chega a hora da regularização. Pelo perfil que era, para ter acesso àquele lote de terra, essa gente não se enquadra mais. E, aí, vem o TCU e diz: "Esses todos estão fora." Eles chamam de... Eu esqueço o termo, mas há um termo técnico, que fala que eles estão em desconformidade. Em desconformidade. Portanto, esses não têm mais acesso.

Isso é uma injustiça, porque, na época, Senador Telmário, eles se enquadravam.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – E o País não pode ter esse entendimento de que o Senador Paulo Paim vai bater enxada 20, 30, 40 anos, numa terra, e não vai progredir. Ele vai progredir!



Então, nós precisamos tratar dessas coisas, para separar bem o joio do trigo. O malandro não tem que ter acesso mesmo: tem que ser cortado. Agora, as pessoas que dão o sangue, que trabalham...

Eu vi lá pessoas com as mãos grossas, os chamados "mãos grossas", pessoas que pegaram no machado, na enxada e, de repente, ficaram sem poder trabalhar. Essa que é a grande verdade.

E aqui faço um apelo direto à Conab, porque eles me disseram que, este ano, a Conab não está comprando os produtos, e há gente lá já jogando carga de mamão no mato, por falta de aquisição. Eles produzem, mas, é lógico, não dominam a segunda cadeia de... E, às vezes, para ficar nas mãos do atravessador, eles preferem jogar no mato, porque não compensa produzir.

Muito obrigado, Senador Telmário Mota e Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Telmário Mota, permita-me, bem rápido, um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Permitido.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E ainda quero dizer, Senador Medeiros, que a minha casa, que eu comprei há 20, 30, 40 anos, foi exatamente o caso que V. Ex^a lembrou. Como eu paguei em dia, com o dinheirinho que eu ganhava, a minha foi quitada. Eu não tive que pagar aquele acúmulo que havia lá. Fez-se justiça. Outros negociaram a dívida, mas a minha foi quitada.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – É o modelo que já há, né?

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É. Já existe. E deu certo. Mas, Senador Telmário Mota, eu me socorro de V. Ex^a, porque eu acho que é uma preocupação de todos o que eu vou passar aqui, inclusive de V. Ex^a e do Senador Medeiros. Começa amanhã a arrecadação coletiva pela *internet* para os pré-candidatos, sobre a famosa arrecadação espontânea que cada um pode fazer. No linguajar popular, é a dita "vaquinha". Qual a minha preocupação, Presidente Telmário Mota? Eu fiz, no dia 6 de março, uma consulta ao TSE, para que ele nos dissesse como pode ou não pode ser feita. Bom, eu soube que o TSE já se reuniu, já decidiu, mas não coloca à disposição, para que milhares de brasileiros possam... Uns são interessados e são pré-candidatos; outros querem ajudar. Nós três – eu digo aqui com segurança – somos do time...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. *Fora do microfone.*) – Da "vaquinha".

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que não tem milhão. Nós somos do time do tostão. Então, nós queremos, pela *internet*, solicitar às pessoas que puderem, naturalmente, ajudar aos que precisam... Eu não posso pedir para mim, e aqui não vou pedir... Neste momento não posso, mas a partir de amanhã eu quero pedir. Eu estou preocupado, porque o TSE não libera a consulta que eu fiz. Criou-se uma expectativa muito grande... Lembro: foi no dia 6 de março. Então, eu quero, aqui, carinhosamente, respeitosamente, pedir ao TSE que publique o resultado da votação, da discussão que eles tiveram, para aqueles que dependem, porque há muita gente que não depende. Ele mesmo pega o dinheiro e bota lá, e vai poder, no limite dele, doar para si mesmo. V. Ex^a, Senador Telmário, não tem, porque eu sei que não tem, como eu também não tenho. São campanhas, como é que se diz, de sandálias, porque andamos praticamente solicitando. E eu sei que a doação poderá ser



de R\$5, de R\$10, de R\$50... Claro, mas tudo ajuda aqueles que mais precisam. Então, não em meu nome, mas em nome de todos aqueles, porque eu sei que muita gente vai fazer campanha sem ter dinheiro e precisa desse apoio coletivo, fica aqui o apelo – estou me cuidando nas palavras, para não me dar problema –, porque o Tribunal Superior Eleitoral já votou a consulta que fiz, para que ele divulgue a consulta, para orientar todos os pré-candidatos e aqueles que querem ajudar as causas que esses pré-candidatos defendem.

Era isso, Senador Telmário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – A Presidência lembra às Sr^{as}s e aos Srs. Congressistas que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, terça-feira, dia 15 de maio, às 15h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Vetos nºs 11 e 12, de 2018, do Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 7 e 6, de 2018, e do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2017.

Não havendo mais oradores, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 17 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 69^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 32, DE 2018

(nº 242/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 242

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

Os méritos do Senhor Eduardo Paes Saboia que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de maio de 2018.



EM nº 00078/2018 MRE

Brasília, 25 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **EDUARDO PAES SABOIA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO PAES SABOIA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 221 - C. Civil.

Em 9 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EDUARDO PAES SABOIA**

CPF.:461.847.671-00

1967 Filho de Gilberto Vergne Saboia e Maria Helena Paes Saboia , nasce no Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1967

Dados Acadêmicos:

- | | |
|------|---|
| 1989 | Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (1989) |
| 1989 | Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (Instituto Rio Branco) |
| 1999 | Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (Instituto Rio Branco) |
| 2009 | LIV Curso de Altos Estudos - Tese: "O Banco Mundial e o meio ambiente: desafios globais e interesses brasileiros" |

Cargos:

- | | |
|------|--|
| 1990 | Terceiro-secretário |
| 1995 | Segundo-secretário |
| 2001 | Primeiro-secretário, por merecimento |
| 2005 | Conselheiro, por merecimento |
| 2009 | Ministro de segunda classe, por merecimento |
| 2016 | Ministro de primeira classe, por merecimento |

Funções:

- | | |
|-----------|--|
| 1991 | Divisão Econômica da América Latina, assistente |
| 1991-94 | Divisão do Mercado Comum do Sul, assessor |
| 1994 | Direção-Geral de Integração Latino-Americana, assessor |
| 1994-97 | Missão junto à ONU, Nova York, terceiro e segundo-secretário |
| 1997-2001 | Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, segundo-secretário |
| 2001-03 | Divisão do Mercado Comum do Sul, Subchefe |
| 2003-07 | Gabinete do Ministro de Estado, assessor |
| 2007-08 | Banco Mundial, Assessor Senior do Diretor Executivo do Brasil |
| 2008-10 | Embaixada em Washington, conselheiro e ministro-conselheiro |
| 2010-11 | FMI, Assessor do Diretor Executivo do Brasil |



- 2011-13 Embaixada em La Paz, ministro-conselheiro
2013-15 Assessor do Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços
2015-17 Assessor Diplomático da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal
2017 Assessor Parlamentar Sênior, Gabinete da Liderança do Governo do Senado Federal
2017 Chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores

Condecorações:

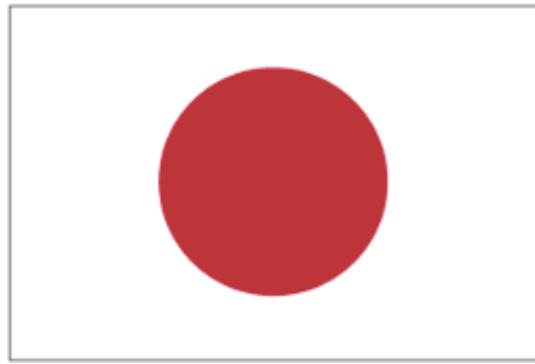
- 1990 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, medalha de ouro (Concurso de Admissão ao Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata)
1990 Prêmio Rio Branco, IRBr, medalha de prata (Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata)
2006 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2010 Ordem do Rio Branco, Grande oficial
2013 Ordem do Mérito Militar, Comendador
2013 Medalha de Mérito Pedro Ernesto
2017 Medalha Mérito Tamandaré

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO
DIRETORA, SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

JAPÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA



Abril de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Japão
GENTÍLICO	Japonês
CAPITAL	Tóquio
ÁREA	377.899 km ²
POPULAÇÃO	126,4 milhões
LÍNGUA OFICIAL	japonês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Xintoísmo (79,2%), budismo (66,8%), cristianismo (1,5%), outros (7,1%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional parlamentar
PODER LEGISLATIVO	Dieta bicameral (Kokkai): Câmara Alta da Dieta (Sangi-in), composta por 242 membros, eleitos para mandatos de 6 anos, e Câmara Baixa da Dieta (Shugi-in), composta por 475 membros, eleitos para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	De acordo com a Constituição japonesa (1946), não há formalmente chefe de estado. O imperador Akihito, que ascendeu ao trono em janeiro de 1989, tem função de "símbolo do estado e da unidade do povo". Em 2017, foi aprovada lei que concede especificamente ao imperador Akihito o direito de abdicar. O príncipe herdeiro Naruhito deverá tornar-se imperador em 1/5/2019.
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Shinzo Abe (desde 26 de dezembro de 2012)
CHANCELER	Taro Kono (desde 3 de agosto de 2017)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016)	US\$ 4,8 trilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016)	US\$ 4,9 trilhões
PIB PER CAPITA (2016)	US\$ 38.900
PIB PPP PER CAPITA (2016)	US\$ 42.203
VARIAÇÃO DO PIB	1,5% (2017); 0,5% (2016.); 0,5% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015)	0,903 (17 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015)	85,3 anos
ALFABETIZAÇÃO	Não há dados disponíveis
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	2,8% (FMI)



UNIDADE MONETÁRIA	iene
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Akira Yamada (desde 16 de agosto de 2017)
BRASILEIROS NO PAÍS	Há registro de 191.362 brasileiros residentes no Japão

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-JAPÃO (em milhões US\$) (fonte MDIC)

BRASIL → JAPÃO	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	5.053	4.836	6.887	8.930	9.638	17.345	15.046	9.722	9.025
Exportações	1.989	2.315	3.482	4.321	4.270	9.473	7.964	4.845	5.263
Importações	3.063	2.520	3.405	4.609	5.367	7.872	7.082	4.877	3.762
Saldo	-486	-204	77	-287	-1.098	1.601	882	-32	1.500

Informação elaborada em 17/4/2018.

APRESENTAÇÃO

Com um território de 377.899 km² e uma população de cerca de 126 milhões de habitantes, o Japão tem a 3^a maior economia do mundo e a 2^a maior da Ásia, após a da China. Com base na prosperidade econômica, fundamentada em altos níveis tecnológicos, e na estabilidade política interna, o Japão tem buscado incrementar sua projeção nos planos regional e internacional, sobretudo por iniciativas como as Olimpíadas de Tóquio de 2020, a Parceria Transpacífica (*Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership — CPTPP*) e a candidatura japonesa a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SHINZO ABE Primeiro-Ministro



Nasceu em 1954, em Nagato, província de Yamaguchi. Em 1977, graduou-se em ciência política pela Universidade Seikei (Tóquio). Iniciou sua carreira política em 1993, quando obteve seu primeiro mandato na Câmara Baixa do Parlamento (Dieta). Entre 2000 e 2003, atuou como ministro-chefe adjunto do gabinete sob os primeiros-ministros Yoshiro Mori e Junichiro Koizumi. Em outubro de 2005, foi designado ministro-chefe do gabinete do primeiro-ministro Koizumi. Entre setembro de 2006 e setembro de 2007, foi primeiro-ministro do Japão. Em 26/12/2012, assumiu pela segunda vez a chefia do governo, após vitória esmagadora nas eleições parlamentares de seu Partido Liberal Democrata



(PDL) e do Komeito, partido de orientação conservadora e de centro-direita, que integra a coalizão governista. Foi reeleito em novembro de 2017, graças a nova ampla vitória da coalizão. Entre 31 de julho e 2 de agosto de 2014, visitou o Brasil (Brasília e São Paulo), ocasião em que as relações bilaterais foram elevadas ao nível de Parceria Estratégica e Global. Tratou-se da primeira visita de um mandatário nipônico desde 2004.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Japão é um dos principais parceiros do Brasil na Ásia. Desde 2014, os dois países mantêm Parceria Estratégica e Global, marcada pelos tradicionais laços humanos, pelo interesse do Brasil em aprofundar a cooperação em CT&I, pela importância dos fluxos bilaterais de comércio e investimentos e pela coordenação em temas globais.

O estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão em 1895, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, permitiu a abertura recíproca de representações diplomáticas em 1897 e abriu caminho para o início da imigração japonesa, em 1908.

A despeito da distância geográfica, a dimensão humana aproxima hoje, de forma singular, os dois países. O Brasil abriga a maior comunidade de descendentes de japoneses no exterior (cerca de 1,9 milhão); e o Japão, a terceira maior comunidade brasileira fora do País (cerca de 191 mil). Após a comemoração, em 2015, dos 120 anos do estabelecimento de relações diplomáticas, outra importante celebração ocorrerá em 2018: os 110 anos do início do fluxo migratório entre o Japão e o Brasil.

O relacionamento bilateral foi, nas últimas décadas, de especial relevância em pelo menos dois aspectos econômicos: o fortalecimento do complexo minerador de ferro no Brasil, a partir dos anos 1950, e a evolução tecnológica que contribuiu para o desenvolvimento da agricultura tropical no Cerrado, em particular da soja, a partir da década de 1970 (com o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER).

No campo da cooperação técnica, a relação bilateral constitui, há mais de cinquenta anos, referência nos processos de desenvolvimento nacional. O Brasil e o Japão participam de projetos em terceiros países, a exemplo da implementação do sistema nipo-brasileiro de TV digital em quase toda a América do Sul (e em países da América Central, África e Ásia) e do projeto Pró-Savana, em Moçambique.

Na esfera multilateral, o Brasil e o Japão integram o G-4, ao lado da Índia e da Alemanha. Desde 2004, esses países trabalham juntos pelo contínuo fortalecimento do multilateralismo e pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O Brasil e o Japão também se coordenam em outras questões de interesse global, como meio ambiente e direitos humanos. Ambos são ainda membros fundadores do G-20.



Dentre os muitos instrumentos bilaterais firmados entre o Brasil e o Japão ao longo de mais de 120 anos de relações diplomáticas, destacam-se: o Acordo de Migração e Colonização (1960); o Acordo Cultural (1961); a Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos (1967); o Acordo Básico de Cooperação Técnica (1970); o Acordo sobre Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia (1984); o Acordo de Previdência Social (2010); o Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas (2014); e o Acordo sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Assunto Aduaneiros (2017).

Visitas Bilaterais de Alto Nível Recentes

Visitas Brasil → Japão: procurador-geral da República, Rodrigo Janot (2017); ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Westphalen Etchegoyen (2017); presidente Michel Temer (2016); chanceler Mauro Vieira (2015).

Visitas Japão → Brasil: príncipe herdeiro Naruhito para o 8º Fórum Mundial da Água (2018); vice-ministro Parlamentar Mitsunari Okamoto para reunião com o secretário-geral do Itamaraty (2017); vice-PM Taro Aso para inauguração da *Japan House* (2017); primeiro-ministro Shinzo Abe para o encerramento dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (2016); príncipe e princesa Akishino (2015); primeiro-ministro Shinzo Abe (2014).

Encontros em foros multilaterais: reunião entre o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, e o ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão, Hiroshige Seko (11ª Conferência Ministerial da OMC, 2017); reunião entre o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o vice-ministro parlamentar sênior dos Negócios Estrangeiros, Kentaro Sonoura (OCDE, 2017); reunião entre o ministro Aloysio Nunes e seu homólogo Taro Kono (AGNU, 2017).

Outros eventos marcantes: o Japão inaugurou, em São Paulo, a primeira de suas três *Japan Houses* (a segunda foi posteriormente inaugurada em Los Angeles, e a terceira deverá ser aberta em Londres), em cerimônia que contou com a presença do presidente Michel Temer, do ministro Aloysio Nunes, do secretário-geral das Relações Exteriores e de altas autoridades do Estado e da cidade de São Paulo. Por sua vez, no final de 2017, o casal imperial japonês realizou visita à Embaixada do Brasil em Tóquio para conhecer a exposição “Construindo Vínculos Eternos”, em rara situação para o protocolo da Casa Imperial do Japão. A mostra, entre outros temas, evocava a visita ao Brasil, em 1967, do então príncipe herdeiro Akihito e da princesa Michiko.

Cooperação Parlamentar



Há dois grupos parlamentares dedicados ao Japão: a) Grupo Parlamentar Brasil-Japão, criado em 1994 e presidido pelo deputado Luiz Nishimori (PR-PR); b) Frente Parlamentar Mista Brasil-Japão, lançada em 2015 e presidida pelo deputado Hidekazu Takayama (PSC-PR).

A organização de missões de parlamentares brasileiros ao Japão é frequente. Entre os dias 23 e 27 de fevereiro de 2018, o deputado Nishimori liderou missão àquele país, com delegação que incluía os deputados federais Jair Bolsonaro (PSC/RJ), Onyx Lorenzoni (DEM/RS) e Eduardo Bolsonaro (PSC/SP), bem como o deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC/RJ) e o vereador Carlos Bolsonaro (PSC/RJ). No contexto do programa de intercâmbio "Juntos!", grupo de parlamentares brasileiros visitou o Japão, a convite, de 9 a 15 de dezembro de 2017. A missão foi composta pela senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) e pelos deputados Vanderlei Macris (PSDB-SP), Geraldo Resende (PSDB-MS), Vítor Lippi (PSDB-SP), Rômulo Gouveia (PSD-PB), Laércio Oliveira (SD-SE) e Adilton Sachetti (sem partido-MT). Entre 14 e 22 de abril de 2018, o presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, chefiou visita oficial ao Japão, acompanhado dos senadores Jorge Viana (PT-AC) e Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Assuntos Consulares

Segundo dados do Ministério da Justiça do Japão de março de 2018, a comunidade brasileira é de 191.362 pessoas (7,5% dos 2.561.848 estrangeiros residentes no país), constituindo a quinta maior comunidade estrangeira, atrás da chinesa, sul-coreana, vietnamita e filipina. A comunidade brasileira no Japão representa a terceira maior no exterior, atrás apenas daquela nos Estados Unidos (1.315.000) e no Paraguai (349.842).

O ano de 2018 marca o aniversário de 110 anos do início da imigração japonesa no Brasil, que atualmente abriga a maior comunidade nipo-descendente do mundo, com cerca de 1,9 milhão de pessoas. A exemplo de comemorações anteriores, estão previstos eventos a serem organizados pela sociedade civil, por empresas japonesas e pelas Embaixadas do Japão em Brasília e do Brasil em Tóquio, além da realização de audiência pública no Congresso Nacional.

O Brasil mantém Consulados-Gerais em Tóquio, Nagóia e Hamamatsu. O Japão, por sua vez, mantém consulados em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Belém e Manaus, além do setor consular da Embaixada em Brasília.

POLÍTICA INTERNA

Executivo:



O Japão é uma monarquia constitucional parlamentar. O imperador, diferentemente do que ocorre em outras monarquias, não desempenha função de chefe de Estado. De acordo com a Constituição japonesa (1946), o monarca é o "símbolo do estado e da unidade do povo".

O imperador Akihito, que exerce a função desde janeiro de 1989, acenou, em 10/8/16, com a possibilidade de abdicação, em razão, conforme indicou, de sua idade e dos muitos compromissos oficiais inerentes à sua função. Nesse contexto, em 9/6/17 foi aprovada lei que concede ao imperador Akihito o direito de abdicar. O processo de transição deverá durar até 2019, quando o príncipe herdeiro Naruhito deverá tornar-se imperador.

O primeiro-ministro Shinzo Abe, reeleito pela Dieta Nacional (parlamento bicameral) em novembro de 2017, exerce a função de chefe de governo desde dezembro de 2012. Os principais objetivos do novo governo Abe são dar seguimento a sua política econômica ("Abenomics") e reformar a Constituição japonesa. A reforma constitucional proposta por Abe visa a permitir postura mais assertiva do país na área de defesa, hoje vedada pela carta constitucional. Desde 2015, nova legislação tem permitido o aumento da participação do Japão em missões de paz das Nações Unidas.

O governo Abe também defende reformas na área trabalhista (limitação de horas-extras, igualdade salarial, avaliação por produtividade), na educação (diminuição dos custos ou gratuidade da educação superior) e na segurança social (aumento de vagas em creches e em instituições voltadas a idosos, bem como elevação dos salários dos trabalhadores dessas organizações). Em seu conjunto, tais medidas serviriam para enfrentar alguns dos principais desafios atuais da sociedade japonesa, como o envelhecimento da população, a baixa taxa de natalidade e a carência de mão de obra.

O parlamento japonês tem sido marcado pela hegemonia do Partido Liberal Democrático (PLD), do primeiro-ministro Abe, e de seu aliado, o partido Komeito. Essas duas agremiações têm dominado a Dieta desde 2012. A principal força de oposição é o Partido Democrático (Mishinto), de orientação liberal. Há, ainda, agremiações políticas de menor projeção nacional, como o Partido Comunista do Japão, o Partido Social Democrata (PSD), o Partido da Esperança (PE) e o *Nippon Ishin*.

Legislativo:

O parlamento japonês (Dieta) é composto de Câmara Alta (*Sangi-in*) e Câmara Baixa (*Shugi-in*). A primeira é formada por 242 membros, eleitos para mandatos de 6 anos. A segunda é composta por 475 membros, eleitos para mandatos de 4 anos. As últimas eleições para a Câmara Alta foram realizadas em 10/6/16 e para a Câmara Baixa em 22/10/17. Em ambas as



ocasiões a coalizão Partido Liberal Democrático (PLD)-Komeito saiu amplamente vitoriosa: o PLD confirmou bancada de 284 deputados (61% do total, mesmo percentual registrado no pleito anterior, em 2014), enquanto o Komeito elegeu 29 deputados (6% do total, um ponto percentual a menos que 2014). A coalizão governista PLD-Komeito somou, assim, 313 deputados, superando pela terceira vez consecutiva (2012, 2014 e 2017) a maioria qualificada de dois terços da Câmara Baixa da Dieta.

O bloco de oposição liberal ficou com bancada total de 69 deputados (15%): 55 do Partido Democrático Constitucional (PDC), 12 do Partido Comunista do Japão e 2 do Partido Social Democrata (PSD). O bloco conservador reformista, vinculado à governadora de Tóquio, Yuriko Koike, contou com 61 cadeiras (13%): 50 para o Partido da Esperança (PE) e 11 para o *Nippon Ishin*. As 22 cadeiras restantes da Câmara Baixa foram ocupadas por independentes eleitos pelo sistema distrital.

Judiciário:

A principal instância do poder judiciário japonês é a Suprema Corte (*Saiko Saibansho*), que conta com um presidente e mais 14 juízes, nomeados pelo gabinete de governo. Esses nomes são confirmados pela população durante as eleições gerais. Uma vez aprovados, o imperador os designa formalmente. A aposentadoria compulsória dos juízes da Suprema Corte é aos 70 anos.

POLÍTICA EXTERNA

Em sua atuação diplomática, o Japão busca estabelecer novas parcerias e reforçar aquelas mais tradicionais. Entre as prioridades de política externa do atual governo encontram-se a necessidade de assegurar novas fontes energéticas que sustentem o crescimento econômico; a abertura de frentes para expansão do investimento japonês e o fortalecimento da posição japonesa nos fóruns multilaterais, em especial no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em discurso para a Dieta, em janeiro de 2018, o primeiro-ministro Abe reforçou, ainda, o compromisso de seu governo com a estratégia indo-pacífica (*Free and Open Indo-Pacific Strategy*), no âmbito de sua tradicional aliança com os Estados Unidos; aproximação com países com visões parecidas (em especial Austrália, Índia e países da ASEAN), disposição em manter relações pragmáticas com países de seu entorno geográfico (China, Coreia do Sul e Rússia) e incremento da pressão contra a Coreia do Norte. Na ocasião, Abe definiu a política externa japonesa como adepta do "pacifismo ativo" e de "visão panorâmica do globo".

Diante do complexo cenário de segurança na Ásia do Leste, o governo Abe defende emenda à chamada "cláusula pacifista" da



Constituição japonesa. Promulgada em 1946, no imediato pós-guerra, a carta constitucional dispõe, em seu artigo 9º, que "aspirando sinceramente à paz internacional baseada na justiça e na ordem, o povo japonês renuncia permanentemente à guerra como direito soberano da nação e à ameaça ou ao uso da força como meio de resolução de controvérsias internacionais".

Apesar da existência de tensões políticas, há clara interdependência social e econômica do Japão com seu entorno. O país possui 32.667 empresas na China, 3.880 na Índia, 1.766 na Indonésia, 1.641 na Tailândia, 1.521 nas Filipinas, 1.452 no Vietnã e 1.347 na Malásia.

O Japão tem buscado reforçar seus laços com a América Latina, como demonstrado pelas visitas do primeiro-ministro Shinzo Abe à região em julho/agosto de 2014 e em setembro/outubro de 2015.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB japonês apresentou crescimento real de 0,4% no quarto trimestre de 2017. Trata-se do oitavo trimestre consecutivo de expansão, sequência mais longa já registrada neste século. Em 2017, o crescimento do PIB foi de 1,7%. O superávit acumulado no ano somou 4,2 trilhões de ienes (cerca de 40 bilhões de dólares). Para o ano fiscal de 2018, as projeções macroeconômicas do governo estimam crescimento real médio de 1,8%.

O cenário econômico positivo, com crescimento do PIB e taxa recorde de baixo nível de desemprego (cerca de 3%), indica que as políticas monetárias e financeiras da *Abenomics* têm dado resultado. Do início da década de 1990 até a implementação dessa política econômica, o Japão enfrentou quadro de estagnação. Em 2012, quando Abe reassumiu o governo, os principais desafios a serem enfrentados eram: i) persistente quadro de deflação; ii) câmbio sobrevalorizado; e iii) crescente déficit público relacionado a elevadas despesas governamentais com bem-estar social, decorrentes do envelhecimento da população.

Nesse contexto, no início de 2013, o governo concebeu o que denominou "estratégia de três flechas": i) flexibilização monetária, com meta de 2% de inflação; ii) política fiscal expansionista, com incremento de obras de infraestrutura; e iii) reformas estruturais, como a expansão da oferta no mercado de trabalho para mulheres e idosos, assim como estímulo à competição setorial no mercado de bens e serviços. As autoridades nipônicas estimam que o pacote proporcionará crescimento médio nominal de 3% ao ano até 2022.

Relações econômicas bilaterais:



O Japão é, na Ásia, o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. Por sua vez, o Brasil é o principal parceiro comercial do Japão na América Latina e ocupa posição de relevo como fornecedor de minério de ferro e produtos alimentícios ao país.

O intercâmbio comercial Brasil-Japão aumentou mais de 80% entre 2004 e 2014, atingindo, em 2011, a histórica marca de US\$ 17,3 bilhões. Apesar do recuo nos últimos anos, o intercâmbio bilateral voltou a crescer e chegou a US\$ 9 bilhões em 2017. As exportações brasileiras para o Japão compõem-se, na maior parte, de produtos básicos (minério de ferro, alumínio, café, carnes e soja em grãos), e as importações brasileiras procedentes do Japão correspondem, em sua quase totalidade, a produtos manufaturados (máquinas, automóveis, eletrônicos, instrumentos de precisão e produtos químicos). Há interesse em ampliar e diversificar as exportações nacionais, em especial nos setores de agronegócio, alimentação, energia, vestuário, indústria cultural e criativa.

O Japão possui o 6º maior estoque de investimentos externos diretos (IED) no Brasil, onde operam 698 empresas japonesas. Em 2017, o IED japonês no Brasil alcançou US\$ 537 milhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1868	Restauração Meiji – considerada a fundação do Japão moderno.
1941	Ataque japonês a Pearl Harbor. Estados Unidos declaram guerra ao Japão.
1945	Ataque norte-americano com bombas atômicas às cidades de Hiroshima e Nagasaki. Fim da Segunda Guerra Mundial.
1946	É promulgada a Constituição do Japão.
1956	O Japão ingressa nas Nações Unidas.
1964	Tóquio sedia os Jogos Olímpicos – os primeiros a serem realizados na Ásia.
1972	Restabelecimento das relações diplomáticas do Japão com a China.



1989	Ascensão do imperador Akihito, sucedendo ao falecido imperador Hirohito.
1997	O Japão sedia a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Quioto (COP-3).
2002	O Japão sedia a Copa do Mundo, juntamente com a Coreia do Sul.
2009	O Partido Democrático vence as eleições gerais no Japão, encerrando período de mais de cinquenta anos de supremacia do PLD.
2011	Grande terremoto e tsunami de Sendai (Tohoku), seguido da explosão no complexo nuclear de Fukushima.
2012	Shinzo Abe, do PLD, assume o cargo de primeiro-ministro.
2013	Tóquio é escolhida para sediar os Jogos Olímpicos de 2020.
2015	A Câmara Alta da Dieta aprova nova legislação de segurança, que permite ao Japão exercer o direito à autodefesa coletiva e participar de variedade mais ampla de Operações de Paz da ONU, incluindo atividades que possivelmente envolvam o uso de armas na defesa do mandato da missão.
2016	O Japão sedia a Cúpula do G-7 em Iseshima.
2017	O Parlamento japonês aprova lei que permite abdicação do Imperador Akihito (prevista para abril de 2019). Shinzo Abe é reeleito como primeiro-ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1895	Assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.
1897	Abertura das respectivas representações diplomáticas.
1908	Início da imigração japonesa no Brasil (chegada do navio Kasato Maru).
1928	Início da imigração japonesa na Amazônia.
1942	Rompimento de relações diplomáticas.
1952	Restabelecimento das relações diplomáticas.
1958	Visita do príncipe e da princesa Mikasa ao Brasil (50 anos da



	imigração japonesa).
1959	Visita do primeiro-ministro Nobosuke Kishi ao Brasil.
1967	Visita do príncipe herdeiro Akihito e da princesa Michiko ao Brasil.
1974	Visita do primeiro-ministro Kakuei Tanaka ao Brasil.
1976	Visita do presidente Ernesto Geisel ao Japão.
1978	Visita do príncipe herdeiro Akihito e da princesa Michiko ao Brasil (70 anos da imigração japonesa) e lançamento do PRODECER.
1982	Visitas ao Brasil do PM Zenko Suzuki e do príncipe Naruhito.
1984	Visita do presidente João Baptista Figueiredo ao Japão.
1988	Visita do príncipe Fumihito ao Brasil (80 anos da imigração japonesa).
1994	Visita do chanceler Yohei Kono ao Brasil.
1995	Visitas do vice-presidente Marco Maciel ao Japão e da princesa Nori ao Brasil, no contexto do Centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação de 1895.
1996	Visitas do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Japão e do primeiro-ministro Ryutaro Hashimoto ao Brasil.
1997	Visita do imperador Akihito e da imperatriz Michiko ao Brasil.
1998	Visitas do chanceler Keizo Obuchi ao Brasil e do chanceler Luiz Felipe Lampreia ao Japão.
2002	Visita do chanceler Celso Lafer ao Japão.
2004	Visitas do chanceler Celso Amorim ao Japão e do primeiro-ministro Junichiro Koizumi ao Brasil e estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Japão.
2005	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão e assinatura do Programa Conjunto de Revitalização das Relações Econômicas.
2006	Adoção do padrão de televisão digital com base no sistema japonês ISDB-T. No mesmo ano, o número de brasileiros residentes no Japão ultrapassa 300 mil.
2008	Visitas da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao Japão, bem como do príncipe herdeiro Naruhito e do ministro de Economia, Comércio e Indústria, Akira Amari, ao Brasil, no contexto do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão (centenário da imigração japonesa no Brasil).
2009	I Reunião do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimentos Brasil-Japão.
2010	Visitas do vice-ministro parlamentar dos Negócios Estrangeiros Shuji Kira e do ex-primeiro-ministro Junichiro Koizumi ao Brasil.
2010	Visitas do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e do ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, ao Japão.
2011	Visitas do chanceler Takeaki Matsumoto ao Brasil e do chanceler Antonio Patriota ao Japão, bem como estabelecimento do



	"Movimento Brasil Solidário" em favor das vítimas do terremoto e tsunami de Sendai, coordenado pela Embaixada em Tóquio.
2012	Visitas do ministro para Política Nacional, para Políticas de Ciência e Tecnologia, para Política Espacial e para Política Econômica e Fiscal Motohisa Furukawa e do chanceler Koichiro Gemba, que chefiou a delegação japonesa para a Conferência Rio+20. Visitas do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel; do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho – para participar da Conferência Ministerial Mundial sobre Redução de Risco de Desastres –; do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini – para participar das reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial –, ao Japão.
2013	Visitas do ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão, Toshimitsu Motegi; do ministro de Assuntos Internos e das Comunicações, Yoshitaka Shindo; e do chanceler Fumio Kishida ao Brasil. Visitas da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira – para chefiar a delegação brasileira à Convenção de Minamata sobre Mercúrio –; e da ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para participar do Fórum Empresarial Japão-América Latina e Caribe.
2014	Visitas da princesa Takamado, durante a Copa do Mundo, e do primeiro-ministro Shinzo Abe ao Brasil – quando as relações bilaterais foram elevadas ao nível de Parceria Estratégica e Global. Estabelecimento do mecanismo de diálogo entre chanceleres.
2015	Visitas do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Francisco Falcão, e do chanceler Mauro Vieira ao Japão, bem como do príncipe e da princesa Akishino ao Brasil, como parte das comemorações dos 120 anos do estabelecimento das relações diplomáticas.
2016	Visitas do primeiro-ministro Shinzo Abe ao Brasil, por ocasião da cerimônia de encerramento dos Jogos Olímpicos Rio 2016, e do presidente Michel Temer ao Japão.
2017	Visitas do vice-primeiro-ministro Taro Aso ao Brasil – por ocasião da Inauguração da <i>Japan House</i> , em São Paulo –; e visitas ao Japão do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Westphalen Etchegoyen.
2018	Visita do príncipe herdeiro Naruhito, para participar do 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília.



ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Publicação no DOU
Acordo sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Assunto Aduaneiros	14/09/2017	-	Em promulgação (tramitação no Poder Executivo)
Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	24/01/2014	14/02/2016	26/04/2016
Troca de Notas sobre Isenção de Vistos para Passaporte Diplomático, Passaporte Oficial e Passaporte de Serviço	02/09/2013	01/11/2013	16/09/2013
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica	25/06/2012	25/06/2012	12/11/2012
Acordo de Previdência Social	29/07/2010	01/03/2012	16/03/2012
Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para Concessão de Empréstimo Japonês para Promover o “Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista Fase II”	01/07/2010	23/12/2010	23/12/2010
Acordo sobre isenção de PIS, FINSOCIAL e COFINS para aeronaves japonesas operando no Brasil	22/07/2009	22/07/2009	05/08/2009



Acordo em Relação à Concessão de Empréstimo Japonês com Vistas a Promover os Esforços de Estabilização e Desenvolvimento Econômicos da República Federativa do Brasil	14/07/2009	15/09/2010	-
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, concernente ao Estudo para o Desenvolvimento de uma Solução Integrada relativa à Gestão de Resíduos Industriais no Pólo Industrial de Manaus	01/08/2008	01/08/2008	28/08/2008
Acordo que dará Efetividade ao "Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista".	20/08/2003	24/06/2004	12/07/2004
Acordo sobre Empréstimos Japoneses com vistas a Promover Esforços de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil	14/07/2000	27/11/2001	08/02/2002
Acordo Alterando os Quadros de Rotas do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos	30/06/1999	30/06/1999	13/07/1999
Acordo Relativo a um Empréstimo Japonês Concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais	26/08/1996	24/09/1997	13/03/1998
Acordo que Estabelece os Novos Quadros de Rotas Aéreas	16/11/1993	16/11/1993	23/11/1993



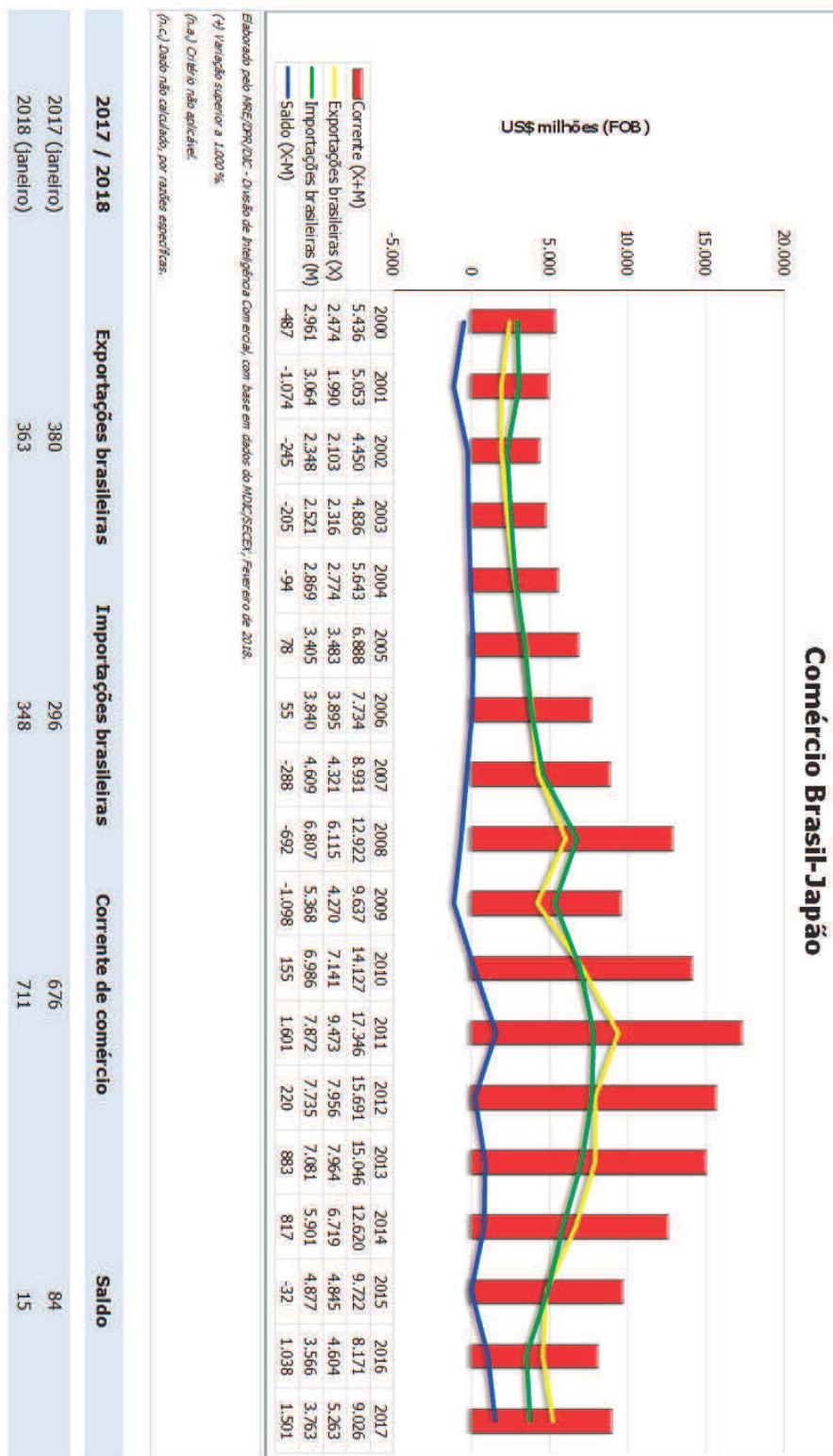
Acordo que concede Status Autônomo ao Escritório de Representação do Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina no Rio de Janeiro	12/03/1993	01/06/1993	11/03/1994
Acordo Relativo à Concessão de Empréstimos, pelo Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina, para o Financiamento de Três Projetos Ambientais	12/03/1993	01/07/1993	07/03/1994
Acordo sobre Concessão de um Empréstimo nos Termos do Plano de Reciclagem Financeira	10/11/1989	14/11/1990	07/02/1991
Acordo sobre Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia	25/05/1984	20/06/1985	27/03/1991
Acordo sobre o Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos	23/03/1976	29/12/1977	-
Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimento	23/03/1976	29/12/1977	11/01/1978
Acordo Básico de Cooperação Técnica	22/09/1970	15/07/1971	08/07/1971
Acordo para a Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Cônsules de Carreira	23/06/1967	06/07/1967	12/07/1967
Acordo que estabelece Comissão Mista Permanente Brasil-Japão para a Promoção do	07/02/1967	07/02/1967	-



Intercâmbio Comercial			
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos	24/01/1967	31/12/1967	18/12/1967
Acordo Cultural	23/01/1961	18/11/1964	23/12/1964
Acordo de Migração e Colonização	14/11/1960	29/10/1963	06/12/1963
Acordo sobre Transportes Aéreos	14/12/1956	19/10/1962	04/12/1962
Acordo sobre Assistência Judiciária	23/09/1940	01/11/1940	28/09/1940
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação	05/11/1895	12/12/1897	31/03/1897

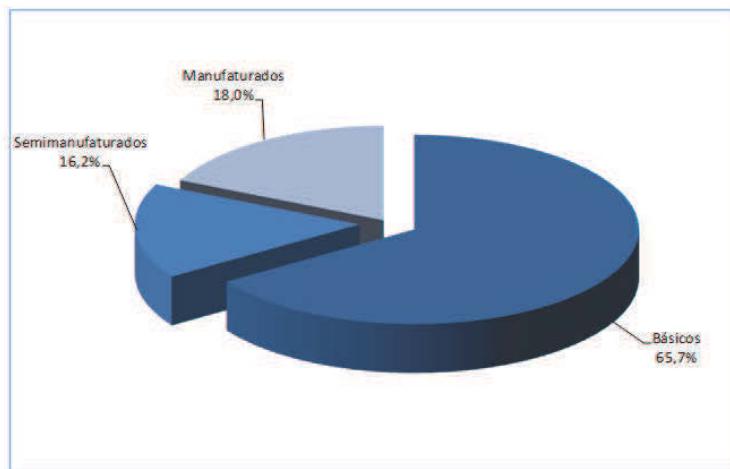


DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

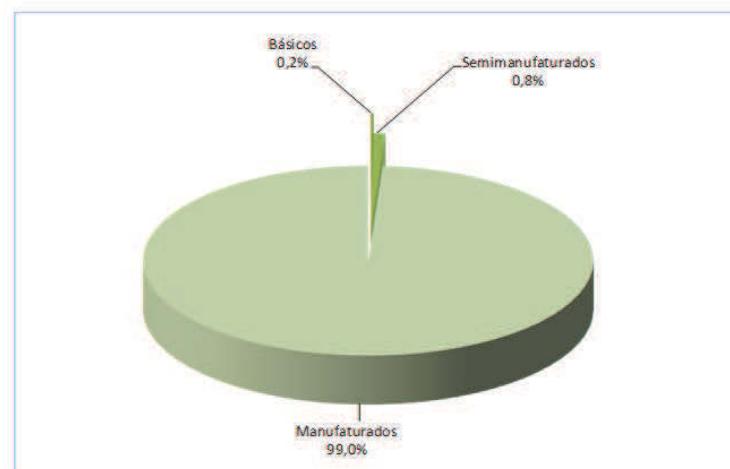


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



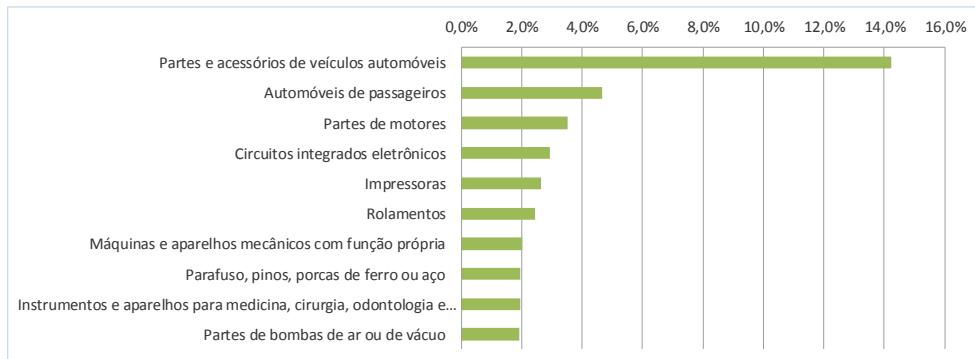
Eaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

Composição das importações brasileiras originárias do Japão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Partes e acessórios de veículos automóveis	505	10,4%	454	12,7%	536	14,2%
Automóveis de passageiros	326	6,7%	130	3,6%	176	4,7%
Partes de motores	173	3,5%	128	3,6%	133	3,5%
Circuitos integrados eletrônicos	78	1,6%	69	1,9%	110	2,9%
Impressoras	133	2,7%	93	2,6%	99	2,6%
Rolamentos	95	1,9%	74	2,1%	92	2,4%
Máquinas e aparelhos mecânicos com função própria	76	1,6%	86	2,4%	76	2,0%
Parafuso, pinos, porcas de ferro ou aço	82	1,7%	69	1,9%	74	2,0%
Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	69	1,4%	59	1,7%	73	1,9%
Partes de bombas de ar ou de vácuo	114	2,3%	67	1,9%	72	1,9%
Subtotal	1.651	33,9%	1.229	34,5%	1.441	38,3%
Outros	3.226	66,1%	2.337	65,5%	2.322	61,7%
Total	4.877	100,0%	3.566	100,0%	3.763	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

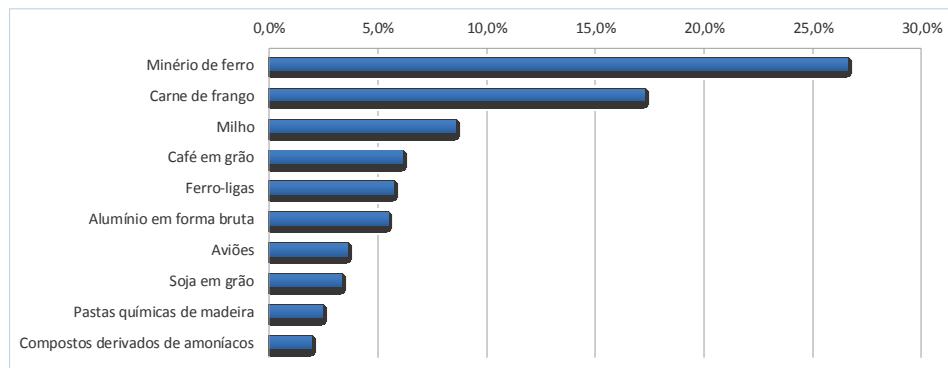


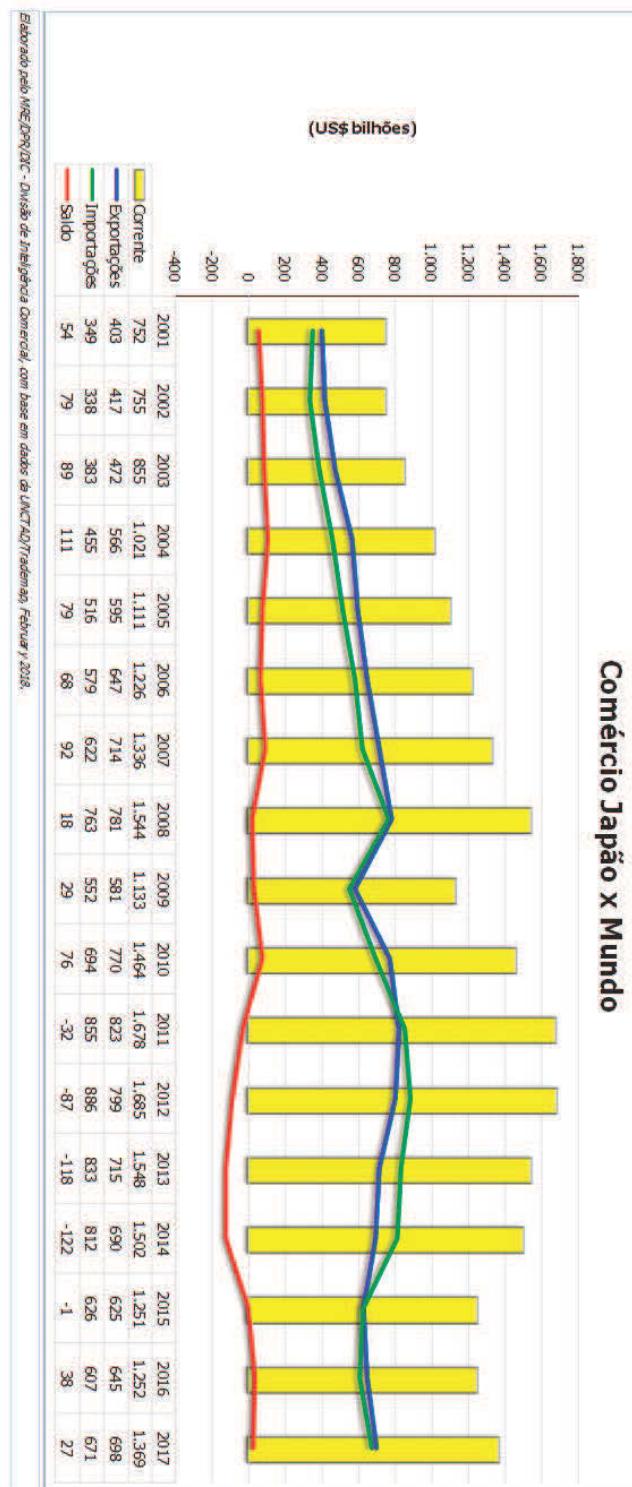
Composição das exportações brasileiras para o Japão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minério de ferro	1.209	25,0%	1.073	23,3%	1.400	26,6%
Carne de frango	838	17,3%	720	15,6%	909	17,3%
Milho	461	9,5%	455	9,9%	452	8,6%
Café em grão	440	9,1%	414	9,0%	324	6,2%
Ferro-ligas	231	4,8%	240	5,2%	302	5,7%
Alumínio em forma bruta	367	7,6%	246	5,3%	287	5,5%
Aviões	87	1,8%	219	4,8%	190	3,6%
Soja em grão	185	3,8%	172	3,7%	175	3,3%
Pastas químicas de madeira	103	2,1%	113	2,5%	129	2,5%
Compostos derivados de amoníacos	70	1,4%	60	1,3%	104	2,0%
Subtotal	3.991	82,4%	3.712	80,6%	4.272	81,2%
Outros	854	17,6%	892	19,4%	991	18,8%
Total	4.845	100,0%	4.604	100,0%	5.263	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

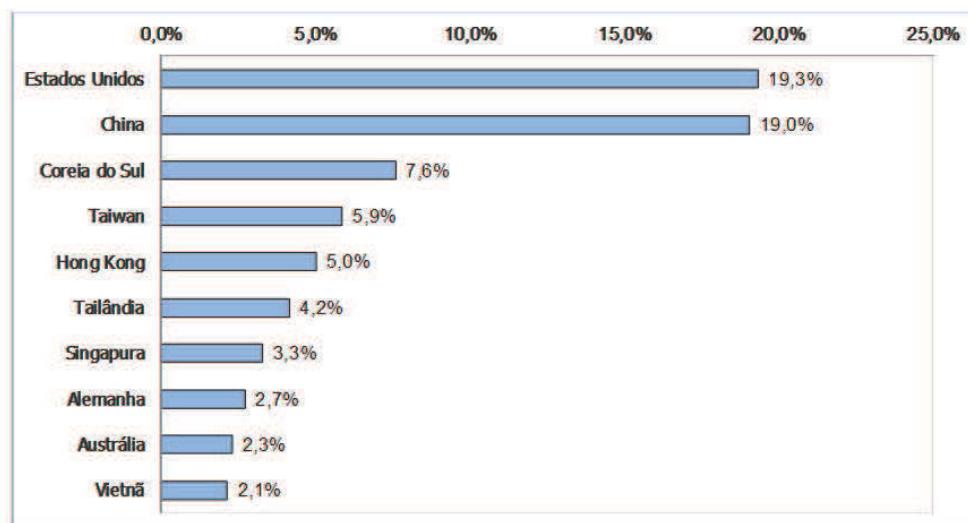




Principais destinos das exportações do Japão
US\$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
Estados Unidos	135	19,3%
China	133	19,0%
Coreia do Sul	53	7,6%
Taiwan	41	5,9%
Hong Kong	35	5,0%
Tailândia	29	4,2%
Singapura	23	3,3%
Alemanha	19	2,7%
Austrália	16	2,3%
Vietnã	15	2,1%
...		
Brasil (27º lugar)	3	0,5%
Subtotal	502	72,0%
Outros países	196	28,0%
Total	698	100,0%

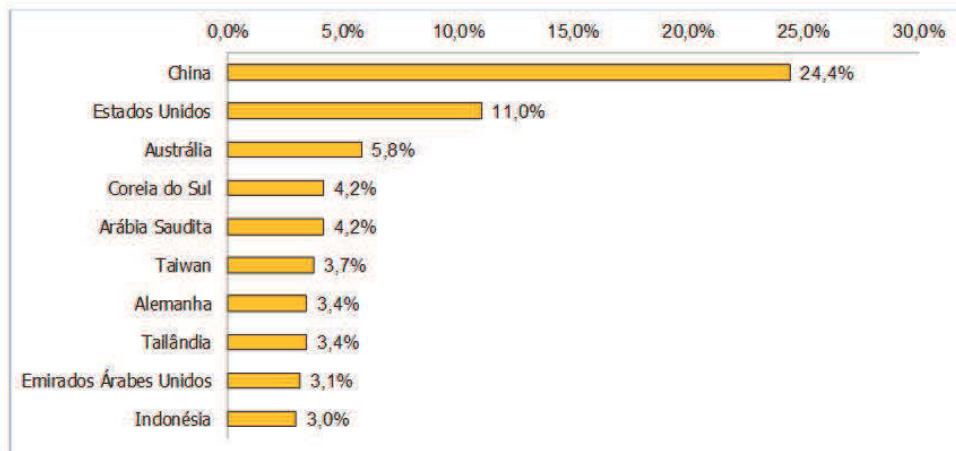
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



**Principais origens das importações do Japão
US\$ bilhões**

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	164	24,4%
Estados Unidos	74	11,0%
Austrália	39	5,8%
Coreia do Sul	28	4,2%
Arábia Saudita	28	4,2%
Taiwan	25	3,7%
Alemanha	23	3,4%
Tailândia	23	3,4%
Emirados Árabes Unidos	21	3,1%
Indonésia	20	3,0%
...		
Brasil (21º lugar)	7	1,1%
Subtotal	452	67,4%
Outros países	219	32,6%
Total	671	100,0%

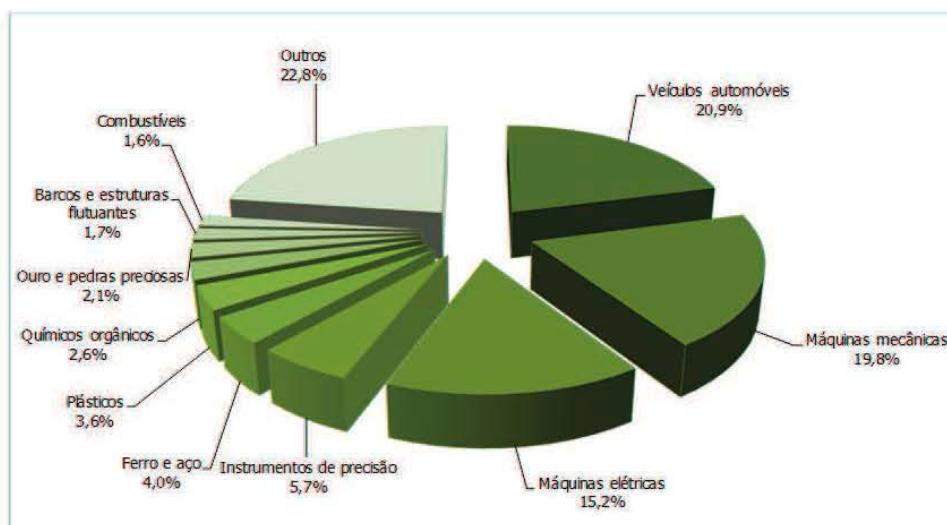
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações do Japão (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Veículos automóveis	146	20,9%
Máquinas mecânicas	138	19,8%
Máquinas elétricas	106	15,2%
Instrumentos de precisão	40	5,7%
Ferro e aço	28	4,0%
Plásticos	25	3,6%
Químicos orgânicos	18	2,6%
Ouro e pedras preciosas	15	2,1%
Barcos e estruturas flutuantes	12	1,7%
Combustíveis	11	1,6%
Subtotal	539	77,2%
Outros	159	22,8%
Total	698	100,0%

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Tademap, February 2018.

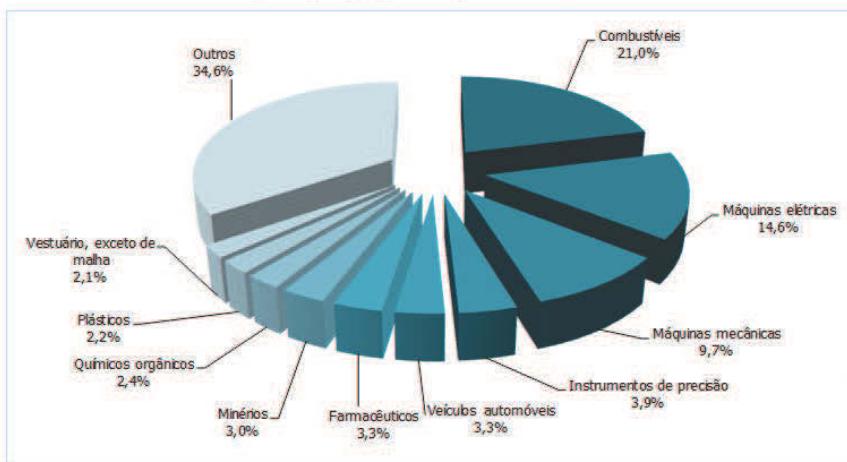


Composição das importações do Japão (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2017	Part.% no total
Combustíveis	141	21,0%
Máquinas elétricas	98	14,6%
Máquinas mecânicas	65	9,7%
Instrumentos de precisão	26	3,9%
Veículos automóveis	22	3,3%
Farmacêuticos	22	3,3%
Minérios	20	3,0%
Químicos orgânicos	16	2,4%
Plásticos	15	2,2%
Vestuário, exceto de malha	14	2,1%
Subtotal	439	65,4%
Outros	232	34,6%
Total	671	100,0%

Eaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados





SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 33, DE 2018

(nº 243/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 243

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Os méritos do Senhor João Almino de Souza Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de maio de 2018.



EM nº 00086/2018 MRE

Brasília, 26 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 222 - C. Civil.

Em 9 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO**

CPF.: 020.396.303-25

ID.: 5318 MRE

1950 Filho de João Almino de Souza e Natália de Queiroz e Souza, nasce em 27 de setembro, em Mossoró/RN

Dados Acadêmicos:

- 1972 CPCD - IRBr
- 1973 Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- 1979 Mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF
- 1980 Doutorado em História Comparada das Civilizações Contemporâneas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris/FR
- 1990 CAE - IRBr, Naturezas Mortas; Ecofilosofia das Relações Internacionais
- 2001 Pós-Doutoramento no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo

Cargos:

- 1974 Terceiro-secretário
- 1977 Segundo-secretário
- 1980 Primeiro-secretário
- 1986 Conselheiro, por merecimento
- 1993 Ministro de segunda classe, por merecimento
- 2002 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

- 1974-77 Divisão de Política Comercial, assistente
- 1977-80 Embaixada em Paris, Terceiro-Secretário, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
- 1980-82 Embaixada em Beirute, Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios
- 1982-85 Embaixada no México, Primeiro-Secretário
- 1983-84 Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México, Professor
- 1985-86 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
- 1986 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor
- 1986-88 Instituto Rio Branco, Professor de História das Idéias Políticas
- 1986-88 Universidade de Brasília/DF, Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, Professor de Filosofia Política e das Relações Internacionais
- 1986-88 Presidência da República, Gabinete Civil, assessor e coordenador
- 1988-92 Embaixada em Washington, Conselheiro
- 1989 Reunião sobre a Global Environmental Facility do Banco Mundial, Washington, Chefe da delegação
- 1990-91 G-24 preparatória à Reunião Anual FMI-BIRD, Washington, Chefe de delegação
- 1991 Reunião sobre Novos Mecanismos para o Financiamento do Meio Ambiente e Desenvolvimento, BID/PNUD, Washington, Chefe de delegação
- 1992-97 Consulado-Geral em São Francisco, Cônsul-Geral
- 1993-97 Universidade da Califórnia em Berkeley, Professor Visitante
- 1995-96 Universidade de Stanford, California, Professor Visitante



1997-99	Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Geral
1998	XVII Congresso (extraordinário) da União Latina, Lisboa, Chefe de delegação
1999-	Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2001	
2001-04	Instituto Rio Branco, Diretor
2001	Instituto Rio Branco, Professor de Linguagem Diplomática
2002	Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira
2004-07	Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral
2008-11	Consulado-Geral em Chicago, Cônsul-Geral
2011-15	Consulado-Geral em Madri, Cônsul-Geral
2015	Diretor da Agência Brasileira de Cooperação

Condecorações:

1980	Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
1983	Ordem da Águia Azteca, México, Oficial
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

Publicações:

1980	Os Democratas Autoritários; Liberdades Individuais, de Associação Política e Sindical na Constituinte de 1946, editora Brasiliense, São Paulo
1985	Era uma Vez uma Constituinte; Lições de 1946 e Questões de Hoje, editora Brasiliense, São Paulo
1986	O Segredo e a Informação; Ética e Política no Espaço Público, editora Brasiliense, São Paulo
1986	La Edad del Presente; Tiempo, autonomía y representación en la política, Fondo de Cultura Económica, México
1989	A Paz e a Autodeterminação dos Povos em Kant, in: Contexto Internacional, Revista do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
1993	Naturezas Mortas; A Filosofia Política do Ecologismo, IPRI, Brasília/DF
2002	Inserção Internacional de Segurança do Brasil: A Perspectiva Diplomática, in: Brigagão, Clóvis e Proença Jr, Domício (coord.), O Brasil e o Mundo, Novas Visões, editora Francisco Alves/ Konrad Adenauer, Rio de Janeiro
2002	Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil (Org. com Carlos Henrique CARDIM), Comissão Organizadora das Comemorações do 1º Centenário de Posse do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, Brasília
2004	Naturezas Mortas; A Filosofia Política do Ecologismo, editora Francisco Alves/RJ
2004	A Utopia é um Império, in Prefácio a MORE, Thomas, A Utopia, IPRI/Editora da UnB, Brasília/DF
2010	Tendencias de la literatura brasileña: Escritos en contrapunto. Editorial Leviatan, Buenos Aires
2015	Enigmas da primavera (romance), editora Record,
2017	Entre facas, algodão (romance), editora Record
2017	Dois Ensaios sobre Utopia, editora Universidade de Brasília

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO
DIRETORA, SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EQUADOR



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Abril de 2018

3



DADOS BÁSICOS SOBRE O EQUADOR	
NOME OFICIAL:	República do Equador
GENTÍLICO:	equatoriano
CAPITAL:	Quito
ÁREA:	276.840 km ²
POPULAÇÃO (FMI, est. 2017):	16,78 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Espanhol (oficial) e idiomas ameríndios, especialmente quéchua
PRINCIPAIS RELIGIÕES (Censo 2012):	Catolicismo (80,4%); protestantismo (11,3%); outras (8,25%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Congresso da República; Parlamento unicameral composto por 137 membros, eleitos para mandato de 4 anos
CHEFE DE ESTADO:	Lenín Moreno (desde 24/5/2017)
CHEFE DE GOVERNO:	Lenín Moreno (desde 24/5/2017)
CHANCELER:	María Fernanda Espinosa (desde 24/5/2017)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI, est. 2017):	US\$ 102,31 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (FMI, est. 2017):	US\$ 192,64 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, est. 2017):	US\$ 6.098,29
PIB PPP PER CAPITA (FMI, est. 2017):	US\$ 10.458,77
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,52% (2018 est.), 2,73% (2017, est.), -1,58% (2016), 0,1% (2015), 3,79% (2014), 4,95% (2013) e 5,64% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,739 (89 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2015):	76,1 anos
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2016):	99,06%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI, 2017):	4,62%
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar norte-americano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Diego Rivadeneira
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 3.000 brasileiros residentes no Equador

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-EQUADOR (US\$ MILHÕES FOB) - Fonte: MDIC									
Brasil → Equador	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	680	1.035	1.028	1.032	961	965	783	798	968
Exportações	638	979	933	898	820	822	665	653	836
Importações	41	57	95	133	141	143	118	144	131
Saldo	597	922	838	765	679	679	548	510	705



APRESENTAÇÃO

Com um território de 276.840 km², o Equador é o 75º país mais extenso do mundo e 10º da América Latina. Trata-se de um dos dois únicos países que não fazem fronteira com o Brasil na América do Sul. Banhado pelo oceano Pacífico, a oeste, o Equador é limitado ao norte pela Colômbia, e a leste e ao sul pelo Peru. A população equatoriana é de 16,78 milhões de habitantes (estimativa do FMI para 2017), sendo o sétimo país mais populoso da América Latina.

O primeiro governo independente no Equador instaurou-se em 10 de agosto de 1809. A consolidação da independência do país ocorreu, no entanto, somente em 1822, com a derrota imposta às tropas espanholas por tropas comandadas pelo general Antonio José de Sucre na Batalha de Pichincha.

PERFIL BIOGRÁFICO

LENÍN MORENO PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Lenín Voltaire Moreno Garcés nasceu em 19/3/1953, em Nuevo Rocafuerte, na Amazônia equatoriana. Em 1998, durante assalto em Quito, foi atingido por disparo que o deixou paraplégico. Tornou-se palestrante motivacional, tendo publicado livros sobre sua teoria de que o humor é o melhor remédio para as enfermidades físicas e emocionais.

Moreno obteve licenciatura em Administração Pública na Universidade Central do Equador. Chefiou a "Dirección Nacional de Discapacidades" do Ministério da Saúde do Equador (2001-04). Foi Vice-Presidente da República, durante os dois primeiros mandatos de Rafael Correa (2007-2013).

Em 2012, foi eleito presidente do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência da OEA. Em 2013, foi indicado pelo Secretário Geral das Nações Unidas para o cargo de Enviado Especial das Nações Unidas sobre Deficiência e Acessibilidade, em Genebra.

Em 2017, foi eleito presidente do Equador, para o mandato 2017-2021. É casado e tem três filhas.



RELAÇÕES BILATERAIS

Aspectos políticos

Brasil e Equador passam por um momento de renovação construtiva das relações bilaterais. Nos governos da ex-presidente Dilma Rousseff, os contatos bilaterais foram marcados, sobretudo, por divergências na área comercial. As críticas reiteradas das autoridades políticas equatorianas sobre o processo que levou ao impedimento da ex-presidente agregaram dificuldades adicionais ao relacionamento bilateral.

Em reação ao processo de impeachment, o Equador chamou para consultas, em 31/8/16, seu encarregado de negócios em Brasília, uma vez que, à época, não havia embaixador designado nesta capital. O Brasil reciprocou chamando para consultas seu embaixador em Quito. O embaixador brasileiro retornou ao Equador em 15/1/2017.

A posse de Lenin Moreno permitiu a retomada da relação bilateral. Novo embaixador do Equador no Brasil foi designado no fim de 2017, tendo chegado ao país em fevereiro de 2018. Os chanceleres do Brasil e do Equador mantiveram reunião à margem da Cúpula da OEA, em Lima, em abril de 2018. Foi a primeira reunião bilateral entre os ministros dos dois países desde janeiro de 2016.

O esforço recente em destravar a pauta comercial bilateral, consubstanciado na abertura do mercado brasileiro para a banana e o camarão equatorianos, demonstra, ademais, a disposição do governo brasileiro em trabalhar com sua contraparte equatoriana em prol do adensamento da relação bilateral.

Comércio bilateral:

O comércio do Brasil com o Equador é regulado pelo Acordo de Complementação Econômica N° 59 (ACE-59 MERCOSUL-Colômbia-Equador-Venezuela). O Equador recebe, atualmente, preferência tarifária de 100% em relação a 94,6% de seus produtos, índice que chegará a 95,6% em 2018. O Brasil recebe, atualmente, 100% de preferência tarifária em relação a 80% de seus produtos, índice que chegará a 95,3% em 2018.

O Brasil é o quinto país que mais exporta ao Equador e o 19º destino das exportações equatorianas no mundo. No ano passado, segundo dados do MDIC, as trocas comerciais entre os dois países somaram US\$ 968 milhões e apresentaram superávit de US\$ 705 milhões para o Brasil.



De 2012 a 2015, houve queda de cerca de 25% do fluxo comercial, por conta, especialmente, de barreiras técnicas e fitossanitárias recíprocas e da aplicação, até 2017, de salvaguardas comerciais pelo Equador. Em 2016, houve, no entanto, reversão da tendência, com aumento de 2% do intercâmbio comercial. Os dados de 2017 demonstram a consolidação da tendência de retomada do comércio bilateral, com aumento de 21,3% do intercâmbio comercial quando comparado ao ano anterior.

Em 2017, os principais produtos exportados pelo Brasil ao Equador são máquinas mecânicas, ferro e aço, plásticos, automóveis, papel e máquinas elétricas. Os principais produtos equatorianos importados pelo Brasil são preparações de carnes, máquinas elétricas, chumbo, algodão e açúcar.

Investimentos

De acordo com dados disponíveis do Banco Central do Brasil, havia estoque de US\$ 155 milhões em investimento de origem brasileira no Equador em 2015. Os fluxos de investimento equatoriano para o mercado brasileiro são mais modestos.

Cooperação técnica

A cooperação técnica com o Equador é marcada pela diversidade de projetos. Atualmente, há projetos em execução que abarcam áreas de agricultura, saúde e regulação. A cooperação técnica foi um dos setores da relação bilateral menos afetados pelo período de relativo distanciamento político entre os dois países. Em janeiro de 2018, foi realizada Reunião de Avaliação do Programa de Cooperação Técnica Bilateral 2015-2017, exercício que permitiu orientar a gestão de projetos futuros.

Projeto do Eixo Multimodal Manta-Manaus

Trata-se de projeto promovido pelo governo equatoriano para ligar o porto equatoriano de Manta a Manaus. Consiste em (i) interligação rodoviária de Manta a porto fluvial no Rio Napo; (ii) modernização do porto fluvial de Napo e do porto de Manta; (iii) melhoramento do trecho hidroviário no Rio Napo (186 km em território equatoriano, 621 Km em território peruano); e (iv) estabelecimento de rota aérea de carga entre aeroportos de Manta e Manaus.

O projeto depende de estudos de viabilidade da navegação no trecho peruano do rio Napo. Ademais, o Governo equatoriano informou, em 2016, não tencionar realizar obras de dragagem no trecho do rio que atravessa seu território, que somente permitiria navegação de embarcações de calado não superior a 1,20 metros.

A última reunião do Grupo de Trabalho Bilateral sobre Transportes, na qual foi examinado o projeto do eixo, realizou-se em março de 2016.

Terremoto de abril de 2016

O Brasil prestou cooperação humanitária ao Equador após o terremoto que atingiu o norte daquele país em 16 de abril de 2016, considerado o mais forte desde 1979. Foi enviada aeronave militar C-105 ao país, com carga de 600.000 UI de imunoglobulina antitetânica e 6 "kits emergenciais", incluindo medicamentos e insumos básicos de saúde. Cada kit pesa 250 kg e pode atender 500 pessoas por três meses. A aeronave permaneceu no país até maio de 2016 e realizou transporte de carga e de passageiros, bem como evacuações médicas.

Assuntos consulares

Estima-se em cerca de 3.000 o número de brasileiros no país andino. O setor consular da Embaixada do Brasil em Quito tem jurisdição sobre todo o território equatoriano. O Brasil conta, ainda, com dois consulados honorários no Equador: Cuenca e Guayaquil.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Há, atualmente, três operações ativas de caráter ostensivo no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) referentes ao Equador, cujos valores atingem a cifra de US\$ 314.941.304,90.



POLÍTICA INTERNA

Em maio de 2017, o presidente Lenín Moreno, do partido "Alianza PAÍS", assumiu o país após uma década de presidência de Rafael Correa (2007-2017), de quem foi vice-presidente de 2007 a 2013. A vitória de Moreno em segundo turno, por pouco mais de dois pontos percentuais, foi marcada pela polarização com o candidato da oposição ao governo Correa, o banqueiro Guillermo Lasso.

O governo conseguiu maioria parlamentar na Assembleia Nacional, com 74 assentos de um total de 137 – mas perdeu a maioria qualificada com a qual a Alianza PAÍS contava no exercício anterior (100 cadeiras). As bancadas dos principais partidos de oposição (Coligação Movimento “Creando Oportunidades” e Sociedade Unida Mais Ação – CREO/SUMA, de Guillermo Lasso, e Partido Social-Cristão – PSC) cresceram mais de 150%, atingindo 34 e 15 assentos, respectivamente.

Desde a posse, Lenín Moreno tem buscado imprimir estilo próprio a seu governo. A estratégia do novo mandatário, fundada no diálogo com todas as forças políticas, logrou superar impasses herdados da gestão anterior e possibilitou o reestabelecimento do diálogo com instituições como as Forças Armadas e a Igreja.

Residindo em Bruxelas desde que deixou o poder (sua esposa é belga), o ex-presidente Rafael Correa tem sido um dos principais críticos da gestão atual. Utilizando-se das mídias sociais, Correa tem criticado as iniciativas de diálogo com setores da oposição, as declarações de Moreno sobre o cenário econômico recebido do governo anterior e projetos que tencionam reformar leis marcantes da gestão Correa.

A oposição propriamente dita tem acolhido favoravelmente, de modo geral, as iniciativas de distensão promovidas por Moreno. A única oposição concreta à atual gestão provém, assim, de seu antecessor e ex-aliado.

As ramificações da Operação Lava Jato no Equador têm impactado a agenda política interna. Em outubro de 2017, Jorge Glas, então vice-presidente de Moreno, foi detido por acusações de corrupção passiva relacionadas a projetos da construtora Odebrecht no país. O presidente Moreno nomeou sua ministra de Desenvolvimento Urbano e Habitação, María Alejandra Vicuña, como vice-presidente interina. Com o afastamento definitivo de Glas, Vicuña foi efetivada como vice-presidente pela Assembleia Nacional em janeiro último.

No último dia 19 de janeiro, o Tribunal Contencioso Eleitoral (TCE) reconheceu o morenista Ricardo Zambrano como Secretário-Executivo do

movimento Aliança País, em detrimento da correísta Gabriela Ribadeneira. A decisão foi estopim para a desfiliação de Rafael Correa, anunciada nas mídias sociais e seguida pela desfiliação de 28 dos 74 parlamentares da AP. Os "correístas" pretendem reorganizar-se sob nova legenda.

Em fevereiro de 2018, foi realizado referendo/consulta popular que constituía prioridade da agenda política de Lenín Moreno. Foram submetidas à população sete perguntas, dentre as quais a vedação da possibilidade de “reeleição indefinida”, que havia sido instituída na gestão Correa, e a inabilitação da candidatura (“morte política”) de quaisquer condenados por atos de corrupção. A vitória do “sim” no referendo por ampla margem (entre 63% e 74%, para as diferentes perguntas) foi avaliado por analistas como indicador de respaldo popular à agenda política de Moreno. Passados pouco mais de dois meses da consulta popular/referendo, a implementação dos resultados das sete perguntas encontra-se quase concluída.

A agenda de política interna, no momento, encontra-se tomada pelos temas de segurança na fronteira. Em 13 de abril último foi confirmado o assassinato de equipe do jornal equatoriano "El Comercio" sequestrada na fronteira do Equador com a Colômbia. O crime foi reivindicado em nota pública pela Frente Oliver Sinisterra, dissidência das FARC liderada pelo equatoriano Walter Arisala, conhecido por “Guacho”. Em 14 de abril, os meios de comunicação locais divulgaram novo sequestro na região fronteiriça. Os dois fatos recentes causaram grande comoção pública e vêm a somar-se ao ataque contra quartel da Polícia Federal equatoriana em San Lorenzo (província de Esmeraldas), em janeiro passado.

Os ministros da Defesa, Interior e das Relações Exteriores do Equador e da Colômbia mantiveram reunião de trabalho em Quito, no dia 16 de abril. Enfatizaram a prioridade que será atribuída ao resgate dos corpos da equipe de El Comercio, para o que contarão com a colaboração da Cruz Vermelha Internacional.

No parlamento equatoriano, correístas e anti-correístas debatem se teria havido sucateamento das Forças Armadas e da Polícia do Equador ao longo do período de governo de Rafael Correa. Não obstante as interpretações divergentes, parece haver consenso em torno da necessidade de incrementar a presença militar e policial na fronteira norte.

POLÍTICA EXTERNA

O plano de governo de Lenín Moreno pregava continuidade com a política externa da gestão Correa, sem incorrer em "continuísmo automático". O plano de governo enfatizava os seguintes princípios: (i) condenação de toda forma de imperialismo, colonialismo e neocolonialismo; (ii) reconhecimento do direito dos povos à resistência e à libertação de toda forma de opressão; (iii) rechaço a que controvérsias com empresas estrangeiras privadas tornem-se conflitos entre Estados; (iv) condenação da ingerência de Estados em assuntos internos de outros e qualquer forma de intervenção; e (v) reafirmação do "papel fundamental" do Equador no processo de paz da Colômbia.

Agenda de Política Exterior 2017-2021. Principais eixos da política externa.

A ministra das Relações Exteriores Maria Fernanda Espinosa apresentou, no final de janeiro deste ano, documento intitulado “Agenda de Política Exterior 2017-2021”. O documento foi elaborado como resultado de uma série de mesas redondas, que contaram com a participação da sociedade civil, para a discussão de temas de relevância para a agenda internacional do Equador, no “espírito do Diálogo Nacional impulsionado pelo Presidente Moreno”.

O documento lista como objetivos da política exterior:

- (1) defender as soberanias e a construção da paz;
- (2) defender os direitos humanos e os direitos da natureza;
- (3) impulsionar a inserção estratégica do Equador e a diversificação das relações internacionais em função dos interesses do país;
- (4) promover a consolidação dos mecanismos de integração bilateral, regional e o fortalecimento do multilateralismo;
- (5) promover o exercício dos direitos das pessoas em mobilidade humana (migrantes) em todas suas dimensões;
- (6) coordenar a cooperação internacional para o cumprimento das prioridades e objetivos definidos pelo governo nacional; e
- (7) fortalecer a gestão e a profissionalização do serviço exterior e a diplomacia cidadã.

O Equador mantém gabinetes binacionais (que reúnem os respectivos presidentes e seus ministros) com seus dois vizinhos, Colômbia e Peru - com os quais



mantém, atualmente, boas relações. No caso específico da Colômbia, a Agenda de Política Exterior destaca a implementação do Acordo de Paz com as FARC e o atual processo de negociação com o ELN, até então sediado pelo Equador.

O Equador é parte da CAN – Comunidade Andina, que congrega também Bolívia, Peru e Colômbia. Os quatro países formam hoje uma zona de livre comércio e livre trânsito de pessoas. Contam também com órgãos relevantes como a Cooperação Andina de Fomento. Em dezembro de 2016, entrou em vigor o Acordo Comercial Multipartes (ACM) Comunidade Andina-União Europeia. O processo foi finalizado justamente no mês em que venceu a participação equatoriana no Sistema Geral de Preferências europeu (SGP). O Equador é também estado associado do MERCOSUL.

Segurança nas Fronteiras

No contexto da comoção causada pelo assassinato, em 3 de abril último, de equipe do jornal equatoriano "El Comercio" sequestrada na fronteira do Equador com a Colômbia, que vem a somar-se a ataque a quartel da polícia federal equatoriana ocorrido em 27 de janeiro, a questão da segurança na fronteira e o combate ao narcotráfico e ao crime organizado retomaram protagonismo na agenda de política externa equatoriana.

Os ministros da Defesa, Interior e das Relações Exteriores do Equador e da Colômbia mantiveram reunião de trabalho em Quito, no dia 16 de abril, sobre o tema. Paralelamente, o governo Moreno também solicitou a cooperação internacional de China, Espanha, Estados Unidos, França, México e Reino Unido no combate às atividades criminosas na fronteira.

O tema foi apresentado ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), em sessão extraordinária, no entendimento de que, como assinalado pela ministra de Relações Exteriores, María Fernanda Espinosa, "el narcotráfico es una responsabilidad mundial y hemisférica, no solamente es un tema que le compete a Colombia o Ecuador."

Como desdobramento da crise de segurança na fronteira, o governo do Equador abdicou de sua condição de país garante e sede do processo de negociações de paz entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN).

Caso Julian Assange

O fundador do Wikileaks encontra-se asilado na Embaixada do Equador em Londres desde junho de 2012. Assange é acusado de estupro na Suécia, mas nega a



acusação e afirma que o processo é pretexto para levá-lo àquele país, de onde seria extraditado para os EUA.

O governo Correa concedeu asilo a Assange em agosto de 2012. Em janeiro último, Assange naturalizou-se equatoriano e o Governo solicitou lhe fosse concedido *status diplomático* - o que habilitaria Assange a deixar a Embaixada do Equador. O pedido foi rechaçado pelo governo britânico.

UNASUL

Dificuldades políticas regionais levaram à vacância do cargo de secretário-geral da UNASUL desde fevereiro de 2017. A única candidatura apresentada, até o momento, é a do embaixador argentino José Octavio Bordón. Bolívia, Equador, Suriname e Venezuela expressaram preferência pela designação de um ex-presidente ou ex-chanceler. A falta de um SG tem impactado negativamente os trabalhos internos da organização, que é sediada na capital equatoriana. A última reunião de Chefes de Estado e de Governo da Organização deu-se há mais de três anos, em dezembro de 2014, quando da inauguração da sede da organização em Quito.

Relações com a China

O Presidente Correa visitou a China em janeiro de 2015, ocasião em que foi estabelecida "Parceria Estratégica" entre os dois países. O Presidente Xi Jinping reciprocou a visita em novembro de 2017, ocasião em que se elevou a parceria estratégica ao patamar de "Associação Estratégica Integral".

De acordo com dados de março de 2018, estima-se que a China seja credora de um terço dos US\$ 26 bilhões de dívida externa pública do Equador. Para além do financiamento, o país asiático tem investimentos em setores estratégicos da economia local: mineração, energia e telecomunicações. Atualmente, o país asiático é o segundo sócio comercial equatoriano (atrás apenas de Estados Unidos). Por outro lado, o Equador posiciona-se como 11º sócio comercial da China na América Latina. A balança comercial é amplamente favorável à parte chinesa (pouco mais de US\$ 2 bilhões, em 2015).



ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia equatoriana é dependente das exportações de petróleo, que representam quase um terço do total exportado pelo país (dados de 2017). Outros setores importantes da economia são o agroexportador (depois do petróleo, banana e camarão são os dois principais produtos da pauta exportadora) e as remessas de divisas da diáspora equatoriana.

O presidente Lenín Moreno herdou uma conjuntura econômica desafiadora. O modelo implementado nos dez anos de governo Correa caracterizou-se por viés desenvolvimentista, baseado em forte presença do Estado na economia. O governo foi favorecido, em primeiro momento, do ciclo de alta das commodities, que lhe rendeu confortáveis receitas fiscais por meio da venda de petróleo. No entanto, a partir de 2014, verificou-se gradual reversão da trajetória de crescimento econômico, em grande medida em decorrência da queda do preço do petróleo e da valorização do dólar (a economia do Equador é dolarizada desde 2000), que provocou a perda de competitividade dos produtos equatorianos no mercado mundial.

Segundo dados do FMI, o PIB equatoriano cresceu 0,1% em 2015 e sofreu um recuo de 1,58% em 2016. Graças à retomada do preço internacional do petróleo, do aumento do gasto público e do consumo final das famílias, para 2017, o Fundo mensurou um crescimento do PIB da ordem de 2,73%.

O investimento privado e os ingressos de investimento externo direto (IED) também têm sofrido queda significativa. Em 2016, o IED caiu 44% com relação a 2015 (US\$ 744 milhões contra US\$ 1,322 bilhão), retornando ao nível de 2013.

A situação fiscal do país também tem preocupado analistas e mercado. Estima-se a dívida pública atual em cerca de 60% do PIB. Atualmente, o Equador apresenta o segundo maior risco-país na região, somente à frente da Venezuela.

Diante do cenário macroeconômico desfavorável, Moreno declarou ter herdado uma situação "muito difícil", apelando à austeridade e manifestando descontentamento com a situação fiscal do Estado equatoriano. Desde que tomou posse, em maio de 2017, a administração de Moreno já realizou três emissões de bônus soberanos, totalizando US\$ 7,5 bilhões. Os recursos levantados têm sido utilizados, em grande medida para lastrear os gastos correntes do Estado (a participação do gasto público no PIB passou de cerca de 20% no início do século para



44% em 2014).

Em abril de 2018, o presidente Lenín Moreno apresentou seu plano econômico para o período 2018-2021. O pacote econômico é dividido em quatro temas: (i) estabilidade e equilíbrio fiscal; (ii) restruturação e otimização do estado, ressaltando a qualidade do gasto público, austeridade e a redução do tamanho do setor público; (iii) equilíbrio do setor externo e sustentabilidade da dolarização, por meio de aumento das exportações e controle da saída de divisas, com consequente melhora da balança de pagamentos; e (iv) reativação produtiva e fortalecimento do setor privado. Prevê, ainda, metas de diminuição de déficit fiscal.

Comércio Exterior

De acordo com dados do Banco Central do Equador de fevereiro de 2018, no ano passado, as exportações equatorianas totalizaram US\$ 19,12 bilhões, enquanto as exportações atingiram US\$ 19,03 bilhões. Observa-se, assim, um superávit de US\$ 91,4 milhões. Apesar de as exportações e importações equatorianas terem apresentados aumento (13,8% e 22,4%, respectivamente), o superávit comercial apresentou sensível diminuição (cerca de 25%).

Produtos primários representam 77,35% da pauta exportadora equatoriana, sendo que a participação do petróleo bruto nessa rubrica atinge 41,86% do total. Os outros principais produtos primários exportados são camarão (20,55%), banana (20,52%), flores (5,96%) e cacau (3,98%). Os principais destinos das exportações equatorianas em 2017 foram os EUA (31,7% do total), seguidos de Vietnã (7,6%), Peru (6,6%) e Chile (6,5%). O Brasil representa 0,6% do valor total exportado pelo Equador no período.

Do lado das importações, o principal fornecedor de produtos ao país são os EUA (19,7% do total), seguidos de China (18,3%), Colômbia (8,1%) e Panamá (4,5%). O Brasil representa 4,4% do valor total importado pelo Equador no período.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1532	Francisco Pizarro funda o povoado de San Miguel de Piura.
1534	Sebastián de Belacázar funda a nova cidade de Quito, em 6 de dezembro.
1822	As forças do General Sucre derrotam os espanhóis na Batalha de Pichincha e declaram a independência de Quito, incorporada à Grã-Colômbia, em 24 de maio.
1830	O Equador separa-se da Grã-Colômbia, em 13 de maio.
1832	As ilhas Galápagos são incorporadas ao Equador.
1861	O conservador Gabriel Moreno assume a Presidência e inicia a centralização administrativa.
1897	A chamada Revolução Liberal leva ao poder José Eloy Alfaro.
1934	José María Velasco Ibarra, 1º de setembro, assume a Presidência, cargo que ocuparia cinco vezes e do qual seria destituído quatro vezes até 1972.
1941	Equador e Peru enfrentam-se numa guerra motivada por disputas de fronteira na região amazônica.
1942	Equador e Peru, tendo como garantes Brasil, Estados Unidos, Chile e Argentina, firmam o Protocolo do Rio de Janeiro, com o objetivo de dar fim à disputa territorial, em 29 de janeiro.
1981	Equador e Peru declaram novo cessar-fogo, em 4 de fevereiro.
1995	Equador e Peru enfrentam-se, de janeiro a março, na Guerra de Cenepa, mais uma vez motivada por disputa territorial em área de fronteira não demarcada. Os conflitos cessam depois da assinatura da Declaração de Paz do Itamaraty – firmada no Brasil, em 17 de fevereiro, e que estabeleceu uma missão de observadores militares (MOMEP) – e da Declaração de Montevidéu, firmada em 28 de fevereiro.
1996	Abdalá Bucarám, do Partido Roldosista, assume a Presidência.
1997	O Congresso destitui o Presidente Bucarám, em 6 a 11 de fevereiro. Fabián Alarcón, Presidente do Congresso, é escolhido chefe de Estado pelo legislativo.
1998	Jamil Mahuad assume a Presidência, em 10 de agosto. Equador e Peru assinam, 26 de outubro, a Ata de Brasília e aceitam a demarcação de 78km de fronteira, dando fim às disputas limítrofes.
2000	Jamil Mahuad é destituído, em janeiro, e seu vice, Gustavo Noboa, assume a Presidência.
2003	Lucio Gutiérrez, um dos líderes do movimento pela destituição de Mahuad, assume a Presidência.
2005	Lucio Gutiérrez é destituído pelo Congresso depois de decretar estado de emergência em Quito e suspender as nomeações de juízes para a Corte Suprema; seu vice, Alfredo Palacio assume a Presidência.
2006	O candidato Rafael Correa é eleito presidente, em novembro, com 56,58% dos votos no segundo turno das eleições contra 43,42% do empresário Álvaro Noboa do PRIAN.
2007.	Realizado plebiscito, em 15 de abril, para a convocação de uma nova Assembléia Constituinte.



2008	Incursão de efetivos da polícia e do exército colombiano na província equatoriana de Sucumbíos, em 1º de março, que resultou na morte do “porta-voz” das FARC Raul Reyes e de, pelo menos, outras 22 pessoas, provoca incidente diplomático entre Equador e Colômbia.
2008	A nova Constituição (“Constituição Montecristi”) é referendada, em setembro, em consulta popular, com aprovação de 63,93%. Governo equatoriano institui a Comissão de Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC), com o objetivo de examinar e avaliar todo o processo de contratação da dívida pública. O relatório divulgado informa irregularidades na contratação de parte da dívida externa. Com base nas recomendações, o Governo equatoriano declarou a moratória de parcela da dívida externa.
2009	O Presidente Correa conquista novo mandato nas eleições, sendo reeleito com 51,95% dos votos.
2013	Em maio, Presidente Correa é reempossado, para cumprir novo mandato de 4 anos.
2017	Lenín Moreno toma posse como novo presidente do Equador após uma década de gestão Rafael Correa.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1904	O Tratado de Limites, assinado em 6 de maio, entre Brasil e Equador, define a linha Tabatinga-Apaporis como marco divisório, em área ainda disputada com o Peru.
1922	Acordo de limites entre Colômbia e Peru deixa Equador sem fronteira com Brasil.
1942	Assinado, no Rio de Janeiro, no mês de janeiro, o Protocolo de Paz entre Peru e Equador, tendo como países-garantes Argentina, Brasil, Chile e EUA.
1978	Assinado, em 3 de julho, em Brasília, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), do qual farão parte Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.
1982	O presidente Osvaldo Hurtado protagoniza a primeira visita oficial de um chefe de Estado equatoriano ao Brasil.
1998	Os presidentes do Peru, Alberto Fujimori, e Equador, Jamil Mahuad, assinam, em 26 de outubro, em Brasília, o Acordo de Paz Peru-Equador, que põe fim ao conflito sobre a fronteira não demarcada na Cordilheira do Condor. O acordo cria uma zona desmilitarizada e dois parques ecológicos na região.
2003	O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita, em janeiro, o Equador. O Presidente do Equador, Lúcio Gutiérrez, visita o Brasil, em 27 de maio.
2004	Visita, nos dias 24 e 25 de agosto, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Quito. Na ocasião, são assinados Memorandos de Entendimento nas áreas de banco de leite humano e energia.
2005	O Brasil concede asilo, em abril, ao ex-Presidente Lúcio Gutiérrez, após seu refúgio na Embaixada do Brasil em Quito. Em outubro, Gutiérrez renunciou ao asilo e regressou a seu país. Visita, nos dias 16 e 17 de agosto, do Chanceler Celso Amorim a Quito.
2006	Visita, em 18 de janeiro, do Chanceler Celso Amorim ao Equador. Visita, em 8 de dezembro, do Presidente eleito do Equador, Rafael Correa, à Brasília.
2007	Visita, em 26 de março, da Chanceler do Equador, María Fernanda Espinosa, ao Brasil. O Presidente Rafael Correa realiza, em 4 de abril, visita de Estado ao Brasil. Os Presidentes Lula e Correa mantêm, em 30 de setembro, encontro em Manaus. O Ministro Celso Amorim, em visita a Quito, nos dias 4 e 5 de outubro, é recebido pelo Presidente Rafael Correa e pela Ministra María Fernanda Espinosa.



2008	<p>Visita, nos dias 4 e 5 de março, do Presidente Rafael Correa ao Brasil. Entrada em operação, em agosto, da rota aérea regular Guayaquil-Manaus-Quito, operada pela estatal equatoriana TAME. Em dezembro, a rota foi suspensa.</p> <p>Visita, em setembro, do Ministro da Defesa do Equador, Javier Ponce, ao Brasil para negociar contrato de aquisição de 24 aeronaves Super Tucanos da EMBRAER por parte da força aérea de seu país. O contrato foi concluído em 17 de setembro. O Equador acabaria comprando 18 aeronaves.</p> <p>O estatal HPEP inicia, em 19 de novembro, juízo arbitral junto à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), questionando algumas cláusulas do contrato de financiamento do BNDES para construção da Hidrelétrica de San Francisco.</p>
2009	O Chanceler Fander Falconí realiza visita a Brasília, quando encontra-se com o Ministro Celso Amorim, em 24 de agosto.
2010	Em dezembro, laudo arbitral da CCI dá ganho de causa ao BNDES em demanda impetrada pela estatal HPEP.
2013	<p>Em maio, Vice-Presidente Michel Temer participa da cerimônia de posse do Presidente Rafael Correa.</p> <p>Em maio, o Ministro Antonio Patriota participa da XII Cúpula de Chanceleres da OTCA, em El Tena</p>
2014	<p>Em julho, Presidente Rafael Correa participa das Cúpulas BRICS-América do Sul e CELAC-China, em Brasília.</p> <p>Em dezembro, a Presidenta Dilma Rousseff visitou Quito para participar de Cúpula Extraordinária da União das Nações Sul-americanas (Unasul), ocasião em que foi inaugurada a nova sede da Secretaria Geral do bloco, em Mitad del Mundo.</p>
2016	Visita oficial da Presidenta Dilma Rousseff a Quito e participação na IV Cúpula da Comunidade da CELAC



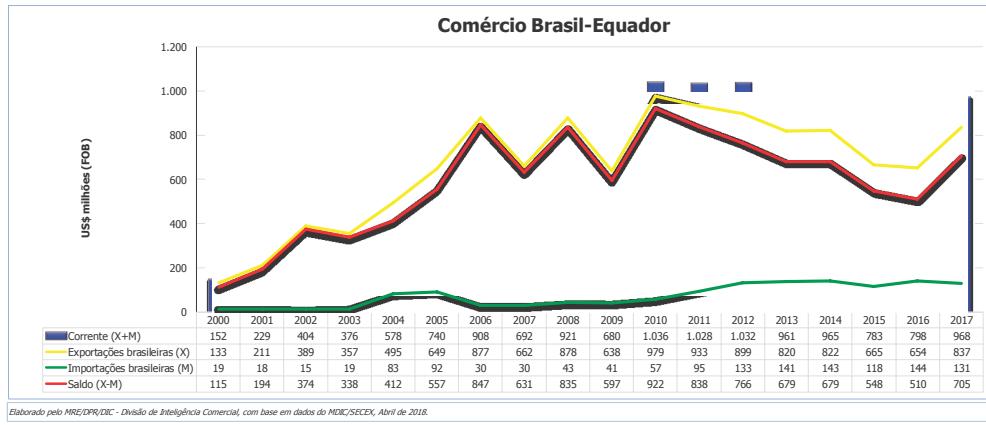
	Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação
1.	Tratado de Extradicação entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Equador	4/3/1937	3/6/1938	11/8/1938
2.	Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador	11/6/1970	4/4/1971	15/4/1971
3.	Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador	9/2/1982	22/2/1984	21/3/1984
4.	Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	9/2/1982	24/1/1985	4/1/1985
5.	Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	9/2/1982	20/6/1984	13/7/1984
6.	Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador	26/5/1983	28/12/1987	12/2/1988
7.	Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	26/10/1989	7/8/1995	13/9/1995
8.	Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Equador	22/6/1993	27/6/1995	13/9/1995
9.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa	4/4/2007	11/2/2011	12/1/2012



10.	Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	4/4/2007	2/12/2009	21/5/2010
11.	Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados	1/10/2012	-	Tramitação Ministérios/Casa Civil
12.	Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República do Equador e o Governo da República Federativa do Brasil	2/5/2013	-	Tramitação Congresso Nacional

ACORDOS BILATERAIS

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

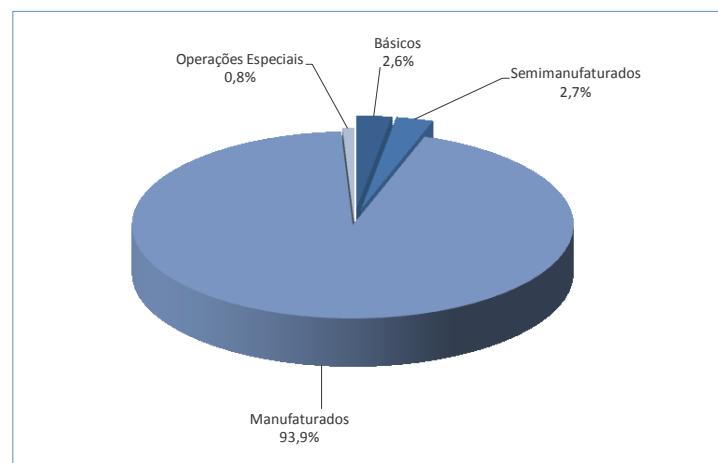
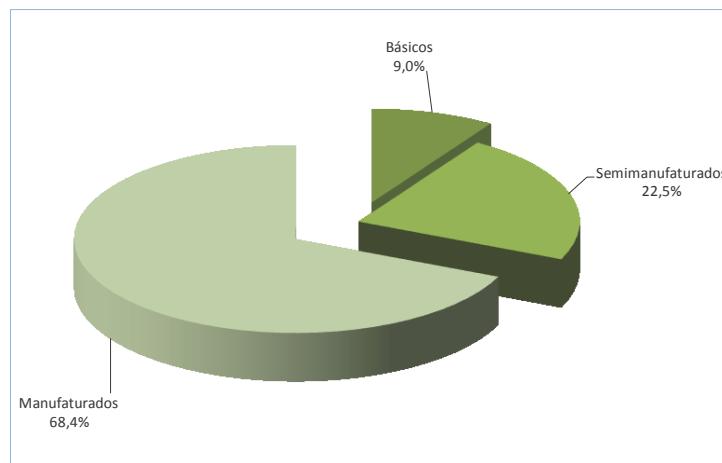


2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	178	39	217	139
2018 (jan-mar)	208	29	238	179

19

Parte integrante do Avulso da MSF nº 33 de 2018.

Página 26 de 36

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

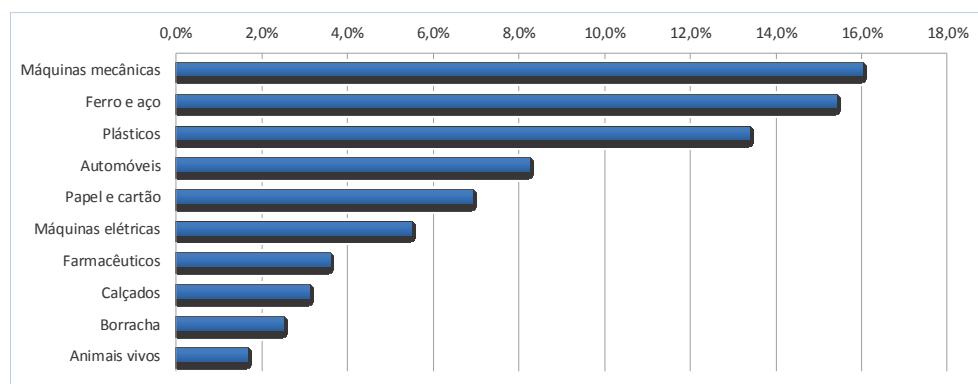
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Equador (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	97	14,6%	103	15,8%	134	16,0%
Ferro e aço	53	8,0%	72	11,0%	129	15,4%
Plásticos	95	14,3%	96	14,7%	112	13,4%
Automóveis	52	7,8%	40	6,1%	69	8,2%
Papel e cartão	45	6,8%	52	8,0%	58	6,9%
Máquinas elétricas	42	6,3%	37	5,7%	46	5,5%
Farmacêuticos	36	5,4%	33	5,0%	30	3,6%
Calçados	17	2,6%	13	2,0%	26	3,1%
Borracha	17	2,6%	15	2,3%	21	2,5%
Animais vivos	8	1,2%	11	1,7%	14	1,7%
Subtotal	462	69,4%	472	72,2%	639	76,4%
Outros	203	30,6%	182	27,8%	198	23,6%
Total	665	100,0%	654	100,0%	837	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

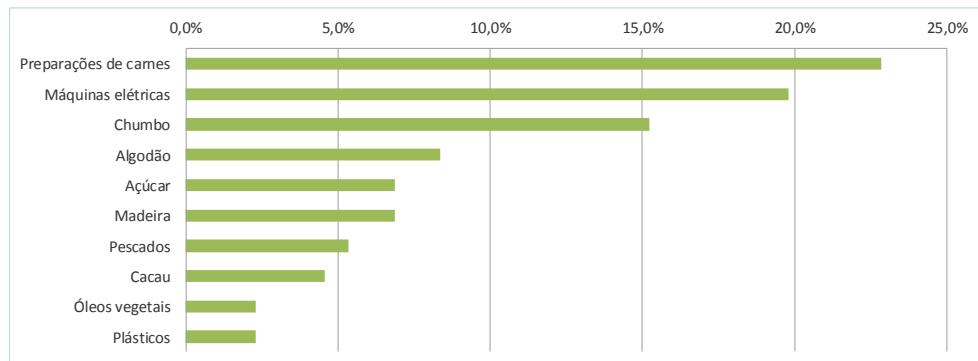


Composição das importações brasileiras originárias do Equador (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carnes	34	28,9%	28	19,4%	30	22,8%
Máquinas elétricas	2	1,7%	29	20,1%	26	19,8%
Chumbo	11	9,3%	14	9,7%	20	15,2%
Algodão	6	5,1%	7	4,9%	11	8,4%
Açúcar	15	12,7%	12	8,3%	9	6,9%
Madeira	18	15,3%	15	10,4%	9	6,9%
Pescados	3	2,5%	4	2,8%	7	5,3%
Cacau	14	11,9%	9	6,2%	6	4,6%
Óleos vegetais	2	1,7%	16	11,1%	3	2,3%
Plásticos	2	1,7%	2	1,4%	3	2,3%
Subtotal	107	90,9%	136	94,4%	124	94,4%
Outros	11	9,1%	8	5,6%	7	5,6%
Total	118	100,0%	144	100,0%	131	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

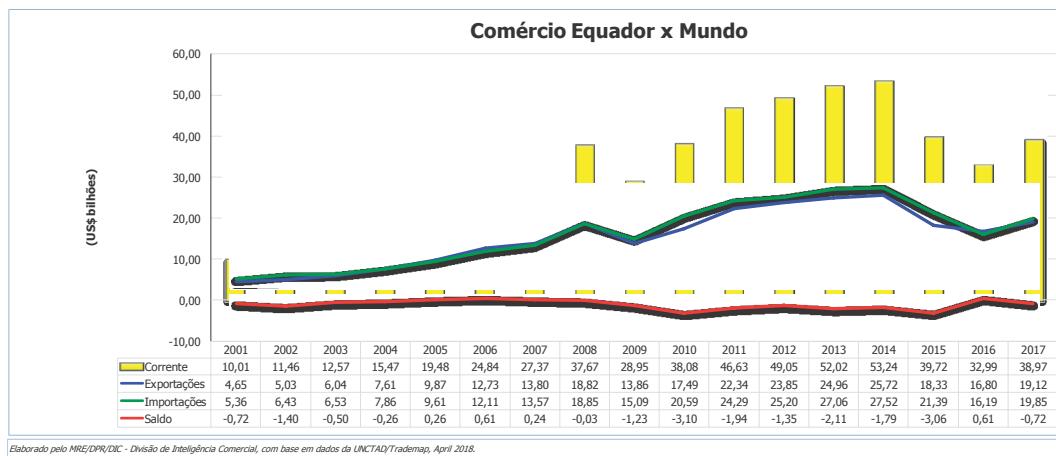


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Ferro e aço	32	17,9%	35	16,8%	Ferro e aço
Máquinas mecânicas	25	14,0%	31	14,9%	Máquinas mecânicas
Plásticos	27	15,1%	24	11,5%	Plásticos
Automóveis	13	7,3%	20	9,6%	Automóveis
Papel e cartão	14	7,8%	15	7,2%	Papel e cartão
Máquinas elétricas	9	5,0%	9	4,3%	Máquinas elétricas
Farmacêuticos	7	3,9%	7	3,4%	Farmacêuticos
Cobre	2	1,1%	6	2,9%	Cobre
Calçados	5	2,8%	5	2,4%	Calçados
Madeira	1	0,6%	5	2,4%	Madeira
Subtotal	135	75,7%	157	75,3%	
Outros	43	24,3%	51	24,7%	
Total	178	100,0%	208	100,0%	
Importações					
Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Preparações de carnes	11	28,2%	11	37,6%	Preparações de carnes
Chumbo	5	12,8%	6	20,5%	Chumbo
Pescados	2	5,1%	2	6,8%	Pescados
Algodão	2	5,1%	2	6,8%	Algodão
Cacau	1	2,6%	2	6,8%	Cacau
Plásticos	1	1,3%	1	3,4%	Plásticos
Açúcar	3	7,7%	1	3,4%	Açúcar
Madeira	3	7,7%	1	3,4%	Madeira
Óleos vegetais	1	2,6%	1	3,4%	Óleos vegetais
Soja	1	2,6%	1	3,4%	Soja
Subtotal	30	75,6%	28	95,7%	
Outros produtos	10	24,4%	1	4,3%	
Total	39	100,0%	29	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2018.





24

Parte integrante do Aviso da MSF nº 33 de 2018.

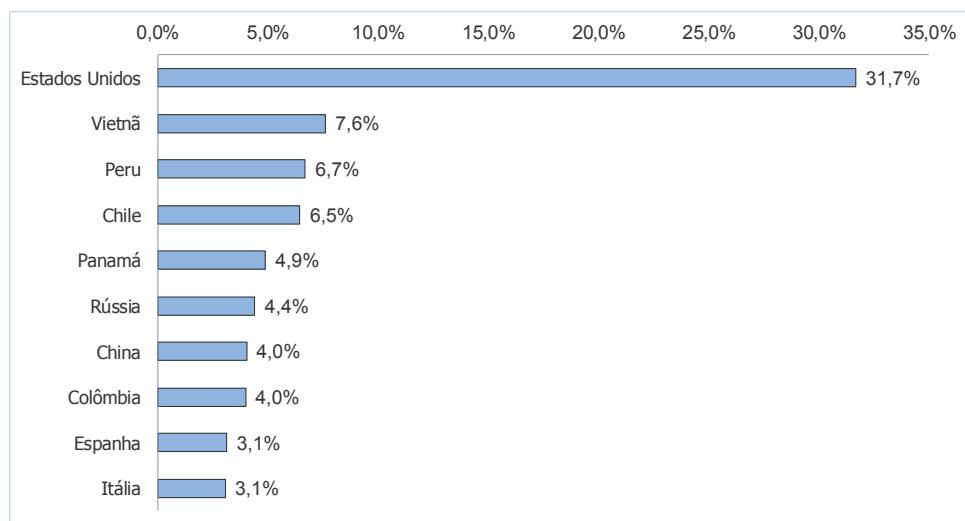
Página 31 de 36



Principais destinos das exportações do Equador
US\$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
Estados Unidos	6,06	31,7%
Vietnã	1,46	7,6%
Peru	1,28	6,7%
Chile	1,24	6,5%
Panamá	0,94	4,9%
Rússia	0,85	4,4%
China	0,77	4,0%
Colômbia	0,76	4,0%
Espanha	0,60	3,1%
Itália	0,59	3,1%
...		
Brasil (19º lugar)	0,12	0,6%
Subtotal	14,66	76,7%
Outros países	4,46	23,3%
Total	19,12	100,0%

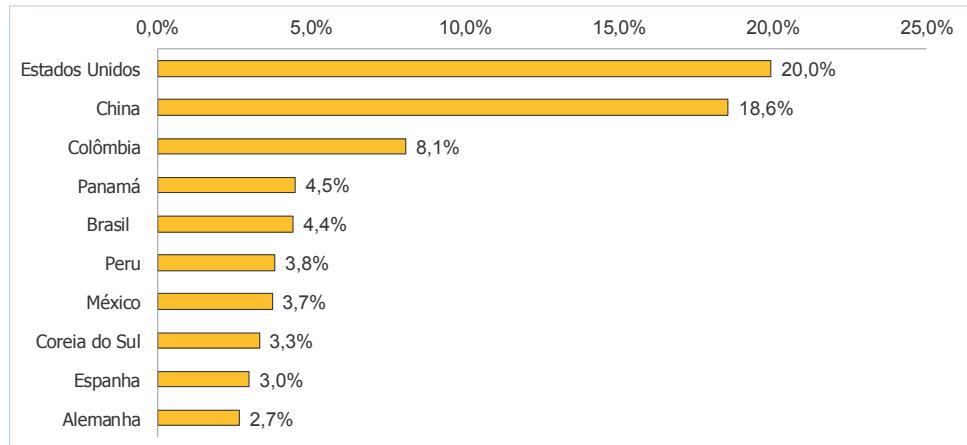
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Principais origens das importações do Equador
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Estados Unidos	3,96	20,0%
China	3,69	18,6%
Colômbia	1,60	8,1%
Panamá	0,89	4,5%
Brasil	0,88	4,4%
Peru	0,76	3,8%
México	0,74	3,7%
Coreia do Sul	0,66	3,3%
Espanha	0,59	3,0%
Alemanha	0,53	2,7%
Subtotal	14,30	72,0%
Outros países	5,55	28,0%
Total	19,85	100,0%

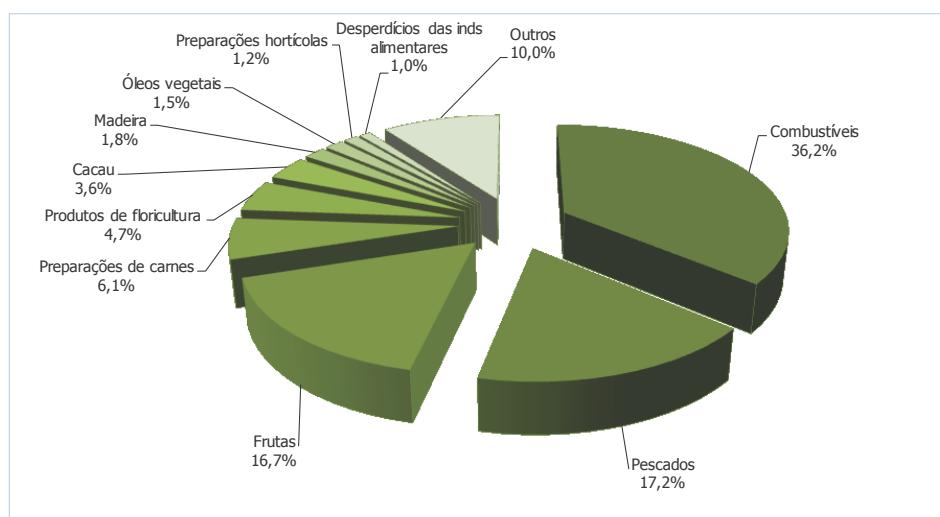
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Composição das exportações do Equador (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Combustíveis	6,91	36,2%
Pescados	3,30	17,2%
Frutas	3,19	16,7%
Preparações de carnes	1,17	6,1%
Produtos de floricultura	0,89	4,7%
Cacau	0,69	3,6%
Madeira	0,34	1,8%
Óleos vegetais	0,30	1,5%
Preparações hortícolas	0,23	1,2%
Desperdícios das inds alimentares	0,18	1,0%
Subtotal	17,20	90,0%
Outros	1,92	10,0%
Total	19,12	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

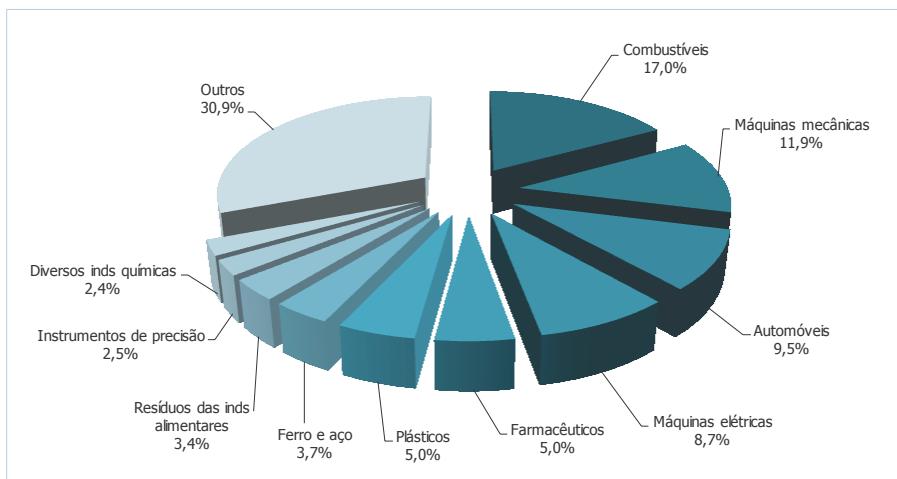


Composição das importações do Equador (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Combustíveis	3,38	17,0%
Máquinas mecânicas	2,36	11,9%
Automóveis	1,88	9,5%
Máquinas elétricas	1,74	8,7%
Farmacêuticos	0,99	5,0%
Plásticos	0,99	5,0%
Ferro e aço	0,74	3,7%
Resíduos das inds alimentares	0,67	3,4%
Instrumentos de precisão	0,49	2,5%
Diversos inds químicas	0,48	2,4%
Subtotal	13,72	69,1%
Outros	6,13	30,9%
Total	19,85	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

10 principais grupos de produtos importados



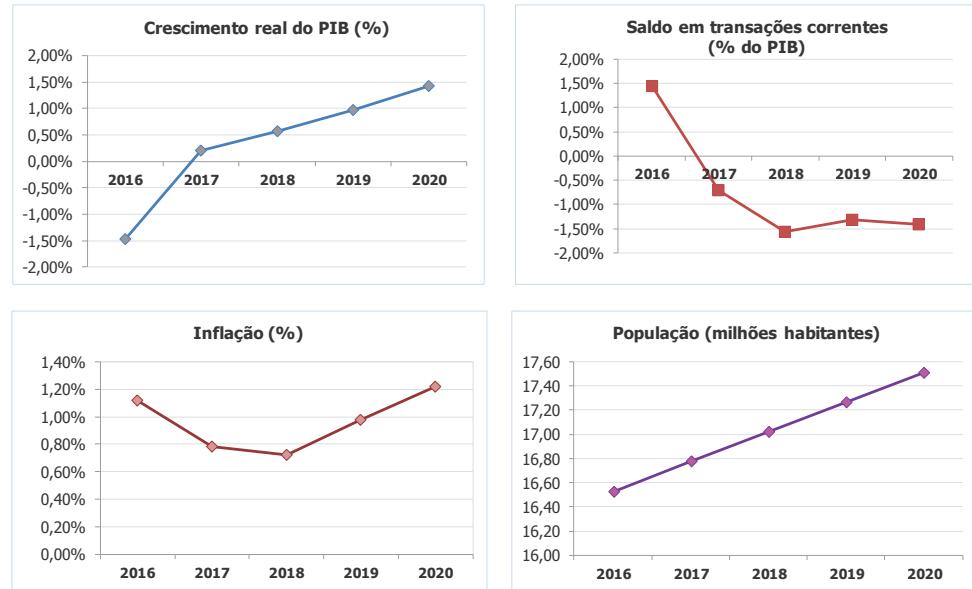
Principais indicadores socioeconômicos do Equador

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-1,47%	0,20%	0,57%	0,97%	1,43%
PIB nominal (US\$ bilhões)	97,80	98,58	99,69	101,46	103,91
PIB nominal "per capita" (US\$)	5.917	5.876	5.856	5.876	5.934
PIB PPP (US\$ bilhões)	184,88	188,47	193,22	199,27	206,37
PIB PPP "per capita" (US\$)	11.185	11.234	11.350	11.540	11.785
População (milhões habitantes)	16,53	16,78	17,02	17,27	17,51
Desemprego (%)	5,21%	5,12%	5,28%	5,25%	5,15%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,12%	0,78%	0,72%	0,98%	1,22%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,45%	-0,72%	-1,56%	-1,32%	-1,41%
Dívida externa (US\$ bilhões)	34,08	39,80	43,77	45,99	46,40
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	116,78	112,69	109,76	107,16	96,00
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			6,5%		
Indústria			33,8%		
Serviços			59,7%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 34, DE 2018

(nº 244/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 244

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Os méritos do Senhor Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de maio de 2018.



EM nº 00094/2018 MRE

Brasília, 4 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão



Aviso nº 223 - C. Civil.

Em 9 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSE PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS

CPF.: 606.845.427-49

ID.: 7943 MRE

1952 Filho de Helio Jaguaribe Gomes de Mattos e Maria Lucia Charnaux Jaguaribe Gomes de Mattos, nasce em 27 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- 1979 Engenharia de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
 1997 CAE - IRBr, O Brasil e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

Cargos:

- 1979 Terceiro-secretário
 1981 Segundo-secretário
 1987 Primeiro-secretário, por merecimento
 1992 Conselheiro, por merecimento
 1998 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2005 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

- 1979-80 Divisão de Imigração, Assistente
 1980-81 Coordenadoria Técnica do Departamento de Comunicações e Documentação, Chefe substituto
 1981-82 Departamento Geral de Administração, Assessor
 1982-83 Coordenadoria Técnica do Departamento Geral de Administração, Chefe
 1983-87 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Segundo-Secretário
 1987-90 Embaixada em Montevidéu, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
 1990-92 Divisão de Comércio Internacional de Produtos Avançados, Chefe substituto
 1992-93 Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis, Chefe
 1993-95 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
 1994 Conferência Especial das Nações Unidas sobre a Convenção de Armas Biológicas, Chefe de delegação
 1995-98 Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretário
 1998-2000 Departamento de Promoção Comercial, Diretor-Geral
 2000-03 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro
 2003-05 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Secretaria de Tecnologia Industrial, Secretário
 2005-06 Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Presidente
 2007-10 Subsecretaria-Geral Política II, Subsecretário-Geral
 2010-15 Embaixada em Londres, Embaixador
 2015-16 Embaixada em Pequim, Embaixador
 2016 Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), presidente

Publicações:

- 1982 Beyond Confidence- Building: Brazilian-Argentine Nuclear Cooperation, in Disarmament 5, nº 3, com Georges Lamaziere

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO
Diretora, Substituta, do Departamento do Serviço Exterior





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ALEMANHA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Abril de 2018

2

Página 6 de 39

Parte integrante do Avulso da MSF nº 34 de 2018.



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Federal da Alemanha
GENTÍLICO	alemão
CAPITAL	Berlim
ÁREA	357.375,62 km ²
POPULAÇÃO	82,65 milhões
LÍNGUA OFICIAL	alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (29%), Protestantismo (27%) e Islamismo (4,4%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, composto pelo Parlamento (Bundestag) e Conselho Federal (Bundesrat)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Federal Frank-Walter Steinmeier (desde 19 de março de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Chanceler Federal Angela Merkel (desde 22 de novembro de 2005)
MINISTRO DO EXTERIOR	Heiko Maas (desde 14 março de 2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017)	USD 3,65 trilhões
PIB – PARIDADE DO PODER DE COMPRA (PPP) (2017)	USD 4,15 trilhões
PIB PER CAPITA (2017)	USD 44.184
PIB PPP PER CAPITA (2017)	USD 50.206
VARIAÇÃO DO PIB	1,84% (2018, est.); 2,05% (2017); 1,86% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015)	0,926 (4 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015)	81,1 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	3,8% (Fonte: Eurostat)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Georg Witschel
BRASILEIROS NA ALEMANHA	Há registro de 90.997 brasileiros residentes na Alemanha

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Alemanha	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	7.344	11.177	15.880	16.043	24.253	21.735	15.558	14.138
Exportações	3.140	5.032	7.211	6.175	9.039	6.552	5.179	4.911
Importações	4.204	6.144	8.669	9.869	15.214	15.183	10.380	9.227
Saldo	-1.064	-1.112	-1.458	-3.694	-6.175	-8.631	-5.201	-4.316

APRESENTAÇÃO

A República Federal da Alemanha é país localizado na Europa Central, banhado pelo Mar do Norte e pelo Mar Báltico. Faz fronteira com Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Luxemburgo, Países Baixos, Polônia, República Tcheca e Suíça. Seu território estende-se por mais de 357 mil quilômetros quadrados. A população é de aproximadamente 82,65 milhões de habitantes. A capital e maior cidade é Berlim. A língua oficial é o alemão.

O processo de construção da identidade germânica remonta à expansão romana pelo centro da Europa, a partir do século I a.C., que finalmente estabeleceria as fronteiras romanas nos rios Reno e Danúbio. Durante as Idades Média e Moderna, os territórios atualmente pertencentes à Alemanha encontravam-se fragmentados em inúmeras unidades territoriais independentes (reinos, principados, cidades-estados).

No século XIX, a resistência à invasão napoleônica catalisou nova fase do processo de formação de consciência nacional, que movimentos culturais associados ao Romantismo – com fulcro na consolidação de língua comum – se esforçaram por cultivar. Em 1871, o poder militar da Prússia (Estado que teve seu núcleo original nos territórios do antigo Eleitor de Brandemburgo), apoiado no nacionalismo alemão, logrou unificar o país, proclamando o Segundo Império Alemão (o primeiro tendo sido o Sacro-Império Romano-Germânico).

A derrota na Primeira Grande Guerra levou à derrocada do Segundo Império e à inauguração da República de Weimar, que duraria até a ascensão dos nazistas, em 1933. Em 1945, novamente derrotada, a Alemanha teve seu território ocupado e dividido. Em 1949, a integração das áreas de ocupação norte-americana, britânica e francesa fez surgir a República Federal da Alemanha (RFA). A zona de ocupação soviética, por sua vez, daria origem à República Democrática Alemã (RDA). A reunificação aconteceria somente em 1990, com a absorção da RDA pela RFA, após a queda do muro de Berlim no ano anterior.

O final da Guerra Fria alçou a Alemanha a posição de destaque na Europa e no cenário internacional. O país detém a maior economia europeia e a quarta maior mundial. O setor industrial é proeminente na economia alemã, sobretudo nas áreas automotiva, de engenharia mecânica e de metais. No que diz respeito à atuação externa, a Alemanha é forte defensora da integração europeia, do multilateralismo e da aliança transatlântica com os Estados Unidos.



PERFIS

Dr^a Angela Merkel
Chanceler da República Federal da Alemanha



Nasceu em Hamburgo, em 17 de julho de 1954. Casada com o Professor Joachim Sauer. Cursou Física na Universidade Karl-Marx (Leipzig). Doutora em Física pela Academia de Ciências de Berlim.

Ingressou na política em 1989, aos 35 anos, após a queda do muro. Em 1990, foi designada pelo Chanceler Federal Helmut Kohl Ministra para Mulheres e Juventude. Assumiu o Ministério do Meio Ambiente em 1994. Em 1998, foi alçada à Secretaria-Geral da CDU (União Democrática Cristã). Em abril de 2000, chegou à presidência de seu partido. Em novembro de 2005, Merkel tornou-se a primeira mulher a assumir a Chefia do Governo alemão, à frente de “grande coalizão” entre CDU/CSU e SPD (social-democratas). Em 2009, foi reconduzida ao cargo pela aliança CDU/CSU-FDP (liberais). Foi reconfirmada no cargo após vitória nas eleições de setembro de 2013. Em 14 de março deste ano, foi reconduzida a um quarto mandato à frente do governo alemão após lograr acordo para formar nova “grande coalizão” entre CDU/CSU e SPD.

Dr. Frank-Walter Steinmeier
Presidente da República Federal da Alemanha



Nasceu em 5 de janeiro de 1956, na cidade de Detmold (Renânia do Norte-Westfália). É casado, desde 1995, com a juíza Elke Büdenbender, com quem tem uma filha. Estudou Direito e Ciências Políticas na Universidade Justus Liebig, em Giessen (Hessen). Em 1991, concluiu doutorado em Direito na mesma Universidade.

Ingressou no Partido Social-Democrata (SPD) em 1975. Em 1998, com a vitória de Gerhard Schröder nas eleições federais, tornou-se Secretário de Estado na Chancelaria Federal. De 1999 a 2005, foi Chefe da Chancelaria Federal (cargo de nível ministerial). Foi Ministro do Exterior entre 2005 a 2009 e de 2013 a 2017. É presidente da Alemanha desde 19 de março de 2017.



RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Alemanha estabeleceram relações diplomáticas em 1871, logo após a unificação alemã e a criação do Império Alemão, em 18/1 daquele ano. Rompidas no contexto da II Guerra Mundial, as relações seriam retomadas em 1951.

O relacionamento bilateral – alçado ao nível de Parceria Estratégica, em 2002 – é, tradicionalmente, sólido e denso, marcado por ampla convergência de percepções, valores e interesses, o que tem permitido atuar conjuntamente em questões globais. O tom geral do relacionamento é positivo, inexistindo diferenças significativas entre os dois países. As relações Brasil-Alemanha são alicerçadas na observância de princípios e valores comuns, como a igualdade entre os Estados, a promoção dos direitos humanos, o compromisso com o multilateralismo e o respeito às diversidades étnica e cultural dos povos. A diáspora alemã no Brasil, os interesses econômicos e comerciais e a clara percepção da importância de cada país na sua região reforçam a disposição para contínua aproximação.

Em 2012, o governo alemão propôs o estabelecimento de mecanismo de Consultas Intergovernamentais de Alto Nível, iniciativa que a Alemanha mantém com poucos países. A primeira edição deste mecanismo teve lugar em Brasília, nos dias 19 e 20 de agosto de 2015. Na ocasião, a chanceler Angela Merkel fez-se acompanhar de sete ministros e cinco vice-ministros. Dezenove ministros brasileiros receberam os ministros e vice-ministros alemães em reuniões setoriais. Os resultados da primeira edição das Consultas estão expressas no Comunicado Conjunto dos chefes de Governo, na Declaração Conjunta sobre Mudança do Clima e nos dezoito acordos e declarações adotados na ocasião.

Como membros do G-4, Brasil e Alemanha atuam conjuntamente com vistas a promover a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na área de direitos humanos, os esforços conjuntos de Brasil e Alemanha culminaram na aprovação de resolução, pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que reconhece a importância do respeito ao direito à privacidade.

A Alemanha é uma das principais fontes da cooperação técnica recebida pelo Brasil. Os temas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável têm grande relevo na relação bilateral. As áreas de florestas tropicais e de energias renováveis são os eixos principais da cooperação alemã com o Brasil, incluindo eficiência energética em indústrias, edifícios e sistemas de transporte urbano. Além disso, Brasil e Alemanha possuem projetos de cooperação trilateral para países da América Latina e da África.

Em 2015, foi lançado o Comitê Conjunto Brasil-Alemanha sobre Cooperação no Combate à Mudança do Clima. O ministério do Meio Ambiente alemão mantém, ainda, a “Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima” (IKI), responsável por vários projetos de redução de emissões no Brasil.

No âmbito cultural, vêm-se debatendo possíveis campos para o desenvolvimento de projetos e o intercâmbio de experiências, com destaque para traduções de obras literárias e proteção de bens culturais. O idioma alemão é um dos maiores contemplados pelo programa de apoio a traduções da Biblioteca Nacional, com mais de 100 títulos brasileiros.



Assuntos consulares

A comunidade brasileira encontra-se distribuída por todo o território alemão e é constituída, principalmente, por nacionais brasileiros casados com nacionais alemães, funcionários de empresas alemãs com filiais no Brasil e estudantes que cursam universidades locais. Segundo dados do sistema consular brasileiro, há registro de 90.997 brasileiros residentes na Alemanha. Além do setor consular da Embaixada em Berlim, os cidadãos brasileiros contam com Consulados-Gerais em Frankfurt e Munique. Há consulados honorários em Bremen, Hamburgo, Hannover, Aachen, Düsseldorf, Heidelberg, Nuremberg e Stuttgart.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de operações ostensivas aprovadas no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantias às Exportações (COFIG) a tomadores soberanos alemães. O corte temporal retrospectivo analisado foi de 15 anos.

POLÍTICA INTERNA

A Alemanha é uma república parlamentarista federativa, na qual o Parlamento elege o Chefe de Governo (Chanceler Federal ou Bundeskanzler). O Poder Legislativo federal compõe-se de duas casas: a Câmara Baixa (Bundestag) e a Câmara Alta (Bundesrat). Os 69 membros do Bundesrat são indicados pelos governos estaduais. Já os deputados do Bundestag são eleitos em pleitos diretos, que têm lugar de quatro em quatro anos. A Chanceler federal e ministros normalmente também são deputados e frequentam as plenárias do Parlamento. Desde a fundação da República Federal da Alemanha, em 1949, o governo federal é composto por coalizões, em razão da dificuldade de um único partido obter maioria absoluta no Parlamento. O costume tem sido a agremiação política de maior bancada buscar parceiro(s) para formar maioria, eleger o Chanceler Federal e compor o Gabinete de Governo. Chanceler e Gabinete só podem ser destituídos pelo Parlamento se já houver alternativa de governo ("moção construtiva de desconfiança").

Já o Chefe de Estado é o Presidente. Suas atribuições são executivas e simbólicas: indica o Chanceler, assina acordos internacionais; nomeia e destitui ministros, a pedido do Chanceler Federal, respeitando a maioria parlamentar; nomeia e exonera juízes federais, servidores públicos federais, oficiais e suboficiais das Forças Armadas (Bundeswehr); decide sobre concessão de indulto a presidiários; sanciona novas leis federais; recebe e credencia embaixadores. É escolhido pela Assembleia Nacional (Bundesversammlung), formada pelos deputados federais e delegados escolhidos pelas assembleias legislativas dos 16 estados e tem mandato de cinco anos, com uma reeleição possível.

O Poder Judiciário é independente do Executivo, conforme disposição constitucional. A instância máxima é o Tribunal Constitucional Federal (Bundesverfassungsgericht).



O Bundestag foi renovado em eleições realizadas em 24 de setembro de 2017. A União Democrática Cristã/União Social Cristã (CDU/CSU), da chanceler Angela Merkel, obteve 33% dos votos, e o Partido Social-Democrata (SPD) alcançou 20,5%. A Alternativa para a Alemanha (AfD) ficou em terceiro lugar, com 12,6% dos votos, seguida pelos liberais (FDP), com 10,7%, pelo A Esquerda (Die Linke), com 9,2%, e pelos Verdes (Grüne), com 8,9%.

Cinco meses após as eleições, após a falta de êxito do CDU de lograr formar governo com o FDP e os Verdes, foi acordada a continuidade da coalizão entre CDU/CSU e o SPD. Dos 709 assentos do Bundestag, os primeiros detêm 246 enquanto os social-democratas contam com 153. O terceiro partido mais votado, o Alternativa para a Alemanha (AfD), de extrema direita, constitui a principal força de oposição, com 92 parlamentares.

Angela Merkel foi confirmada, no último dia 14 de março, para assumir, pela quarta vez, o cargo de chanceler. A líder alemã selecionou um time jovem e com paridade de gênero para ocupar as pastas ministeriais destinadas ao CDU, como saúde, economia e defesa. O SPD também seguiu o princípio da paridade de gênero nas nomeações e controla as pastas de finanças, relações exteriores, entre outras. Já o CSU indicou, entre outros, o ministro do Interior. Em relação ao programa do quarto mandato, o acordo para a formação do novo governo, divulgado em 7/2, indica que a Alemanha deverá fortalecer a atuação independente da União Europeia (UE) no cenário internacional e incentivar investimentos na zona do euro. O documento enfatiza elementos tradicionais da política externa alemã, como o multilateralismo, e faz menção às negociações comerciais da UE com Mercosul. Em relação aos imigrantes, uma das questões mais contenciosas, os partidos da coalizão acordaram quotas mensais para casos de reunião familiar.

POLÍTICA EXTERNA

A Alemanha é membro fundador da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e de seu sucessor, a União Europeia. O país faz parte do espaço Schengen desde 1995 e adotou o euro em 1999. É membro, ainda, das Nações Unidas (ONU), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do G8 e do G20.

Desde o final da II Guerra Mundial, a política externa alemã segue firmemente assentada na construção de uma Europa unida, próspera e estável; no fortalecimento da aliança estratégica com a França; na manutenção de laços especiais com os EUA; e na adesão às estruturas de segurança euro-atlânticas. A reunificação do país, em 1990, e seu desempenho econômico recente permitiram maior relevo à política externa nos últimos anos.

Desde a crise financeira de 2008 e suas consequências na zona do euro, a Alemanha foi levada a assumir posição de liderança no cenário europeu, o que contrasta com a sua tradicional política externa discreta, focada mais na diplomacia econômico-comercial do que no enfrentamento de crises e nas questões geopolíticas. A decisão do



Reino Unido, em 2016, de deixar a UE trouxe a Berlim novos desafios. A atuação alemã no âmbito regional tem se pautado, desde então, pelos objetivos de assegurar a coesão do projeto de integração. O acordo para a formação da atual composição governamental propugnou que a UE adote política exterior, de segurança, de defesa e de desenvolvimento comum e forte. O documento também sustenta que o governo alemão buscará que a Europa atue de forma independente no cenário internacional e, simultaneamente, intensifique os laços com os Estados Unidos.

No que diz respeito a este último, a despeito de divergências entre Merkel e o presidente norte-americano Donald Trump em torno do papel da OTAN, de negociações comerciais e aplicação de tarifas, entre outros temas, os Estados Unidos permanecem fundamentais para a política externa alemã. A aliança transatlântica consubstanciada pela OTAN permanece central para a política de defesa alemã. Além disso, o mercado norte-americano é o principal destino das exportações alemãs, absorvendo, em 2017, US\$ 126 bilhões (8,7% do total). Os fluxos de investimentos entre os dois países também são significativos.

As relações da Alemanha com os países da Europa Oriental são importantes economicamente. É o mercado natural para a expansão do comércio e dos investimentos do país. O acordo da coalizão governamental defende a concessão de prioridade ao entorno imediato alemão, ressalta o interesse do país na incorporação dos estados dos Balcãs Ocidentais à UE e enfatiza o compromisso com o apoio à introdução de reformas naquela região nas áreas de boa governança e do combate ao crime organizado e à corrupção.

A anexação da Crimeia e as ações militares no Leste da Ucrânia tiveram impacto sobre as relações entre a Alemanha e a Rússia. A diplomacia alemã tem reiterado que o diálogo com a Rússia é fundamental para o encaminhamento de temas estratégicos, como a segurança europeia e internacional. A Alemanha é, ademais, o maior comprador do gás natural da Rússia e os investimentos diretos alemães na economia russa são substanciais.

A crise dos refugiados aumentou a importância do Oriente Médio e do Norte da África para a política externa alemã. Os conflitos na Síria, na Palestina, na Líbia e no Iêmen podem provocar novos fluxos de refugiados para a Europa. Essa percepção reforça o empenho alemão em assegurar maior estabilidade política, melhoria das condições de vida e solução para as crises naquelas regiões.

Atuando com base na prioridade conferida às relações transatlânticas e na importância atribuída ao marco das Nações Unidas, as forças armadas alemãs participam de operações de paz da ONU no Líbano, no Sudão, no Sudão do Sul, no Mali e no Afeganistão; de operações da UE no Mar Mediterrâneo e na costa da Somália; de operações da OTAN no Kosovo e no Afeganistão (esta última, desde 2015, apenas de treinamento militar). A Alemanha participa, ainda, com apoio operacional e missões de reconhecimento aéreo, da coalizão liderada por EUA e França contra o chamado “Estado Islâmico” na Síria e no Iraque.



ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Dados divulgados pelo Escritório Federal Alemão de Estatísticas (Destatis) apontaram para continuidade do crescimento da economia alemã no quarto trimestre de 2017. Os resultados positivos do último trimestre do ano acompanharam a tendência de bom desempenho observado durante todo o ano de 2017, com crescimento de 0,9% no primeiro trimestre, 0,6% no segundo, 0,9% no terceiro e 0,6% no quarto. No acumulado do ano, a taxa de crescimento do PIB foi de 2,5% (preços reais), alcançando 3.263,4 bilhões de euros (preços correntes), dos quais 829,8 bilhões apenas no quarto trimestre.

Os bons resultados podem ser atribuídos sobretudo à demanda interna. O consumo privado cresceu 2,0% em 2017 em relação ao ano anterior. A preços correntes, o resultado é de aumento de 3,6%, correspondendo ao maior crescimento do indicador desde 1994. No total, os gastos com consumo privado corresponderam, em 2017, a 1.735 bilhões de euros, 52% dos quais no setor de prestação de serviços.

Destaca-se também o desempenho da formação bruta de capital fixo, que aumentou 3,0% no ano. De acordo com o Banco Central Alemão ('Deutsche Bundesbank'), isso se deve à busca das empresas pela expansão de sua capacidade produtiva, a fim de atender a crescente demanda, sobretudo de origem externa. O aumento dos investimentos, no entanto, ainda tem sido interpretado por alguns meios empresariais como insuficiente para manter o ritmo de crescimento do país nos próximos anos.

No que tange às contas públicas, o superávit fiscal do país em 2017 foi de 36,6 bilhões de euros, o maior valor registrado desde a reunificação alemã, com crescimento de 29,8%. Em todas as esferas governamentais as receitas superaram as despesas, com destaque para os estados federados, que contaram com superávit de 16,2 bilhões de euros no ano. Apesar do superávit de 1,1 bilhão de euros, os resultados da União foram menores do que no ano anterior, quando alcançaram 7,4 bilhões. De acordo com o Destatis, isso se deve à decisão do Tribunal Constitucional Federal sobre a ilegalidade do imposto aplicado sobre combustíveis nucleares, que culminou em pagamentos às empresas de energia no valor de 7,3 bilhões de euros.

Do ponto de vista das receitas do estado, merecem destaque os aumentos na arrecadação do imposto sobre a renda (+6,4%) e das contribuições sociais (+4,6%), atribuídos ao bom momento observado no mercado de trabalho. Por outro lado, as receitas do governo provenientes de juros e dividendos caíram 6,3% em relação a 2016, o que pode ser resultado da redução do lucro do 'Bundesbank'.

No tocante à inflação, a média anual dos preços ao consumidor cresceu, em 2017, 1,8% em relação ao ano anterior. A maior variação de preços se deu nos primeiros meses do ano, com 2,2% em fevereiro. Já no segundo semestre, os preços mostraram-se mais estáveis, oscilando entre 1,6% e 1,8%. Representativo para a taxa de inflação foi o aumento nos preços dos bens de consumo, sobretudo devido ao aumento no preço da energia, e no setor de alimentos.

Em relação ao mercado de trabalho, observou-se no último trimestre do ano uma continuidade da queda da taxa de desemprego, estabilizada em 5,3% nos últimos dois meses de 2017. No quarto trimestre de 2017, 201 mil pessoas ingressaram no mercado



de trabalho, o que representou 0,5% a mais em relação ao trimestre anterior. O setor de prestação de serviços públicos, de educação e da saúde impulsionou tal desempenho, com um aumento de 1,4% de pessoas ocupadas em relação ao trimestre anterior. Ao longo do ano, porém, os setores que mais contribuíram ao mercado de trabalho foram de informação e comunicação (3%) e de prestação de serviços a empresas (2,5%). No total, o resultado do ano seria um aumento de 1,5% da taxa de ocupação em relação a 2016, o que, de acordo com o ‘Bundesbank’, representaria um acréscimo de 642 mil pessoas ocupadas no ano.

Em relação aos investimentos diretos estrangeiros, o país manteve perfil deficitário e enviou ao exterior, no quarto trimestre, mais recursos do que recebeu (27,4 bilhões e 12 bilhões de euros, respectivamente). Essa relação também se refletiu no resultado do ano, com 111,8 bilhões de euros sendo enviados para o exterior, enquanto a Alemanha recebeu 69,6 bilhões de euros em investimentos estrangeiros.

Já os dados de comércio exterior demonstram que, pelo segundo ano consecutivo, a China foi o principal parceiro comercial da Alemanha, com fluxo de aproximadamente US\$ 212 bilhões em 2017. Por sua vez, os EUA e a França constituíram o segundo e o terceiro principal parceiro, contabilizando corrente de US\$ 195 bilhões e US\$ 191 bilhões, respectivamente. Os EUA, em particular, mantêm-se como o principal destino das exportações alemãs, que alcançaram em 2017 o valor de US\$ 126 bilhões, e o maior superávit comercial, de US\$ 57 bilhões. Em relação às importações, em 2017 a Alemanha registrou valores recordes de mercadorias importadas (US\$ 1,168 trilhões). Cerca de 70% seriam provenientes de países da União Europeia.

No que diz respeito ao comércio bilateral, a Alemanha manteve-se na posição de quarto maior parceiro comercial do Brasil no mundo e primeiro na Europa. Segundo os últimos dados estatísticos alemães, o Brasil continua como o primeiro parceiro da Alemanha na América do Sul. Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), no ano passado, as exportações brasileiras, no valor de US\$ 4,9 bilhões, elevaram-se em 1,03% e as importações expandiram-se em 1,06%, atingindo US\$ 9,2 bilhões. O déficit brasileiro acumulado foi de US\$ 4,3 bilhões, o menor desde 2009, à exceção de 2016. O intercâmbio bilateral em 2017, no valor de US\$ 14,1 bilhões, cresceu 1,05% com relação ao mesmo período do ano anterior, apontando para o primeiro resultado positivo desde 2012.

Diferentemente de anos anteriores, as vendas brasileiras de bens manufaturados e semimanufaturados para a Alemanha cresceram 15,37%, chegando a US\$ 2,3 bilhões. Nessas circunstâncias, ultrapassaram as de produtos de base, que tiveram retração de 9,38%, ficando em US\$ 2,2 bilhões. As principais exportações para o mercado alemão consistiram em café em grãos, minérios e farelo de soja, enquanto as compras de produtos alemães mantiveram-se fortemente concentradas em bens industrializados, com destaque para medicamentos (12%) e partes e peças para automóveis e tratores (6,2%).

A Alemanha tem apoiado o prosseguimento das negociações de Acordo de Associação entre o Mercosul e a UE. As negociações foram plenamente retomadas em



maio de 2016, quando foram intercambiadas as ofertas iniciais de acesso a mercados em bens, serviços, investimentos e compras governamentais.

O país é historicamente um dos maiores investidores na economia brasileira. Aproximadamente 1.600 empresas alemãs (ou de capital alemão) estão instaladas no Brasil. Conforme estatísticas do Banco Central, o estoque de investimentos da Alemanha no país ultrapassava US\$ 18 bilhões em 2014, sem contabilizar o reinvestimento em reais e os investimentos alemães feitos por meio de terceiros países. Em 2017, foram anunciados novos investimentos alemães no Brasil, bem como projetos de ampliação dos já existentes. Destacam-se as concessões à FRAPORT dos aeroportos de Porto Alegre e Fortaleza, a abertura de filial do Commerzbank (segundo maior banco alemão) em São Paulo, o contrato da Nordex Acciona para fornecimento de turbinas e torres para geração de energia eólica no Piauí e a compra pela DHL Supply Chain (do grupo alemão Deutsche Post DHL) do controle da empresa brasileira de transporte rodoviário Polar Transportes. Registrem-se também os anúncios sobre ampliação de instalações industriais da Volkswagen e da Daimler-Benz, bem como as aquisições e parcerias empresariais no Brasil no segmento de organização de feiras comerciais.

O estoque dos investimentos brasileiros na Alemanha, segundo o Banco Central, somou USD 208 milhões em 2014, sendo o Brasil o maior investidor latino-americano e o 32º do mundo. Aproximadamente 50 empresas brasileiras estão presentes na Alemanha, entre as quais a CSN, a Braskem, a WEG, a Tupy, a Tramontina, a Magnesita e a BRF.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1871 - Guilherme I proclamado Imperador alemão em Versalhes (18/1)
1914-1918 - O Imperador Guilherme II isolou a Alemanha na política externa, levando o país à I Guerra Mundial
1918 - O Imperador Guilherme II abdicou e o social-democrata Philipp Scheidemann proclamou a República
1919 - Assinatura do Tratado de Paz de Versalhes
1919 - Eleições para a Assembleia Nacional. Estabelecimento da República de Weimar
1932 - O NSDAP (partido nacional-socialista) vence as eleições
1933 - Adolf Hitler torna-se Chanceler do Reich
1939 - Início da II Guerra Mundial, em 1/9, com a invasão da Polônia pela Alemanha
1945 - Fim da Segunda Guerra Mundial, em 8/5/45. A Alemanha é dividida em 4 zonas de ocupação e Berlim em 4 setores
1948 - Ante a introdução do marco alemão nas zonas de ocupação ocidentais, a URSS interditou as conexões por terra para Berlim Ocidental (24/6/48). Os aliados estabeleceram ponte aérea para abastecer Berlim Ocidental
1949 - Promulgação da Lei Fundamental da República Federal da Alemanha (23/5)



1949 - Elege-se o primeiro parlamento e Konrad Adenauer (CDU) torna-se Chanceler Federal (14/8)
1949 - Oficializada a divisão entre Leste e Oeste e entrada em vigor da constituição da RDA (7/10)
1957 - A República Federal da Alemanha assinou, em Roma, o Tratado de Fundação da Comunidade Econômica Europeia
1959 - O SPD adota o "Programa de Godesberg" e compromete-se com a economia social de mercado praticada pela CDU/CSU desde 1949
1961 - Construção do Muro de Berlim em 13 de agosto
1963 - Tratado da amizade entre a França (De Gaulle) e a Alemanha (Adenauer)
1972 - Willy Brandt (SPD) ajoelha-se no memorial da revolta dos judeus do gueto de Varsóvia, em gesto de reconciliação da Alemanha
1989 - Queda do Muro de Berlim (9 de novembro)
1990 - Extinção da RDA; reunificação (3.10); primeira eleição para o Parlamento da Alemanha unificada (2.12); Helmut Kohl (CDU): primeiro Chanceler Federal
1991 - Transferência da capital de Bonn para Berlim
1993 - Soldados alemães participam de voos de reconhecimento na Bósnia. Primeira participação em operações militares desde a Segunda Guerra
1998 - Aprovação da adoção do Euro pelo Parlamento
1998 - Eleições gerais. Coalizão SPD e Verdes sob a liderança de Gerhard Schröder.
1999 - Envio de tropas alemãs ao Kosovo, sob a OTAN
2001 - Alemanha envia tropas ao Afeganistão
2002 - Reeleição da coalizão SPD e Verdes sob a liderança de Gerhard Schröder
2004/2007 - Ampliação da UE, com a inclusão de oito países do Centro-Leste europeu
2005 - Grande Coalizão CDU/CSU e SPD, sob a chefia da Chanceler Angela Merkel
2009 - Retração econômica entre -4% e -5%; pior resultado desde 1945
2009 - Nova coalizão CDU/CSU e FDP, com renovação do mandato de Angela Merkel
2011 - Início do processo de abandono da energia nuclear
2013 - Nova coalizão CDU/CSU e SPD, com renovação do mandato de Angela Merkel
2015 - A Alemanha, juntamente com a França, torna-se fiadora do Acordo de Minsk II, entre Rússia e Ucrânia
2015 - Eclode a "crise dos refugiados", com grande número de migrantes, sobretudo do conflito Sírio, buscando residência na Alemanha e em países da União Europeia
2017 - Realização de eleições legislativas, em 24 de setembro



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1824 - Após a promulgação da Constituição, que oficializava a soberania do Estado e permitia a imigração de pessoas não católicas, inicia-se a colonização alemã no Brasil, com a chegada dos primeiros imigrantes na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul
1825 - Reconhecimento, pela Prússia e as cidades hanseáticas, da independência do Brasil, após acordo celebrado entre Brasil e Portugal
1826 - Abertura do Consulado do Brasil em Hamburgo
1827 - Assinatura de Tratados de Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Reino da Prússia e entre o Império do Brasil e as cidades hanseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo
1859 - Após a divulgação de notícias sobre más condições de vida e de trabalho dos imigrantes alemães, a Prússia proíbe o recrutamento de imigrantes, com o "Rescrito de Heydt"
1871 - Incorporação do "Rescrito de Heydt" pelo Império Alemão
1896 - Revogação do "Rescrito de Heydt"
1900 - O Barão do Rio Branco é nomeado Ministro Plenipotenciário em Berlim
1910 - Envio de Missão Militar alemã ao Brasil com o objetivo de cooperar na reorganização e modernização do exército brasileiro
1917 - Navio brasileiro é torpedeado, na costa francesa, por navio alemão (3 de abril). O Brasil suspende as relações diplomáticas com a Alemanha (11 de abril) e declara guerra ao Império Alemão (27 de outubro)
1942 - Anúncio do Rompimento das Relações Diplomáticas do Brasil com os países do Eixo (28 de janeiro). Reconhecimento do Estado de beligerância com Alemanha e Itália (22 de agosto)
1951 - Abertura de Embaixada da RFA no Rio de Janeiro (julho). Abertura de Embaixada do Brasil em Bonn (novembro)
1954 - A Siderúrgica Mannesmann é a primeira grande companhia alemã a instalar-se no Brasil
1956 - Visita do Presidente eleito Juscelino Kubitschek a Bonn
1959 - Inauguração da montadora da Volkswagen em São Bernardo do Campo
1961 - O Brasil abole a proibição do ensino de alemão nas escolas públicas
1964 - O Presidente alemão Heinrich Lübke visita o Brasil e assegura investimentos alemães no país. Assinatura de Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares (em vigor)
1968 - Willy Brandt, Ministro das Relações Exteriores da RFA, visita o Brasil e propõe "parceria ampliada"
1969 - Assinatura de Acordo Cultural (em vigor)
1970 - Sequestro do Embaixador da Alemanha no Brasil



1973 - Assinatura de Acordo sobre Pesquisa Espacial (em vigor)
1974 - Assinatura de Acordo constitutivo da Comissão Mista de Cooperação Econômica (em vigor) e Acordo sobre Cooperação Agrícola (em vigor)
1975 - Assinatura de Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (em vigor) ; Assinatura de Acordo para Evitar a Dupla Tributação (denunciado pela Alemanha em 2005)
1978 - O Presidente Ernesto Geisel visita a RFA
1979 - O Chanceler Helmut Schmidt visita o Brasil
1981 - O Presidente João Figueiredo visita a Alemanha
1983 - Assinatura de Acordo sobre Transporte Marítimo (em vigor)
1990 - Fernando Collor de Mello, presidente eleito, visita a RFA
1991 - O Chanceler Federal Helmut Kohl visita o Brasil
1993 - Klaus Kinkel, Ministro das Relações Exteriores da RFA, visita o Brasil
1995 - O Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a RFA. O Presidente Federal Roman Herzog retribui a visita.
1996 - O Chanceler Federal Helmut Kohl visita o Brasil. Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica (em vigor) e Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico (em vigor)
1999 - O Presidente Fernando Henrique Cardoso encontra-se com o Chanceler Federal Gerhard Schröder, em abril, em Bonn
2002 - O Chanceler Federal Schröder visita o Brasil
2002 e 2003 - Assinatura de Acordos sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais (em vigor)
2003 - O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Alemanha, quatro semanas após ser empossado
2005 - Assinatura de Acordo sobre o Estatuto das Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados e Acordo sobre Co-Produção Cinematográfica
2006 - Visita oficial do Ministro do Exterior, Frank-Walter Steinmeier
2007 - Visita oficial do Presidente Federal Horst Köhler
2008 - Visita oficial da Chanceler Angela Merkel
2008 - Assinatura do Acordo sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública. Assinatura do Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia com Foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética
2009 - Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro
2010 - Visita do Ministro do Exterior Guido Westerwelle ao Brasil, em março
2011 - Visita do Presidente Federal Christian Wulff ao Brasil, em maio
2012 - Visita do Ministro do Exterior Guido Westerwelle ao Brasil, em fevereiro
2012 - Visita da Presidente Dilma Rousseff à Alemanha, em março



2013 - Em encontro durante a Cúpula CELAC-UE, a Presidente Dilma Rousseff e a Chanceler Angela Merkel decidem estabelecer mecanismo de consultas intergovernamentais de alto nível
2013 - O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participa da 49ª Conferência de Segurança de Munique
2013 - Visita do Presidente Federal Joachim Gauck. Ano da Alemanha no Brasil
2014 - Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, a Berlim
2015 - Visita do Ministro do Exterior, Frank-Walter Steinmeier, ao Brasil (fevereiro). Visita da Chanceler Angela Merkel e primeira edição das Consultas Intergovernamentais de Alto Nível (agosto)
2016 - O Ministro Mauro Vieira participa da 52ª Conferência de Segurança de Munique
2016 - 43a. Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica, realizada em Weimar
2017 - 44a Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica realizada em Porto Alegre

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	08/11/2010	07/06/2013	19/08/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil o Governo da República da Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública.	06/11/2008	29/01/2010	02/03/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do	14/02/2008	01/03/2010	22/02/2010



Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular			
Acordo sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados	01/06/2005	12/02/2009	02/03/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Co-produção Cinematográfica	17/02/2005	20/11/2007	20/02/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira (2000/2001)	27/11/2003	29/09/2008	04/12/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos na Área de Preservação das Florestas Tropicais	10/06/2003	24/05/2004	29/07/2004
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projetos Demonstrativos - Reforço"	10/03/1999	19/05/2000	20/06/2000



Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira de 24 de outubro de 1991.	26/05/1997	04/08/1999	06/10/1999
Protocolo de Intenções sobre a Realização de um Projeto Conjunto na Área de Recolhimento, do Tratamento e da Disposição Final de Resíduos Urbanos.	17/09/1996	17/09/1996	25/09/1996
Memorando de Entendimento sobre a Cooperação na Área de Transporte.	17/09/1996		25/09/1996
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	17/09/1996	09/03/1998	07/05/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico	20/03/1996	18/02/1997	09/04/1997
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Estudos Técnico, Econômico e de Impácto Ambiental para a Melhoria do Transporte de Carga e Passageiros, no Corredor Rio de Janeiro/São Paulo-Campinas, inclusive em seus Acessos aos Portos da Região".	06/04/1995	28/10/1995	18/10/1995
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projetos Demonstrativos".	06/04/1995	28/10/1995	13/10/1995



Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal/Demarcação de Terras Indígenas".	06/04/1995	28/10/1995	13/10/1995
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Proteção da Mata Atlântica/Paraná.	06/04/1995	28/10/1995	13/10/1995
Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte Marítimo.	17/11/1992	19/05/1995	29/08/1995
Acordo, por Troca de Notas, para a Consecução dos Compromissos ao Abrigo do Expirado Acordo de Comércio e Pagamento com a RDA.	22/10/1992	22/10/1992	19/11/1992
Acordo sobre Cooperação Financeira no Montante de 304.858.202,00 Marcos Alemães	24/10/1991		29/06/1992
Memorando de Entendimento entre o MME e o Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da Alemanha.	29/08/1989	29/09/1989	22/11/1989
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Procedimento para a Certificação de Produtos Aeronáuticos entre o Governo da República	26/09/1987	26/09/1987	09/10/1987



Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha			
Protocolo sobre Cooperação Financeira, para o Projeto "Saneamento Básico no Ceará".	11/06/1987		19/06/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira, para o Projeto "Abastecimento de Energia Elétrica na Região São Francisco/Bahia Ocidental.	11/06/1987		19/06/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Saneamento Básico no Espírito Santo".	11/06/1987		19/05/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Banco do Desenvolvimento BNDES IX/PROMICO".	11/06/1987		19/05/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira	19/10/1984		31/10/1984
Convênio Especial entre o CNPq e a Deutsche Forschungsgemeinschaft (DPG), Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa e do Desenvolvimento Tecnológico de 09/06/69.	15/12/1983	25/10/1984	13/12/1984
Protocolo sobre Cooperação Financeira (DM 25 Milhões para Abastecimento de Energia	09/12/1983	09/12/1983	15/12/1983



na Área Rural do Estado de Alagoas e Estudo de Viabilidade para o Desenvolvimento Agrícola no Vale do Rio Mearim).			
Protocolo sobre Cooperação Financeira (DM 20 Milhões para o Projeto PROVÁRZEAS/ES).	09/12/1983		15/12/1983
Protocolo sobre Cooperação Financeira	02/07/1982	02/07/1982	15/07/1982
Protocolo sobre Cooperação Financeira, (empréstimo de DM 56,74 milhões).	12/06/1981		17/07/1981
Acordo para Substituição do Quadro de Rotas do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 29 de agosto de 1957	19/12/1979	19/12/1979	11/03/1980
Acordo sobre Cooperação Financeira	01/11/1979		20/11/1979
Protocolo sobre Cooperação Financeira (no montante de 24 milhões de marcos alemães)	04/04/1979		24/04/1979
Protocolo sobre Cooperação Financeira (no montante de 26 milhões de marcos alemães)	04/04/1979		24/04/1979
Protocolo Adicional ao Acordo sobre Transporte Marítimo, de 4/04/79	04/04/1979		24/04/1979
Acordo sobre Transporte Marítimo	04/04/1979	22/10/1983	09/11/1983
Convênio Especial entre a	08/03/1978	15/06/1978	29/09/1978



Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich			
Convênio Especial entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Centro de Pesquisa Nuclear de Karlsruhe Ltda. sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	08/03/1978	31/05/1978	03/10/1978
Protocolo sobre Cooperação Financeira	18/11/1975		02/12/1975
Protocolo sobre Cooperação Financeira no Montante de 105 Milhões de Marcos Alemães	18/11/1975		02/12/1975
Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	27/06/1975	18/11/1975	02/12/1975
Acordo sobre Cooperação no Setor Agrícola	21/01/1975		28/02/1975
Protocolo sobre Cooperação Financeira	07/03/1974		13/03/1974
Acordo sobre Pesquisa Espacial e Memorando de Entendimento entre o CNPq , o Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da Alemanha e a NASA	19/10/1973		27/11/1973
Acordo para a Aprovação de um Adendo ao Convênio Especial entre a CNEN e o	04/10/1973	04/10/1973	27/11/1973



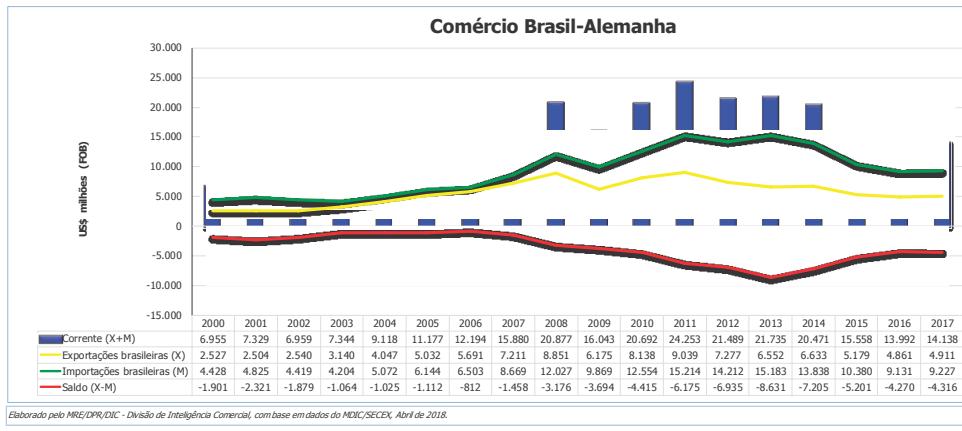
Centro de Pesquisa Nuclear, em Jülich, sobre Cooperação Científico-Tecnológica. Complemento do Acordo Geral de 9/06/69			
Protocolo sobre Cooperação Financeira	31/07/1972		07/08/1972
Convênio sobre a Entrada de Navios Nucleares em Águas Brasileiras e sua Permanência em Portos Brasileiros	07/06/1972	04/09/1974	25/12/1974
Acordo de Radioamadorismo	11/04/1972		26/04/1972
Acordo de Aprovação de Convênio Especial Celebrado entre o Centro Técnico Aeroespacial do Brasil e o Instituto Alemão de Pesquisa e Ensaio de Navegação Aérea e Espacial, para a Execução de Projeto Científicos	18/11/1971		15/03/1972
Acordo de Aprovação de Convênio Especial entre o CNPq e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich	18/11/1971	18/11/1971	15/03/1972
Acordo para a Aprovação de um Convênio Especial entre a CNEN e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich	23/04/1971		01/06/1971
Protocolo sobre Cooperação Financeira	23/04/1971		27/05/1971
Protocolo sobre Cooperação Financeira	02/10/1970		30/10/1970



Acordo Para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo Internacional	28/11/1969		27/05/1971
Convênio Relativo à Troca de Informações, Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisas e do Desenvolvimento Tecnológico	09/06/1969	12/08/1969	17/09/1969
Acordo Cultural	09/06/1969	17/12/1970	27/01/1971
Protocolo de Cooperação Financeira e Ajuste Relativo ao Artigo 3 do Protocolo de Cooperação Financeira de 09/04/69	30/05/1969		01/07/1969
Protocolo sobre Cooperação Financeira	09/04/1969		18/07/1969
Protocolo sobre Cooperação Financeira	30/11/1963		07/01/1964
Acordo Sobre Transportes Aéreos Regulares	29/08/1957	15/08/1964	26/08/1964
Acordo, por Troca de Notas, sobre Direitos de Tráfego Aéreo a serem Regulados em Futuros Acordos	19/08/1957		17/10/1957
Acordo sobre visto em passaportes	08/07/1957	01/08/1957	14/08/1957
Acordo sobre Convenções, sobre Propriedade Industrial de 4 de setembro de 1953 - Retificação ao Acordo	20/12/1954	20/12/1954	03/02/1955



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS



2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	1.235	2.229	3.464	-994
2018 (jan-mar)	1.258	2.496	3.754	-1.238

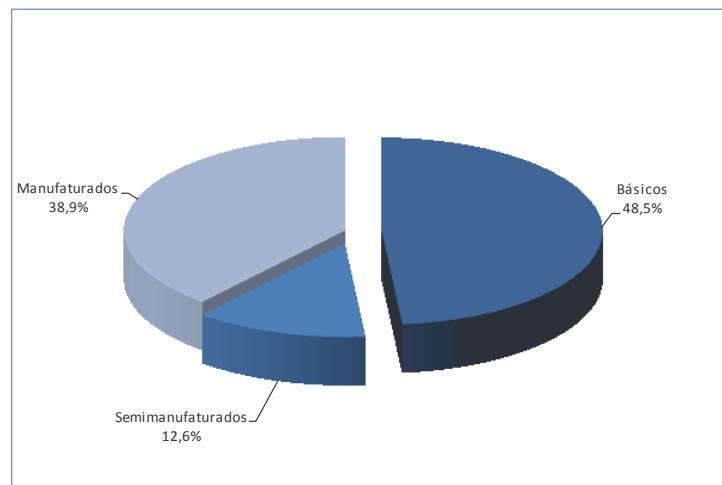
25

Parte integrante do Aviso da MSF nº 34 de 2018.

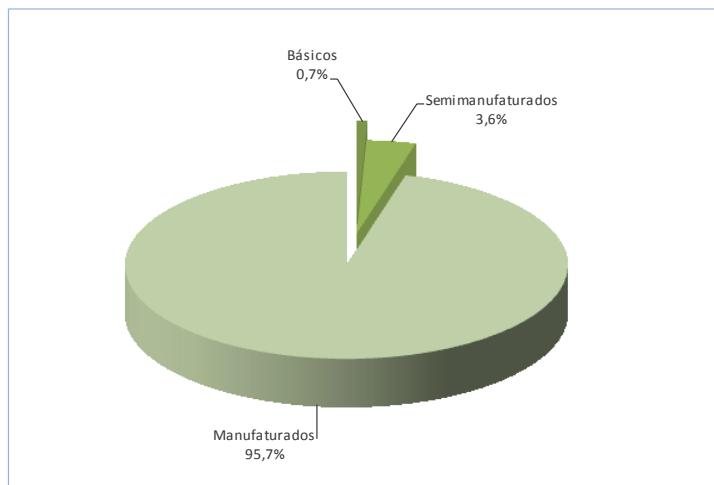
Página 29 de 39

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



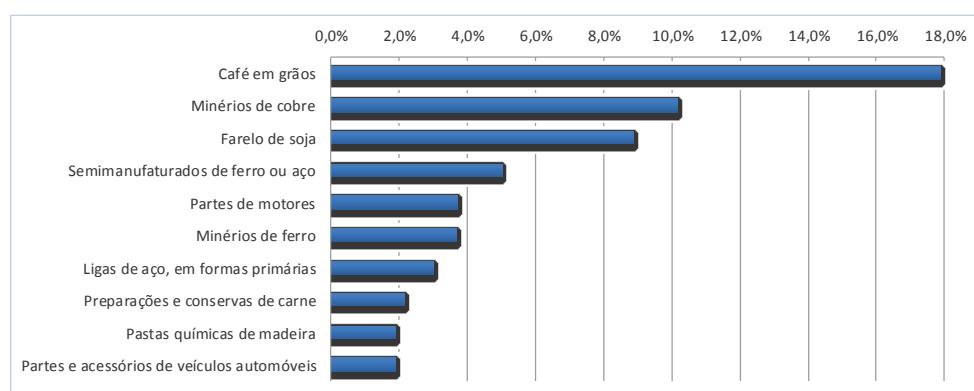
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Alemanha (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Café em grãos	1.056	20,4%	954	19,6%	879	17,9%
Minérios de cobre	481	9,3%	445	9,2%	499	10,2%
Farelo de soja	610	11,8%	520	10,7%	435	8,9%
Semimanufaturados de ferro ou aço	140	2,7%	152	3,1%	246	5,0%
Partes de motores	189	3,6%	159	3,3%	182	3,7%
Minérios de ferro	247	4,8%	114	2,3%	181	3,7%
Ligas de aço, em formas primárias	109	2,1%	85	1,8%	147	3,0%
Preparações e conservas de carne	102	2,0%	113	2,3%	105	2,1%
Pastas químicas de madeira	32	0,6%	52	1,1%	93	1,9%
Partes e acessórios de veículos automóveis	88	1,7%	80	1,6%	93	1,9%
Subtotal	3.055	59,0%	2.674	55,0%	2.860	58,2%
Outros	2.124	41,0%	2.187	45,0%	2.051	41,8%
Total	5.179	100,0%	4.861	100,0%	4.911	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

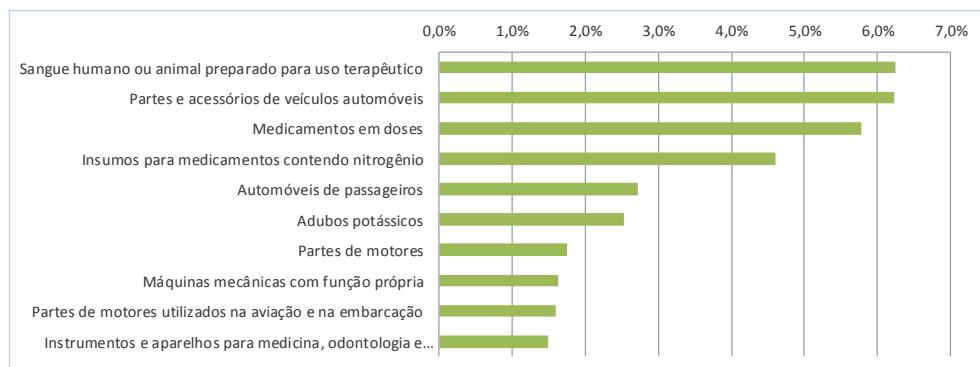


Composição das importações brasileiras originárias da Alemanha (SH4)
US\$ milhões

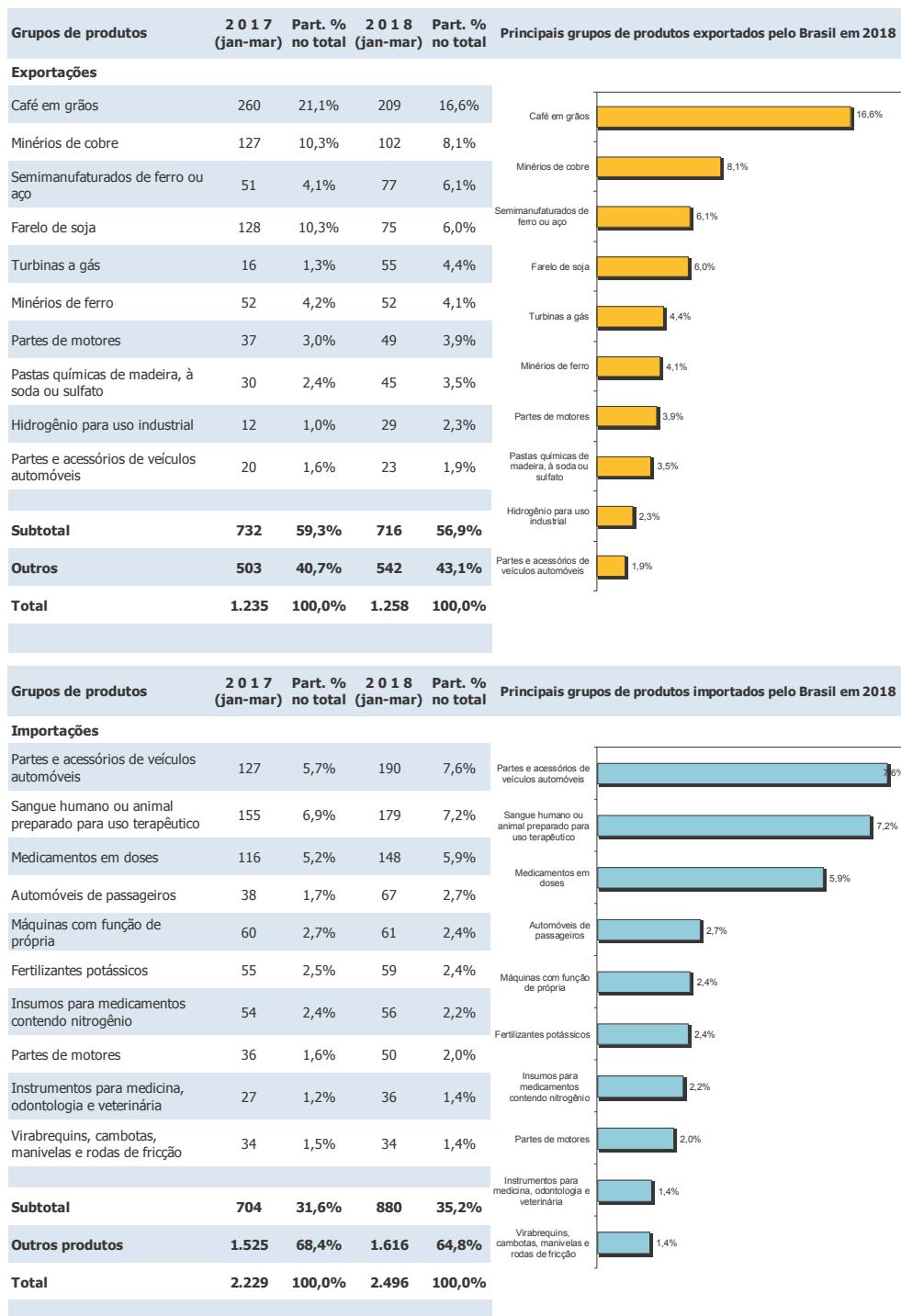
Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	549	5,3%	438	4,8%	576	6,2%
Partes e acessórios de veículos automóveis	481	4,6%	528	5,8%	575	6,2%
Medicamentos em doses	513	4,9%	537	5,9%	534	5,8%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	532	5,1%	562	6,1%	425	4,6%
Automóveis de passageiros	407	3,9%	213	2,3%	250	2,7%
Adubos potássicos	381	3,7%	292	3,2%	234	2,5%
Partes de motores	161	1,5%	141	1,5%	162	1,8%
Máquinas mecânicas com função própria	202	1,9%	185	2,0%	151	1,6%
Partes de motores utilizados na aviação e na embarcação	189	1,8%	143	1,6%	147	1,6%
Instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária	162	1,6%	115	1,3%	137	1,5%
Subtotal	3.576	34,4%	3.153	34,5%	3.191	34,6%
Outros	6.804	65,6%	5.978	65,5%	6.037	65,4%
Total	10.380	100,0%	9.131	100,0%	9.227	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

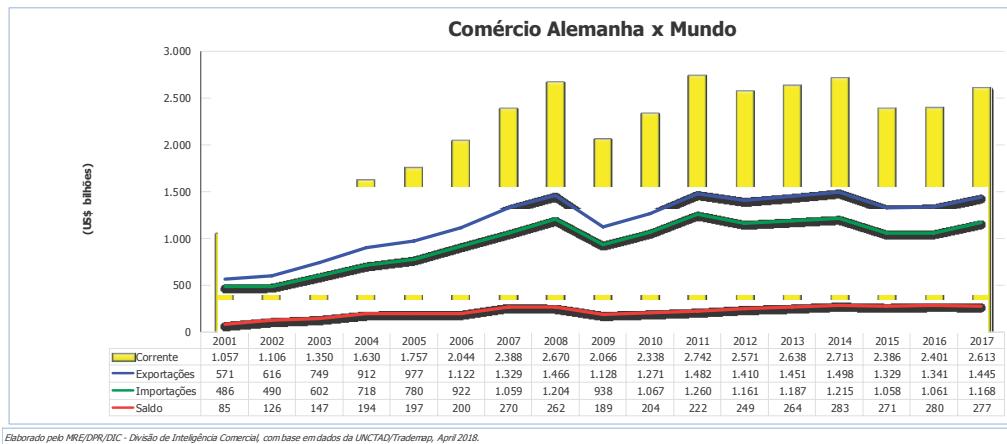


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2018.





30

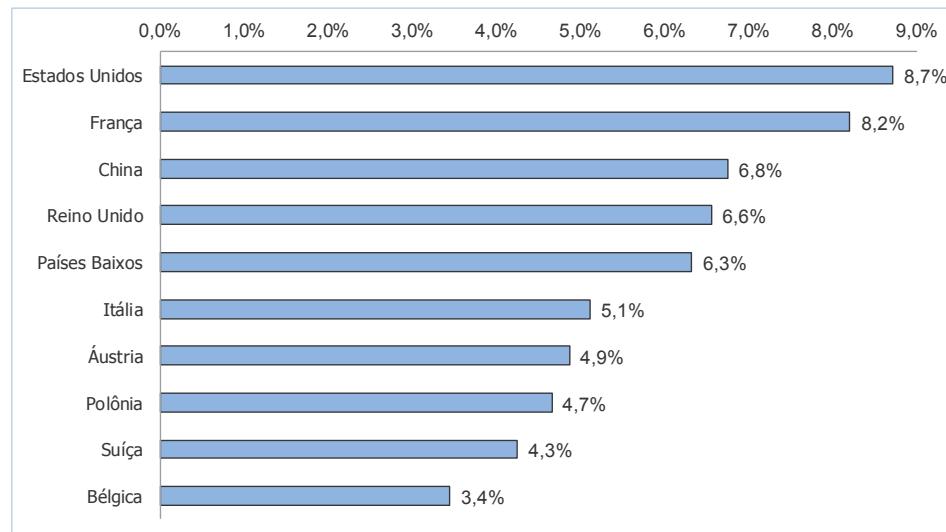
Parte integrante do Avulso da MSF nº 34 de 2018.

Página 34 de 39

Principais destinos das exportações da Alemanha
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Estados Unidos	126	8,7%
França	119	8,2%
China	98	6,8%
Reino Unido	95	6,6%
Países Baixos	91	6,3%
Itália	74	5,1%
Áustria	70	4,9%
Polônia	67	4,7%
Suíça	61	4,3%
Bélgica	50	3,4%
...		
Brasil (31º lugar)	10	0,7%
Subtotal	861	59,6%
Outros países	584	40,4%
Total	1.445	100,0%

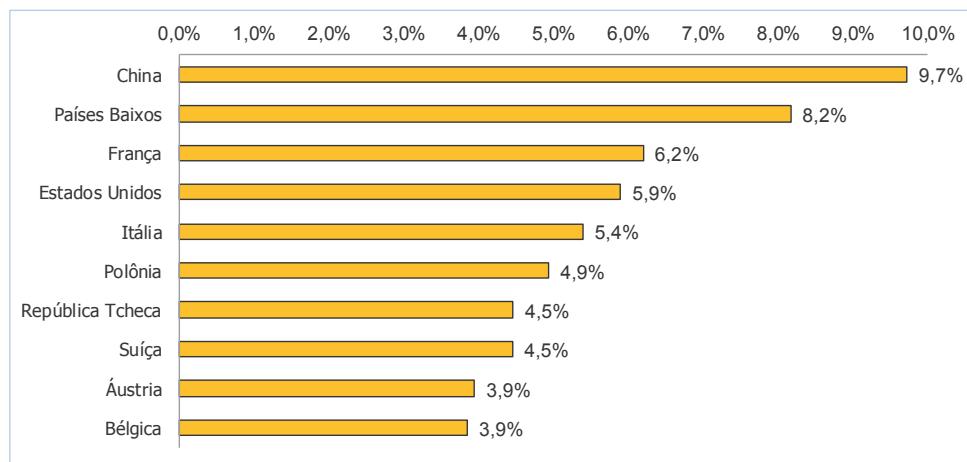
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Principais origens das importações da Alemanha
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	114	9,7%
Países Baixos	95	8,2%
França	72	6,2%
Estados Unidos	69	5,9%
Itália	63	5,4%
Polônia	58	4,9%
República Tcheca	52	4,5%
Suíça	52	4,5%
Áustria	46	3,9%
Bélgica	45	3,9%
...		
Brasil (29º lugar)	9	0,8%
Subtotal	675	57,8%
Outros países	493	42,2%
Total	1.168	100,0%

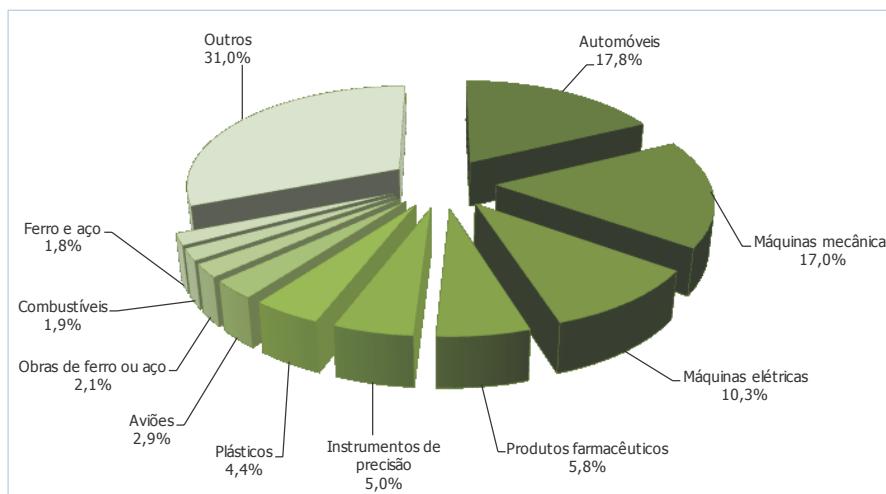
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Composição das exportações da Alemanha (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Automóveis	257	17,8%
Máquinas mecânicas	245	17,0%
Máquinas elétricas	149	10,3%
Produtos farmacêuticos	84	5,8%
Instrumentos de precisão	73	5,0%
Plásticos	64	4,4%
Aviões	42	2,9%
Obras de ferro ou aço	31	2,1%
Combustíveis	27	1,9%
Ferro e aço	26	1,8%
Subtotal	997	69,0%
Outros	447	31,0%
Total	1.445	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

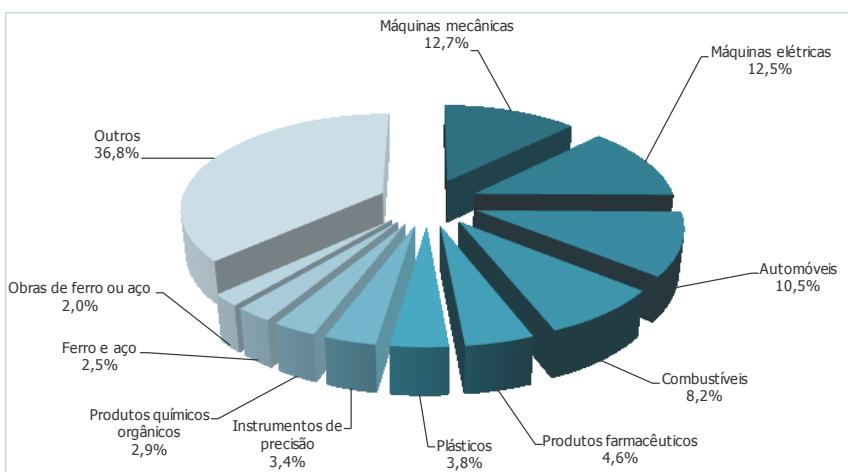


Composição das importações da Alemanha (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	149	12,7%
Máquinas elétricas	146	12,5%
Automóveis	123	10,5%
Combustíveis	96	8,2%
Produtos farmacêuticos	54	4,6%
Plásticos	44	3,8%
Instrumentos de precisão	40	3,4%
Produtos químicos orgânicos	34	2,9%
Ferro e aço	29	2,5%
Obras de ferro ou aço	23	2,0%
Subtotal	738	63,2%
Outros	430	36,8%
Total	1.168	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

10 principais grupos de produtos importados



INVESTIMENTOS BRASIL-ALEMANHA

Descrição	Estoque ⁽¹⁾	Fluxo							
		2014	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2017 (jan-mar)
Origem: Alemanha	18.192 (7º)	538	1.125 (13º)	826 (16º)	1.011 (11º)	1.574 (10º)	6.570 (5º)	1.826 (9º)	212 (12º)
Origem: Brasil	208 (32º)	25	46 (24º)	36 (27º)	68 (25º)	78 (22º)	44 (18º)	2 (34º)	1 (26º)

Dados do Banco Central do Brasil

(1) Estoque é o valor de mercado das empresas estrangeiras, instaladas em determinado país, na data de referência. O fluxo são as transferências efetivas de capital, em um dado intervalo de tempo (geralmente anual).



Ofício do Ministro de Estado da Fazenda





SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S"

Nº 21, DE 2018

Encaminha, nos termos do art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, os demonstrativos das operações de crédito analisadas mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

AUTORIA: Ministério da Fazenda

DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)

DESPACHO: À CAE



[Página da matéria](#)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria Executiva
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 4º andar,
CEP 70048-900 - Brasília/DF - (61) 3412-2497 - e-mail gabinete.se.df@fazenda.gov.br

Ofício SEI nº 290/2018/SE-MF

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Senado Federal, 1º Andar – Edifício Principal
CEP 70.165-900 – Brasília (DF)

Assunto: **Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.**

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.103615/2018-77.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o, encaminho, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, o endereço eletrônico por meio do qual se podem acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

2. Os dados relativos às dívidas consolidadas são extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

3. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF nº 43/2001, em conformidade com a Portaria STN nº 9, de 05 de janeiro de 2017, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF nº 43/2001, as informações pertinentes estão no arquivo “estados-e-municípios-operacoes-vedadas.pdf”.

4. Em relação ao art. 42 da RSF nº 43/2001, é de se informar que, atualmente, é vedada qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o art. 11 da Lei Complementar nº 148/2014.

5. Cabe ressaltar que tais informações encontram-se reunidas e publicadas mensalmente para consulta pública na página do Tesouro Nacional na internet, sob o título “Disponibilização dos Indicadores Fiscais e do Relatório ao Senado Federal”, no seguinte endereço eletrônico: tesouro.gov.br/indicadores-fiscais-e-de-endividamento. As informações presentes naquele sítio eletrônico são atualizadas todo mês, e estão dispostas nos seguintes anexos digitais:

Presidência do Senado Federal

Página 2 de 3

Parte integrante do Avulso do OFS nº 21 de 2018.

Em: 09/10/18 Hs: 15:14

a) estados-e-municípios-DCL-e-RCL.csv:

Posição de Endividamento dos Estados e Municípios, incluindo suas autarquias e fundações, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF nº 43/2001

b) estados-e-municípios-operações-de-crédito-e-garantias.pdf:

Operações de crédito e garantias concedidas pelos entes (deferidas, indeferidas, regularizadas, pendente de regularização ou arquivadas) incluindo nome do mutuário, credor, valor da operação e condições financeiras, em atendimento aos incisos II e III, artigo 41 da RSF nº 43/2001, e ao art. 24 da RSF nº 43/2001.

c) estados-e-municípios-operacoes-vedadas.pdf:

Relação das irregularidades constatadas no período, em atendimento ao § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001 e à Portaria STN nº 9/2017;

Operações vedadas canceladas e pendentes de cancelamento no período, conforme art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF e Portaria STN nº 9/2017.

6. O trâmite das operações de crédito na STN poderá ser consultado por meio do endereço sadipem.tesouro.gov.br, clicando-se em "Consultar Operações de Crédito".

7. A descrição dos status presentes nos arquivos em PDF pode ser verificada na seção 5.1 do manual do SADIPEM, no seguinte endereço eletrônico: conteudo.tesouro.gov.br/manuais/sadipem.

8. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos e para, sob solicitação dessa Casa Legislativa, realizar melhorias no fluxo de informações de que tratam os dispositivos legais citados.

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente

ANA PAULA VESCOVI

Secretária-Executiva do Ministério da Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Secretário(a) Executivo(a)**, em 08/05/2018, às 21:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0631848** e o código CRC **73C4BB69**.

Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 281, DE 2018

Requer, com base nos artigos 13; 39, I; e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o artigo 55, III, da Constituição Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 27 a 30 de maio de 2018, para participar das Reuniões das Comissões Permanentes e da LV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias 28 e 29 de maio de 2018, em Montevidéu, no Uruguai, conforme autorização do Presidente do Senado Federal e ato convocatório.

AUTORIA: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN)



Página da matéria

00100.060002/2018-6



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA PT | RN

A publicação
Em 14/05/18,

REQUERIMENTO nº 281 /2018/GSFBEZER

Requeiro com base nos termos dos artigos 13; 39, I; e 40 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF); combinados com o artigo 55, III, da Constituição Federal; **licença dos trabalhos da Casa, no período de 27 a 30 de maio de 2018, para participar das Reuniões das Comissões Permanentes e da LV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias 28 e 29 de maio de 2018, em Montevidéu, no Uruguai**, conforme autorização do Presidente do Senado Federal e ato convocatório anexados a este documento.

Sala das Sessões,

de maio de 2018.

FÁTIMA BEZERRA
Senadora da República pelo Rio Grande do Norte



SIGAD
Recebido em 11/05/18 Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Hora 10 : 16 Telefone: +55 (61) 3303-1884 – fatima.bezerra@senadora.leg.br
Assinado Digitalmente

Página 2 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 281 de 2018.



SGM - Senado Federal

SFDA.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

00100.058184/2018-14 (VIA 001) - 00100.059922/2018-32 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 143 /2018-PRESID

Brasília, 10 de maio de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**
Presidente do Parlamento do Mercosul

Ref.: Documento nº 00100.058184/2018-14

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência e, nos termos do Ofício nº P/043/2018, autorizo a participação da Senadora **Fátima Bezerra** nas Reuniões das Comissões Permanentes e LV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias **28 e 29 de maio de 2018**, na cidade de Montevidéu, no Uruguai.

Atenciosamente,

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal



Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 281 de 2018.

5E6A.



CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 282, DE 2018

Requer, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 27 a 30 de maio de 2018, para participar dos trabalhos do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai, quando serão realizadas as Reuniões das Comissões Permanentes e a LV Sessão Ordinária. Comunica, nos termos do artigo 39, inciso I, do mesmo Regimento, ausência do País durante o período mencionado.

AUTORIA: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)



[Página da matéria](#)



A publicação.
8 m 14/05/18
~~ANALISADO~~

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

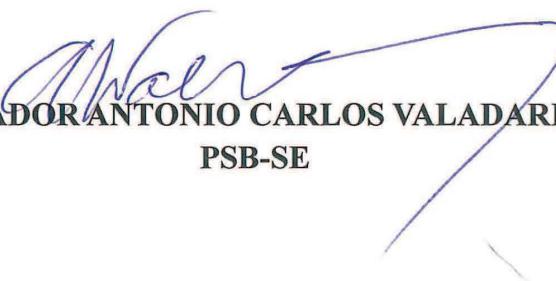
REQUERIMENTO N° 383 DE 2018

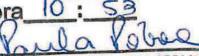
Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos da Casa durante o período de 27 a 30 de maio de 2018, tendo em vista a minha participação aos trabalhos do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai, em que serão realizadas as Reuniões das Comissões Permanentes e a LV Sessão Ordinária.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do mesmo Diploma Legal, que estarei ausente do País durante o período acima citada.

Sala das Sessões,


SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES
PSB-SE

Recebido em 11/05/18
Hora 10 : 53

Paula Costa Póvoa Dantas - Mat. 256140
SGM - Senado Federal

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61)3303-2201/02/03/04/05 – antonicarlosvaladares@senador.leg.br

1





SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO N^º 140 /2018-PRESID

Brasília, 10 de MAIO de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Deputado CELSO RUSSOMANNO
Presidente do Parlamento do Mercosul

Ref.: Documento n^º 00100.058224/2018-10

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência e, nos termos do Ofício n^º P/044/2018, autorizo a participação do Senador **Antonio Carlos Valadares** nas Reuniões das Comissões Permanentes e LV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias **28 e 29 de maio de 2018**, na cidade de Montevidéu, no Uruguai.

Atenciosamente,

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 283, DE 2018

Requer, nos termos dos arts. 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, § 2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 28 a 30 de maio de 2018 para, na condição de Vice-Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, participar das Reuniões das Comissões Permanentes, Mesa Diretora e da LV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias 28 e 29 do referido mês e ano, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, ausência do país entre os dias 27 e 30 de maio de 2018.

AUTORIA: Senador Roberto Requião (PMDB/PR)



[Página da matéria](#)

A publicação
Em 14/05/18

~~REQUERIMENTO~~

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO

283
REQUERIMENTO N° , DE 2018



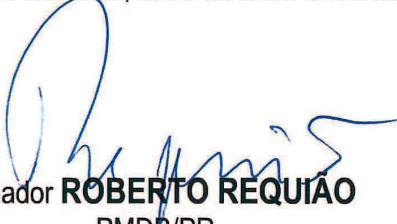
Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requeiro licença dos trabalhos da Casa, nos dias 28 a 30 de maio de 2018, para, na condição de Vice-Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, participar das Reuniões das Comissões Permanentes, Mesa Diretora e a LV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias 28 e 29 do referido mês e ano, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país entre os dias 27 e 30 de maio de 2018.

Página: 1/1 11/05/2018 10:52:15

6a31835b04083159d90adeac4f41b68f4c243fd

Sala das Sessões, em 9 de maio de 2018.


Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMDB/PR

Recebido em 11/05/18
Hora 11 : 16
Paula Pato



00100.058212/2018-95 (VIA 001) - 00100.059925/2018-76 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 144 /2018-PRESID

Brasília, 10 de maio de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Deputado CELSO RUSSOMANNO
Presidente do Parlamento do Mercosul

Ref.: Documento nº 00100.058212/2018-95

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência e, nos termos do Ofício nº P/042/2018, autorizo a participação do Senador **Roberto Requião** nas Reuniões das Comissões Permanentes e LV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias **28 e 29 de maio de 2018**, na cidade de Montevideu, no Uruguai.

Atenciosamente,

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal



Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 283 de 2018.

5E76.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECER APROVADO EM COMISSÃO





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 90, DE 2018-PLEN/SF (DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS)

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº57, de 2011, que Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para permitir a celebração de contrato de experiência na relação de trabalho doméstica, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº516, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, que Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre a jornada de trabalho, remuneração do serviço extraordinário e do adicional sobre o trabalho noturno, seguro-desemprego e FGTS para o empregado doméstico, empregado doméstico menor de dezoito anos, condições condignas de acomodação do empregado doméstico, bem como a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, das contribuições previdenciárias pagas a empregado doméstico, e dá outras providências, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº565, de 2011, do Senador Lindbergh Farias, que Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre condições de trabalho do empregado doméstico, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº70, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, que Dá nova redação ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda da pessoa física e dá outras providências, para prorrogar a dedução no imposto de renda das pessoas físicas das contribuições previdenciárias do empregado doméstico até o exercício de 2018, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº270, de 2011, do Senador Roberto Requião, que Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº47, de 2010, do Senador Marcelo Crivella, que Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho e à Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre o tamanho das dependências destinadas à moradia dos funcionários de condomínio e dos



empregados domésticos, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº54, de 2013, do Senador Eduardo Amorim, que Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre o contrato de experiência. , e sobre o Projeto de Lei do Senado nº80, de 2013, da Senadora Lídice da Mata, que Dispõe sobre a prescrição do direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho.

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka

RELATOR: Senador Paulo Paim

14 de Maio de 2014



PARECER N° , DE 2014

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o **Projeto de Lei da Câmara, nº 57, de 2011** (PL nº 5.140, de 2009) do Deputado Carlos Bezerra, que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para permitir a celebração de contrato de experiência na relação de trabalho doméstica, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2006**, do Senador Valdir Raupp, que acrescenta a alínea "h" ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das despesas do contribuinte pessoa física com a Previdência Social de seus empregados domésticos; com o **Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2011**, do Senador Ciro Nogueira, que Dá nova redação ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda da pessoa física e dá outras providências, para prorrogar a dedução no imposto de renda das pessoas físicas das contribuições previdenciárias do empregado doméstico até o exercício de 2018; com o **Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2011**, do Senador Cyro Miranda, que altera o art. 12, VII, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estender até 2018 a permissão para deduzir do imposto de renda da pessoa física o valor da contribuição patronal, à Previdência Social, do empregador doméstico; com o **Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011**, do Senador Roberto Requião, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico; com o **Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2011**, do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre a jornada de trabalho, remuneração do serviço extraordinário e do adicional sobre o



trabalho noturno, seguro-desemprego e FGTS para o empregado doméstico, empregado doméstico menor de dezoito anos, condições condignas de acomodação do empregado doméstico, bem como a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, das contribuições previdenciárias pagas a empregado doméstico, e dá outras providências; e com o Projeto de Lei do Senado nº 565, de 2011, do Senador Lindbergh Farias, que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre condições de trabalho do empregado doméstico.

RELATOR: Senador PAULO PAIM

I – RELATÓRIO

Vêm a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o **Projeto de Lei da Câmara, nº 57, de 2011** (PL nº 5.140, de 2009) do Deputado Carlos Bezerra, que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para permitir a celebração de contrato de experiência na relação de trabalho doméstica*, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2006**, do Senador Valdir Raupp, que *acrescenta a alínea "h" ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das despesas do contribuinte pessoa física com a Previdência Social de seus empregados domésticos*; com o **Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2011**, do Senador Ciro Nogueira, que *dá nova redação ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995*, que altera a legislação do imposto de renda da pessoa física e dá outras providências, *para prorrogar a dedução no imposto de renda das pessoas físicas das contribuições previdenciárias do empregado doméstico até o exercício de 2018*; com o **Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2011**, do Senador Cyro Miranda, que *altera o art. 12, VII, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estender até 2018 a*

mq2014-02597



permissão para deduzir do imposto de renda da pessoa física o valor da contribuição patronal, à Previdência Social, do empregador doméstico; com o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011, do Senador Roberto Requião, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico; com o Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2011, do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre a jornada de trabalho, remuneração do serviço extraordinário e do adicional sobre o trabalho noturno, seguro-desemprego e FGTS para o empregado doméstico, empregado doméstico menor de dezoito anos, condições condignas de acomodação do empregado doméstico, bem como a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, das contribuições previdenciárias pagas a empregado doméstico, e dá outras providências; e com o Projeto de Lei do Senado nº 565, de 2011, do Senador Lindbergh Farias, que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre condições de trabalho do empregado doméstico.

O Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2011 (PL nº 5.140, de 2009, na origem), do Deputado Carlos Bezerra, acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para permitir a formação de contrato de experiência – nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – no âmbito da relação de emprego doméstico.

O projeto, após aprovado naquela Casa, foi recebido no Senado em 12 de agosto de 2011 e encaminhado à CAS para apreciação em caráter terminativo.

Por força da aprovação do Requerimento nº 588, de 2012, do Senador José Pimentel, foi determinada a tramitação conjunta deste Projeto com os demais projetos arrolados supra. Além disso, também foi aprovado o Requerimento nº 308, de 2012, do Senador Vital do Rego, pelo que os projetos, em conjunto, deverão ser apreciados, além de pela CAS, pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

mq2014-02597

O Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2006, do Senador Valdir Raupp, acrescenta a alínea *h* ao item II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 (que *altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências*). Dessa forma, o projeto permite deduzir da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) o valor recolhido a título de contribuição previdenciária patronal prevista no art. 12, § único, *b* da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Plano de Custeio da Previdência Social).

A matéria foi objeto de Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, com a relatoria do Senador Renato Casagrande, que opinava pela rejeição do Projeto e aprovação do PLS nº 162, de 2005, de teor semelhante. Parecer que não chegou a ser votado. Arquivada com a mudança de Legislatura, foi desarquivada a pedido de seu autor.

O Projeto de Lei nº 70, de 2011, do Senador Ciro Nogueira tem por escopo, a concessão, ou antes, a prorrogação da dedução dos valores de contribuição patronal dos empregadores domésticos do valor apurado do IRPF a ser pago. Faz isso modificando a redação do inciso VII do art. 12, da Lei nº 9.250, de 1995, cuja redação foi dada pela Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, que estabelece que “(poderá ser deduzida do imposto apurado) até o exercício de 2015, ano-calendário de 2014, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado”.

O projeto prorrogaria esse abatimento até o exercício de 2018, ano-calendário de 2017. O projeto foi originalmente enviado à CAE para decisão terminativa, mas nunca chegou a ser apreciado naquela Comissão.

De autoria do Senado Cyro Miranda, o PLS nº 71, de 2011, tem exatamente o mesmo escopo e modifica exatamente o mesmo dispositivo legal que o PLS nº 70, de 2011, para prorrogar a dedução para os mesmos exercício e ano-calendário. Tampouco este Projeto foi objeto de qualquer deliberação nas Comissões do Senado Federal, até o presente momento.

Também sobre o mesmo tema – a dedução de contribuições sobre o IRPF – o PLS nº 270, de 2011, do Senador Roberto Requião, que se

mq2014-02597

diferencia por propor não o abatimento do imposto a ser pago, mas a dedução dos valores recolhidos (até montante equivalente a três salários mínimos) da base de cálculo do tributo (tal como o PLS nº 42, de 2006). Ainda, inova ao condicionar a dedução a outras condições: limitando-a a um empregado doméstico por declaração, comprovada a anotação do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social e comprovação da inscrição do empregado no Regime Geral de Previdência Social e do empregador, se se tratar de contribuinte individual.

O projeto foi aprovado pela CAS, sem emendas, e seguiu para a CAE, onde foi apresentado parecer, com emenda, da Senadora Vanessa Grazziotin, não apreciado quando o projeto foi anexado às demais proposições que ora examinamos.

Destinado a remodelar o contrato de trabalho doméstico, o PLS nº 516, de 2011, do Senador Antônio Carlos Valadares modifica a Lei nº 5.859, de 1972, dispõe sobre requisitos formais do contrato doméstico; o pagamento de parcela salarial *in natura*; a inclusão obrigatória do doméstico no FGTS; bem como dispõe sobre a jornada do empregado doméstico, igualando-a, praticamente, ao empregado comum. Fixa, também disposições sobre a moradia dos domésticos que durmam no emprego. Finalmente, o projeto propõe, também, o abatimento dos valores pagos a título de contribuição previdenciária patronal do valor a ser pago a título do imposto de renda.

O mesmo propósito – modificação no regime do trabalho doméstico – se apresenta, por fim, no PLS nº 565, de 2011. O projeto torna obrigatória a vinculação do doméstico ao FGTS; regulamenta as prestações salariais *in natura*; fixa a jornada de trabalho do doméstico e condiciona a rescisão do contrato de trabalho à assistência de sindicato, do Ministério do Trabalho e Emprego ou de outras autoridades. Fundamentalmente, o projeto, tal como o PLS nº 516, de 2011, busca a equalização dos direitos dos trabalhadores domésticos com os dos demais trabalhadores, à luz da adoção da Convenção nº 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta proposição não foi, igualmente, objeto de deliberação.

mq2014-02597



Com exceção da emendas a que nos aludimos e que não chegaram a ser votadas e adequadas no âmbito das Comissões, não houve outras apresentadas nos prazos regimentais.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 100, I do Regimento Interno do Senado Federal, a esta Comissão de Assuntos Sociais compete opinar sobre proposições referentes a relações de trabalho, em razão de que adequada a apreciação da matéria por este colegiado.

O Direito do Trabalho, que compreende a relação de trabalho doméstico, é um dos ramos do Direito sobre os quais a União possui competência privativa para legislar, conforme o art. 22, I da Constituição Federal, da mesma forma que lhe cabe legislar sobre o Direito Tributário, particularmente quanto aos tributos que lhe são próprios (no caso, art. 153, III, da Constituição Federal). Ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, da Constituição Federal (CF) compete legislar sobre todas as matérias de competência da União, inclusive as de Direito do Trabalho e de Direito Tributário, que não se encontram nas matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, arroladas no § 1º do art. 61 da Carta Maior.

Podemos agregar os projetos ora em exame em dois blocos: aqueles que se destinam a aperfeiçoar o contrato de trabalho doméstico e os que tem por objeto a concessão de benefícios fiscais referentes à contratação de empregado doméstico. Pertencem ao primeiro bloco o PLC nº 57, de 2011 e o PLS nº 565, de 2011. Ao segundo bloco pertencem os PLS nº 42, de 2006 e nº 70, 71 e 270, todos de 2011. Por fim, o PLS nº 516 contém disposições referentes a ambos os blocos.

Observe-se, primeiramente, que o art. 150, § 6º, da Constituição Federal determina expressamente que “*qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou*

mq2014-02597



municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição”.

Essa disposição constitucional já oferece, em si um problema para análise dos Projetos, que tratam de matéria tributária. O PLS nº 516, de 2011, por exemplo, se encontra em direta violação a esta disposição constitucional, dado que contém, conjuntamente, disposições sobre o contrato de trabalho doméstico e sobre abatimento de tributo.

Mas não apenas isso: a reunião dos projetos, por conta da aprovação do Requerimento nº 588, de 2012, impede, na prática, seu processamento conjunto, dado que impossível, por exemplo, a elaboração de substitutivo que contemple elementos das duas matérias, uma vez que as disposições tributárias não podem ser tratadas conjuntamente com as disposições referentes ao contrato de trabalho doméstico, sob pena de violação à disposição constitucional citada.

Em decorrência, a providência lógica seria a de requerer, reversamente, a separação dos projetos, separando-os novamente em dois blocos de projetos, para processamento separado. Todavia, há outra circunstância que desaconselha esse procedimento: recentemente o Senado Federal aprovou e remeteu à apreciação da Câmara dos Deputados, o PLS nº 224 - Complementar, de 2013, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, regulamentando a Emenda Constitucional nº 72, de 2013.

Esse projeto abrange, de forma comprehensiva os diversos aspectos materiais e formais do contrato de trabalho do empregado doméstico, propondo a substituição da Lei nº 5.859, de 1972. Além disso, dispõe sobre o recolhimento das contribuições previdenciárias do doméstico e de sua inclusão no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Destarte, entendemos prejudicada a apreciação dos Projetos ora em exame que buscam a alteração do contrato de trabalho doméstico. Em razão disso, devemos nos ater à análise dos projetos que compõem o que poderíamos chamar de “bloco tributário”

Em relação a eles, coletivamente, entendemos que é devida e adequada a prorrogação do benefício ora concedido aos empregadores

mq2014-02597

domésticos, principalmente porque as modificações advindas da emenda à Constituição nº 72 representam um custo adicional aos empregadores. A concessão de benesse fiscal, assim, representa um alívio nesses custos e, em última instância, um incentivo à formalização do emprego e à sua manutenção.

Nesse quadro, consideramos mais adequada disposição que permita a dedução das contribuições sociais da base de cálculo do imposto, por ser mais consentânea com os valores efetivamente pagos pelo empregador.

Nesse aspecto, o mais completo dos projetos é o PLS nº 270, de 2011, com a modificação promovida pelo relatório não votado da Senadora Vanessa Grazziotin, que cuida de revogar a atual fórmula de abatimento do valor devido do imposto, ora presente no inciso VII e § 3º do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995.

Apenas a título de adaptação do PLS nº 270, de 2011, ao disposto no art. 12, III, c, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que veda o aproveitamento de número de dispositivo vetado na proposição que se busca inserir no ordenamento jurídico nacional, necessária a apresentação de emenda ao projeto de lei em exame, a fim de que ele se esteja em consonância com os imperativos de técnica legislativa.

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011, com as emendas que ora apresentamos e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2011 e dos Projetos de Lei do Senado nº 42, de 2006; nº 70, de 2011; nº 71, de 2011; nº 516, de 2011; e nº 565, de 2011.

mq2014-02597



EMENDA Nº 1 - CAS

Dê-se ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 270, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 8º

.....
II -

.....
j) ao pagamento efetuado pelo contribuinte, no ano-calendário, de salário a empregado doméstico, atendido o disposto no § 5º.

.....
§ 5º A dedução de que trata a alínea j do inciso II do *caput* deste artigo:

I – está limitada:

a) a 1(um) empregado doméstico por declaração, inclusive no caso de declaração em conjunto;

b) ao valor pago no ano-calendário a que se referir a declaração;

c) ao valor de 3 (três) salários mínimos por mês e por 13º (décimo terceiro) salário, mais a respectiva remuneração adicional de férias, limitada a um terço do salário normal, no mês em que for paga;

II – fica condicionada à comprovação da regularidade:

a) nas anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado doméstico objeto da dedução, bem assim dos demais e de sua inscrição perante o Regime Geral de Previdência Social;

b) do recolhimento, no ano calendário, da contribuição previdenciária do empregador doméstico e de seus empregados domésticos, de que tratam os arts. 24 e 20 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

c) do empregador doméstico perante o Regime Geral da Previdência Social quando se tratar de contribuinte individual.” (NR)

mq2014-02597



12

10**EMENDA Nº 2 - CAS**

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 270, de 2011, o seguinte art. 3º:

“Art. 3º Revogam-se o inciso VII e o § 3º do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.”

Sala da Comissão, 14 de maio de 2014

Senador WALDEMAR MOKA, Presidente

Senador PAULO PAIM, Relator

mq2014-02597





SENADO FEDERAL

13

Comissão de Assuntos Sociais - CAS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 57, de 2011, QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM: PLS 42/2006, PLS 70/2011, PLS 71/2011, PLS 270/2011, PLS 516/2011 e PLS 565/2011

ASSINAM O PARECER, NA 20ª REUNIÃO, DE 14/05/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: *Senador Waldemir Moka*

RELATOR: *Senador Paulo Paim*

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)

Paulo Paim (PT) <i>Relator</i>	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Ana Rita (PT) <i>Ana Rita</i>	4. Wellington Dias (PT)
João Durval (PDT) <i>João Durval</i>	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) <i>Vanessa</i>	7. Lídice da Mata (PSB)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)

Waldemir Moka (PMDB) <i>Presidente</i>	1. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP) <i>Ana Amélia</i>	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SD)

Cícero Lucena (PSDB) <i>Cícero Lucena</i>	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB) <i>Lúcia Vânia</i>	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)

Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	3. VAGO

Comissão de Assuntos Sociais

PLS nº 270 de 2011

Fls. nº 55

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-PMDB - Airton Sandoval* (S)
Maioria-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Rodrigues Palma* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferrão*
Bloco-PODE - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalírio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-PMDB - Waldemir Moka*
Maioria-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 19

PMDB-18 / PROS-1

Airton Sandoval.	PMDB / SP
Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eduardo Braga.	PMDB / AM
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	PMDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Marta Suplicy.	PMDB / SP
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS
Zeze Perrella.	PMDB / MG

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12

PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Kátia Abreu.	PDT / TO
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 12

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-5

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-6 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PSD / PB
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Rodrigues Palma.	PR / MT
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe. DF

Bloco da Maioria.	19
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Airton Sandoval* (Maioria-PMDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (Maioria-PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Edison Lobão* (Maioria-PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)
 Eduardo Braga* (Maioria-PMDB-AM)
 Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
 Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)
 Eunício Oliveira* (Maioria-PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-PMDB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)

Garibaldi Alves Filho* (Maioria-PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (Maioria-PROS-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (Maioria-PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (Maioria-PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (Maioria-PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
 Marta Suplicy* (Maioria-PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
 Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (-S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (Maioria-PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (Maioria-PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
 Rodrigues Palma* (Bloco-PR-MT)
 Romário** (Bloco-PODE-RJ)
 Romero Jucá* (Maioria-PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (Bloco-PODE-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (Maioria-PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
 Valdir Raupp* (Maioria-PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (Maioria-PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)

Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
 Zeze Perrella* (Maioria-PMDB-MG)



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PROS) - 19 Líder Simone Tebet - PMDB (142,164) Líder do PMDB - 18 Simone Tebet (142,164) Vice-Líder do PMDB Valdir Raupp (141) Líder do PROS - 1 Hélio José (42,48,86,155)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 17 Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,102,140) Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,131,149) Ataídes Oliveira (75) Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (100) Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112,160) Roberto Rocha (37,54,111,158,159) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (103) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Ciro Nogueira - PP (165) Vice-Líderes Benedito de Lira (105) Otto Alencar (49) Líder do PP - 6 Benedito de Lira (105) Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12 Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126) Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (8,26,116) Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,162)	Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 12 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,114,153,154) Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,156) Vanessa Grazziotin (17,22,157) Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares (52,71,146,163) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (13,19,145,166) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,157) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,156) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PODE - 5 Alvaro Dias (16,65,136) Vice-Líder do PODE Romário (137,152)	Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109) Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,106,127) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (104) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (119) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,130,144) Davi Alcolumbre (74,87,131,149) Flexa Ribeiro (132,150) Sérgio Petecão (10,133,148) Wilder Morais (39,122,128,147)	Minoria Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,115)	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolph Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolph Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRRD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLDPT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLDPT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLDPT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLDPT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).



68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
103. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
104. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
105. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
106. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).



133. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romario foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-liderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
163. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
164. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)
166. Em 09.05.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada vice-líder do PSB (Memo nº 17/2018-GLDPSB).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Dário Berger (3)	1. Senador Eduardo Braga (3)
Senador Fernando Bezerra Coelho (3)	2. Senador Valdir Raupp (3)
Senador Roberto Requião (3)	3. Senador Airton Sandoval (6)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) (5)	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (2)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)

Notas:

- Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
- Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
- Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
- Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
- Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
- Em 27.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldes / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

MEMBROS

Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (1)

Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) (1)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (1)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (2)

Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Notas:

1. Em 08.05.2018, os Senadores Eduardo Braga, Airton Sandoval, Acir Gurgacz, Armando Monteiro e Roberto Rocha foram designados membros da comissão (Of. 31/2018-GSEBRA).
2. Em 08.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro da comissão (Of. 22/2018-BLOMOD).
3. Em 10.05.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro da comissão (Of. 35/2018-BLPRD).



**5) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR AS CONDIÇÕES EM QUE
SE ENCONTRA O EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Finalidade: Verificar in loco as condições em que se encontra o Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba - PR.

Requerimento nº 196, de 2018

Número de membros: 12

PRESIDENTE:

MEMBROS



6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



**7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO**

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2.
	3. Senador Romário (PODE-RJ)

Notas:

*. Em 24.04.2018, os Senadores Rose de Freitas e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Eduardo Lopes, membros suplentes, para compor o colegiado.



8) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins
 (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



9) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



**10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA
ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL**

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinícius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donald Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

- * Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.
- 1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
- 2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)
- 3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).
- 4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- 5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).
- 6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO - 2018

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁸⁾

Leitura: 14/03/2018

Instalação: 17/04/2018

Prazo final: 28/10/2018

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PROS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Zeze Perrella (PMDB-MG) ^(6,7,9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(6,7)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,10)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 11.04.2018, os Senadores Wilder Moraes e Lasier Martins foram designados membro titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 28/2018-BLDPRO).
2. Em 11.04.2018, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. nº 21/2018-BLOMOD).
3. Em 11.04.2018, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 29/2018-GLBPD).
4. Em 11.04.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 27/2018-GLPSDB).
5. Em 11.04.2018, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro titular, e a Senadora Regina Sousa, suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 23/2018-BLPRD).
6. Em 11.04.2018, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 42/2018-GLPMDB).
7. Em 13.04.2018, o Senador Dário Berger deixou a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá, que passou a ocupar vaga de suplente (Of. 45/2018-GLPMDB).
8. Em 17.04.2018, os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram escolhidos para ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da comissão, respectivamente (Memo. 1/2018-CPICC).
9. Em 17.04.2018, o Senador Zeze Perrella foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 48/2018-GLPMDB).
10. Em 23.04.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. nº 04/2018-BLDPRO).
11. Em 25.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 35/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 3303-3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (5,25)	1. Senador Eduardo Braga (5,8)
Senador Roberto Requião (5,8)	2. Senador Romero Jucá (5)
Senador Garibaldi Alves Filho (5)	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (5)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (5,20)	4. Senador Waldemir Moka (5)
Senadora Simone Tebet (5)	5. Senador Airton Sandoval (16,19,24)
Senador Valdir Raupp (5)	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho (19)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (1,28)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (3)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (3)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3,21,22,27)	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) (3)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (5)
Senador José Agripino (DEM-RN) (5)	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) (2)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (15)	1. VAGO (18)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. (7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (4)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (4)	2. VAGO (4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (4,13)	3. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (4,29)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves(Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).
29. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (8)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (8)
Senador Waldemir Moka (8,11)	2. Senador Valdir Raupp (8)
Senadora Marta Suplicy (8)	3. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8,14)	4. Senador Edison Lobão (8)
Senador Airton Sandoval (8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (1)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (6)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (6)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (6)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (9)	3. Senador José Agripino (DEM-RN) (9)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (9)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4)	1. Senador Romário (PODE-RJ) (4)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (5)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (7,23)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (7)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (7)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (7)

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).
23. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalírio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)
 2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalírio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
 3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).
- *. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maoria ⁽⁵¹⁾	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(1,50,53)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(4,38,41,52)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(2,16,54)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).

40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).
53. Em 26.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Of. 36/18-GLPSDB).
54. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. nº 30/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (11)	1. Senador Airton Sandoval (11,14)
Senador Romero Jucá (11,23,24)	2. Senador Dário Berger (11)
Senador João Alberto Souza (11)	3.
Senador Valdir Raupp (11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (6)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (6)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (6)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (6)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (6)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (4)	1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (4)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (1)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)	2. VAGO (2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,17,18)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (5,25)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,12,16)

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- 2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- 7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- 10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- 11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).
- 12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDB).
25. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (21)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4,30,32)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4,28,29,33)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) (1,11,25)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (23)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (18,27)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (5,34)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26)

Notas:

- * O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- 7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- 10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- 11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- 12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).
- 13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).
34. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



**6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Majoria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp (2)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (2)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC) (1)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- * Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

* Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Angela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão (7)	1. VAGO (7,13,25)
Senador João Alberto Souza (7)	2. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Roberto Requião (7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Romero Jucá (7)	4. Senadora Marta Suplicy (17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho (21)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (5)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (5)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,16,24)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) (5)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (5)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (5)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (2)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (8)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)
Senador José Agripino (DEM-RN) (8)	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (6)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (6)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (6)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (6)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) (20)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (3)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3)

Notas:

- *. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Amélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).
 2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).
 3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).
- *. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (7,30)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Valdir Raupp (7,27)	5. VAGO (10,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) (6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
VAGO (4,28)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1) (1,16)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
VAGO (14,18)	2. 3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Armando Monteiro (PTB-PF) (5,26,31)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
31. Em 08.05.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 32/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (8,14)	1. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8)	2. Senadora Simone Tebet (8,14)
Senador Waldemir Moka (8,10)	3. Senador Valdir Raupp (8)
Senador João Alberto Souza (8)	4. Senador Dário Berger (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
VAGO (5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (11)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (17,27)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) (20)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1) (2,18)	1. VAGO (19,22,23,26) 2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (6,16,25)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6)

Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 08.05.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 6/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka (6)	1. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (6)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (6)	2. Senador Romero Jucá (6)
Senador Valdir Raupp (6)	3.
Senador Dário Berger (6)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (4)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (4)	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (3)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)
Senador Ivo Cassol (PP-RO) (3)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) (12)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,10,11)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (5,13)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1,14,23)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1,23)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO (5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp (3)	1. VAGO (6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) (3)	2.
Senador João Alberto Souza (3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
VAGO (7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (11)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (11)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) (13)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. VAGO (5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMBD).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMBD).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMBD).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMBD).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (10,21)	1. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Airton Sandoval (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (18)
Senador Dário Berger (10)	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (18)
Senador Romero Jucá (10)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (17)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2. Senador Wilder Morais (DEM-GO) (17)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) (19)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (8,15,16,22)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14)	2.

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).
- 1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- 9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- 10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
22. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

11^a Eleição Geral: 30/05/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO (15)
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)	4. (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1^a Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

REDE

PRB

PTC

PODE

PRTB

PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB****PT****PSDB****PSB****PDT****PR****PSD****DEM****PP****PTB****PPS****PCdoB****PRB****REDE****PTC****PODE****PRTB****PROS****Atualização:** 01/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



Atualização: 11/11/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB****PT****PSDB****PSB****PDT****PR****PSD****DEM****PP****PTB****PPS****PCdoB****PRB****REDE****PTC****PODE****PROS****PRTB****Atualização:** 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014
5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE



Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PROS

REDE

PSC

PRB

PTC

PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros:** 19 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):****MEMBROS****DEM****PCdoB****PDT****PMDB****PPS****PP****PRTB****PRB****PROS****PSC****PSD****PSB****PTB****PTC****PR****PSDB****PT****PODE****REDE**

18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



**19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

PCdoB

PDT

PMDB

PP

PPS

PR

PRB

PSB

PSD

PSDB

PT

PTB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PDT

PSB

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561

E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

